

2010 e os próximos anos
Resoluções da XI Conferência Nacional da Articulação de Esquerda
Tendência Interna do Partido dos Trabalhadores

São Bernardo do Campo, 29, 30 e 31 de maio de 2009

2010 e os próximos anos

Resoluções da XI Conferência Nacional da Articulação de Esquerda

Tendência Interna do Partido dos Trabalhadores

São Bernardo do Campo, 29, 30 e 31 de maio de 2009

Sumário

As Eleições de 2010	4
A crise capitalista	6
Um programa prático para enfrentar a crise	8
Os principais desafios	10
Resolução sobre o PED 2009	25
Resolução sobre Comunicação da AE.....	29
Resolução sobre a Escola de Quadros da AE.....	30
Resolução sobre Finanças da AE.....	31
Resolução sobre o Regimento Interno da Articulação de Esquerda.....	35
Estrutura organizativa.....	35
As Conferências	36
As Plenárias.....	36
A Direção Nacional da AE	36
O Secretariado	37
Tarefas da secretaria de formação política:.....	37
Tarefas da secretaria de comunicação:.....	37
Tarefas da coordenação da frente de massas:.....	37
Tarefas da coordenação da frente institucional:.....	37
Tarefas da Tesouraria:.....	38
Tarefas da secretaria de organização	38
Finanças	38
A Comissão de Ética	38
A Escola Nacional de Quadros	39
O jornal Página 13	39
A Associação de Estudos Página 13.....	40
A página eletrônica e a agência de notícias	40
As listas de debate na internet.....	40
Resoluções da VI Conferência Sindical Nacional	41
Introdução	41
O PT e a classe trabalhadora	41
O movimento sindical e o Governo Lula	42
O segundo mandato de Lula	43
2010 e os próximos anos.....	46

A importância da política.....	50
A importância da América Latina	51
A situação do Brasil.....	52
O papel do movimento sindical diante da crise.....	54
A CUT e os trabalhadores (as) rurais.....	56
Defender o setor público e o funcionalismo público	57
Piso Nacional da Educação.....	58
SUS: Um novo Ataque	59
Trabalhadores (as) com Deficiência.....	60
O movimento sindical e a luta das mulheres	62
O movimento sindical e as questões étnico-raciais.....	62
Concepção sindical da AE	63
Organização da AE no movimento sindical	65
Tarefas a cumprir	66
Política de alianças	68
Resolução sobre a pesca e aqüicultura.....	70
Uma nova política para o setor	70
Os diferentes projetos atualmente em disputa na pesca e aqüicultura	73
As diretrizes políticas, econômicas e sociais para o desenvolvimento no setor	75
O lugar da pesca e aqüicultura no projeto democrático e popular e socialista.....	75
Vencer os desafios e alavancar o desenvolvimento	77
A Criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura.	78
A Organização Sindical e partidária dos trabalhadores no setor	79
A relação Articulação de Esquerda e SEAP/PR.....	80

As Eleições de 2010

A eleição presidencial de 2010 terá repercussões estratégicas na América Latina, no Brasil e no PT.

Na América Latina, o fato do Brasil ser governado por forças progressistas e de esquerda tem contribuído, direta e indiretamente, para um deslocamento pela esquerda da correlação de forças em vários países.

No Brasil, país marcado historicamente pela desigualdade, pelo conservadorismo político e pela dependência externa, a eleição de Lula em 2002 abriu a possibilidade de fazer do governo federal um instrumento na luta por mudanças neste modelo.

A chegada ao governo federal permitiu que a esquerda brasileira submetesse ao teste da prática as diferentes estratégias que, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, se propõem a colocar a luta eleitoral institucional a serviço de uma estratégia socialista.

Uma vitória da candidatura do PT em 2010 permitirá dar continuidade e aprofundar estes processos, agora em uma conjuntura internacional totalmente distinta, que exige ações mais ousadas e avançadas.

Já uma derrota da candidatura do PT em 2010 significaria um retrocesso em larga escala, no Brasil e no continente.

Para além dos efeitos danosos sobre a vida do povo, uma derrota em 2010 teria efeitos desastrosos para o conjunto da esquerda brasileira.

A direita brasileira, revanchista e rancorosa, dá sinais explícitos do que faria em caso de vitória: uma perseguição contra toda a esquerda política e social.

Por outro lado, teríamos uma exacerbação dos conflitos no interior da esquerda, como é típico em momentos similares.

Por tudo isto que dissemos antes, a principal tarefa do PT é construir as condições para nossa vitória nas eleições gerais de 2010, mantendo a presidência da República, ampliando nossa presença nos governos estaduais, Senado e Câmara dos Deputados, criando as condições institucionais, políticas e ideológicas para mudanças mais profundas em nosso país.

Setores minoritários da esquerda política e social brasileira fazem oposição ao governo Lula e não estão de acordo com esta tarefa. A estes setores devemos demonstrar, pacientemente, o que está em jogo nas eleições de 2010 e os efeitos trágicos que adviriam de uma derrota.

Outros setores da esquerda brasileira, embora defendam o governo e a necessidade de vencer as eleições de 2010, concebem as eleições do próximo ano como um momento de auto-construção, mesmo que em detrimento da unidade do campo democrático-popular na disputa presidencial. A estes setores devemos convencer da necessidade de marcharmos juntos, fazendo da candidatura petista à presidência da República, desde o primeiro turno, a candidatura do conjunto do campo democrático-popular.

Finalmente, há na esquerda brasileira os que encaram 2010 como um momento estritamente eleitoral. É necessário demonstrar, para estes setores, que vencer em 2010 é muito mais do que vencer uma eleição: trata-se de uma tarefa que começa agora, no enfrentamento da crise; passa

por recompor, na luta e no acordo programático, o campo democrático-popular; e inclui construir uma estratégia para o que virá após 2010.

Dois campos políticos e sociais vão se enfrentar nas eleições presidenciais de 2010: de um lado, as forças de esquerda e progressistas, encabeçadas pelo PT; de outro lado, as forças neoliberais e de direita, capitaneadas pelo PSDB.

Petistas e tucanos constituem, hoje, no âmbito dos partidos, a face mais visível dos dois blocos históricos que disputaram os rumos do Brasil ao longo de todo o século XX: o bloco conservador, dependente e monopolista; e o bloco nacional, democrático e popular.

Desde agora e até o final do segundo turno de 2010, todas as forças políticas e sociais do país se agruparão em torno de um destes blocos. Como ocorreu em 2006, não haverá espaço para o abstencionismo nem para a neutralidade.

O confronto de 2010 repetirá, com algumas diferenças importantes, o que vem ocorrendo desde 1989, passando por 1994, 1998, 2002 e 2006.

Uma das diferenças em relação às disputas passadas, é que poderemos mostrar, a nosso favor, o que foi feito ao longo de oito anos de governo.

A defesa da continuidade de programas exitosos, o compromisso com o aprofundamento das mudanças e com a superação das deficiências constituem pontos fundamentais da disputa eleitoral. Devemos deixar claro que não queremos o continuísmo, mas sim tomar o que foi feito como alavanca para avançar, especialmente em direção às mudanças estruturais. Devemos, também, identificar claramente os problemas que devem ser enfrentados, como a ameaça de desemprego, a autonomia de fato do Banco Central e seus juros altos, a necessidade de ampliar os investimentos sociais, a reforma política e a democratização da comunicação de massas. Cabe também forte defesa da Petrobrás como empresa pública estratégica e da utilização dos recursos do pré-sal para alavancar o desenvolvimento do país e sustentar fortes investimentos em políticas sociais estruturantes.

Outra das diferenças em relação às disputas passadas decorre da desmoralização do neoliberalismo.

Muito provavelmente, o candidato do PSDB e do DEM esquecerá o que disse e o que fez, apresentando-se desde já como “desenvolvimentista” e “keynesiano”. Por isto, precisamos lembrar o que estes partidos fizeram com nosso país, até 2002; recordar a herança maldita; comparar os efeitos da crise sobre o Brasil, no governo deles e no nosso; denunciar as medidas anti-populares que o PSDB e o DEM propõem, aqui e agora; mostrando, enfim, o desastre social que resultaria de um retorno destes partidos ao governo.

Não se trata de comparar realizações administrativas e capacidade de governo, mas sim de mostrar que nossas realizações e nossa capacidade são superiores *porque* decorrem de uma visão ideológica e programática, democrático-popular e socialista. Motivo pelo qual devemos acentuar não apenas a superioridade do “desenvolvimentismo” frente ao neoliberalismo, mas também a natureza distinta do “desenvolvimentismo” que defendemos, frente ao desenvolvimentismo conservador que caracterizou o Brasil ao longo do século XX.

Hoje, quando muitos neoliberais convertem-se ao keynesianismo, nós reafirmamos a superioridade teórica do marxismo, enquanto análise crítica do capitalismo e como fundamentação teórica de uma alternativa socialista. E reafirmamos, também, nossa disposição de construir um caminho para a superação, não apenas do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador, mas também do capitalismo.

Como em 2006, o debate ideológico terá muita importância na disputa que se trava desde agora, nas eleições e depois delas.

Evidentemente, o resultado das eleições de 2010 não está definido. Por um lado, temos a popularidade do governo federal e de Lula, bem como a força eleitoral do PT e do campo democrático-popular. De outro lado, temos uma burguesia e um bloco conservador que jogará todas as suas energias na tentativa de reconquistar a presidência da República, por saber que uma terceira vitória do PT, das forças de esquerda e progressistas, terá um impacto político e simbólico enorme, não apenas demonstrando que nosso campo é capaz de vencer com outro candidato que não Lula, mas também criando melhores condições para mudanças estruturais.

A vitória do campo democrático-popular nas eleições de 2010 começa a ser construída agora, no enfrentamento da crise, na definição da política de alianças e da linha de campanha, na escolha da candidatura presidencial, na recomposição do campo democrático-popular, na definição do programa do próximo mandato presidencial, na reformulação de nossa estratégia.

A crise capitalista

A crise capitalista está no centro da conjuntura mundial, agora, em 2010 e nos próximos anos.

Trata-se de uma crise profunda e de longa duração, que possui diversas dimensões: financeira, econômica, social, alimentar, energética, ambiental, política, ideológica. Embora seu impacto sobre cada país seja diferenciado, a crise atinge todo o planeta.

A crise desmascara e desmoraliza a ideologia neoliberal. O que antes era feito, mas não era assumido, agora é praticado descaradamente, mostrando uma vez mais que o modo de produção capitalista gera crises periódicas e possui fraturas estruturais, dependendo para sobreviver da ação do Estado. O que conduz à seguinte conclusão: a continuidade ou não deste modo de produção não é inevitável, nem uma imposição da natureza, mas sim uma opção política e social.

A crise evidencia e agrava, também, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Embora continue sendo a maior economia do mundo, tenha o maior poderio militar e controle os principais meios de comunicação de massas, os EUA enfrentam crescentes dificuldades internas e externas.

O desenlace da crise internacional será produto de dois movimentos combinados: a luta entre as classes sociais no interior de cada país e o conflito entre os diferentes Estados e blocos de países. Das diferentes combinações destes dois movimentos poderão resultar, simultaneamente, experimentos conservadores, progressistas e socialistas, cujo peso relativo definirá o desenho do mundo pós-crise.

Algo similar ocorreu a partir dos anos 1930, com o *New Deal*, o nazismo e a coletivização na URSS, com as alianças e conflitos militares cruzados entre as grandes potências e os países da periferia, concluindo no pós-Segunda Guerra com a divisão do mundo em dois grandes “campos” e diversos “modelos” (socialismo de tipo soviético, welfare state, diferentes tipos de desenvolvimentismo etc.).

Hoje, os Estados e classes sociais que se beneficiaram da ordem neoliberal buscam definir, eles mesmos, qual será a nova ordem mundial. Este é o sentido da frase proferida por Barak Obama, em seu discurso de posse: “Os Estados Unidos estão prontos para voltar a liderar”.

Por outro lado, os Estados e as classes dominantes dos países da periferia capitalista buscam conquistar mais espaço no futuro mundo pós-neoliberal, tentativa que se expressa de diferentes formas, entre as quais o G20; a defesa de uma reforma da ONU e outras instituições

internacionais; bem como variados acordos bilaterais e multilaterais entre os países “em desenvolvimento”.

A disputa entre estas duas linhas (a “conservadora” e a “progressista”) ainda está no seu início, mas deve se tornar muito mais aguda. Um dos sinais disto é o protecionismo, decorrente da progressiva nacionalização do crédito e das finanças, dos déficits nas balanças comerciais e das crises cambiais, bem como do crescente desemprego e da busca por proteger as respectivas economias nacionais da crise.

A profundidade da crise, por um lado, e o agravamento das contradições políticas, por outro lado, está empurrando determinados países e regiões para situações de crise ainda mais agudas, que podem evoluir no sentido de uma ruptura com o capitalismo e de novas tentativas de construção do socialismo.

Quanto mais massiva, intensa e radical for a reação das classes trabalhadoras, mais avançado será o desenho do mundo pós-crise. Um desfecho socialista, por exemplo, depende da mobilização das classes trabalhadoras, não apenas para resistir, mas para conquistar o poder de Estado e a partir dele enfrentar não apenas os efeitos da crise, mas também suas causas; não apenas o neoliberalismo, mas também o capitalismo. Por óbvio, não cabe confundir a necessária reação massiva das classes trabalhadoras, com os delírios esquerdistas que enxergam em cada mobilização social, uma ante-sala da revolução.

Cabe aos partidos de esquerda, aos movimentos sociais e aos governos vinculados aos trabalhadores estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e sobre as alternativas; mobilizando as classes trabalhadoras, em defesa da manutenção e ampliação de suas conquistas; e, onde somos governo, adotando medidas práticas no sentido de superar a crise, em favor das maiorias.

No debate sobre a crise, precisamos ir além das explicações parciais segundo as quais a crise internacional decorre da “ganância”, da “falta de controles”, das políticas neoliberais e do esgotamento das instituições de Bretton Woods.

Tudo isto é verdade, mas uma verdade parcial. Uma explicação adequada da crise deve começar reconhecendo que estamos diante de uma crise do capitalismo, mais profunda do que a iniciada em 1929, inclusive porque a crise atual ocorre num momento histórico de máxima expansão e hegemonia do modo de produção capitalista.

A crise atual será de longa duração, entre outros motivos porque não existe, nem surgirá no curto prazo, um poder político capaz de administrar a situação e construir soluções: pelo contrário, assistimos simultaneamente ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos, a desmoralização do neoliberalismo e a paralisia das instituições de Bretton Woods.

Esta é uma crise clássica do capitalismo, uma crise de realização, decorrente no fundamental da contradição entre a capacidade cada vez maior da produção social, frente a capacidade efetiva de consumo da sociedade, contradição decorrente da tendência do próprio capitalismo de aumentar a exploração e reduzir o emprego da força de trabalho.

Trata-se de uma contradição estrutural, e não apenas de uma “diferença” entre a “oferta” e a “demanda”, pelo seguinte: centenas de milhões de pessoas têm suas necessidades cotidianas reprimidas e não atendidas, porque não têm meios para adquirir mercadorias e, portanto, não têm como contribuir para a realização dos lucros e a acumulação. O mesmo sistema que amplia a produção de mercadorias, constringe a realização da mais-valia nelas contida.

O imperialismo, o consumismo doentio de algumas camadas da população, o neoliberalismo, a especulação financeira, as bolhas de crédito e até mesmo o endividamento público são mecanismos com os quais o capitalismo busca contornar sua contradição estrutural. Quando contornar se torna impossível, estouram crises como as que estamos vivendo hoje.

Por isto, não nos surpreendemos com a crise, que por sinal constitui uma constante na trajetória do capitalismo. Não comemoramos a crise, pois ela traz sofrimentos para dezenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas tampouco nos acovardamos: a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo, quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo.

Um programa prático para enfrentar a crise

Como é óbvio, é nestes momentos de crise estrutural que se torna evidente que o capitalismo é uma criação social de alto custo humano e ambiental, sendo não apenas possível, mas necessário e urgente construir outro modo de produção, voltado não ao lucro, mas ao atendimento das necessidades humanas.

A crítica ao capitalismo, deve se materializar na defesa de um programa prático, que começa por: a) manter e ampliar os empregos e salários, impedindo assim que os capitalistas transfiram a conta da crise para os trabalhadores; b) adotar medidas que reduzam estruturalmente a força do capital e ampliem a força do trabalho, a exemplo da redução da jornada sem redução do salário; c) colocar mais e mais empresas monopolistas sob controle direto ou indireto do Estado; d) ampliar os controles públicos sobre as instituições de Estado, sobre o chamado mercado e sobre a atuação do capital estrangeiro.

Um dos subprodutos da crise é acelerar o processo de constituição de blocos: a crise e o declínio do poder hegemônico dos EUA empurram os países a constituir acordos econômicos e políticos regionais. Por outro lado, a crise também agudiza as contradições dentro de cada bloco, a exemplo do que vem ocorrendo com o Nafta (Tratado de livre-comércio na América do Norte) e com a União Européia. Assim como pode gerar alinhamentos em torno de potências regionais, como parece estar ocorrendo em torno da China, cuja reação à crise constitui (ao lado do que façam os Estados Unidos) uma das variáveis fundamentais da conjuntura internacional.

As contradições internas aos blocos regionais também se fazem sentir na América Latina, em particular no Mercosul. E só poderão ser enfrentadas através de uma ação decidida das maiores economias da região, a começar pelo Brasil.

No caso da América Latina e Caribe, especialmente na América do Sul, há uma peculiaridade distintiva: a existência de um bloco de governos de esquerda e progressistas, limitando a ação do imperialismo na região, permitindo até agora que cada processo nacional siga, no fundamental, o curso determinado pela correlação de forças interna, sem o desequilíbrio causado pela intervenção estrangeira.

A crise européia, após a Revolução Francesa de 1789, criou o ambiente e as condições para o processo de independência na América Latina. A crise dos anos 1930 abriu espaço para a industrialização de importantes países de nosso continente. Assim como a crise dos anos 1970 e 1980 abriu espaço para a ofensiva neoliberal. Dada a atual correlação de forças existente em nosso continente, a presente crise pode permitir um desfecho mais avançado, que trabalhamos para que seja democrático-popular e socialista.

A existência, no Brasil, de um governo integrado por forças progressistas e de esquerda, é peça fundamental da atual correlação de forças na América Latina. E a resistência continental à crise

dependerá, igualmente, da nossa capacidade de combinar crescimento interno com integração econômica e social da região.

O governo Lula reagiu à crise com mais investimento público, mais investimento social, mais mercado interno, mais Estado, mais integração continental. O rumo geral destas medidas é correto, mas é preciso ir além, especialmente se queremos, sobre os escombros do neoliberalismo, construir outra ordem.

Para enfrentar a crise e construir outra ordem, é preciso enfrentar o debate sobre a natureza de classe do crescimento e do desenvolvimento.

A crise econômica nos países centrais do capitalismo reforça as possibilidades de que o Brasil vivencie um novo ciclo de desenvolvimento.

Tanto no século XIX quanto no século XX, momentos de crise nas metrópoles levaram as classes dominantes a alterar o padrão de acumulação vigente no Brasil.

A natureza estratégica deste novo ciclo está em disputa. A depender da força, da capacidade política e da estratégia da esquerda, este novo ciclo poderá ser não apenas “nacional-desenvolvimentista”, mas um “desenvolvimentismo democrático-popular”, que articule nossa ação na sociedade capitalista em que vivemos, com a sociedade socialista que queremos construir.

Portanto, não nos basta um governo “progressista”, capaz de recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado.

Lutamos para converter o governo progressista, de centro-esquerda, que temos hoje, num governo democrático-popular, capaz de combater a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais, colaborando para a abertura de um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

Claro que isto exigirá uma coalizão política e social com composição distinta e força superior aquela que sustenta hoje o governo Lula. Exigirá, também, que o PT atue de outra maneira, articulando ação de governo, mobilização social, organização partidária e luta político-ideológica em favor de um programa de reformas estruturais.

Trata-se de dar sentido prático para a reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, feita pelo 3º Congresso do PT, construindo um programa de reformas e uma estratégia de poder que apontem para a superação prática das relações capitalistas realmente existentes em nosso país.

Esta estratégia e esta plataforma programática objetivam, em última análise, alterar o padrão/modelo de desenvolvimento vigente há décadas no país (orientado ao lucro, externamente dependente, pró-monopolista e latifundiário, antidemocrático), construindo no seu lugar um novo padrão de desenvolvimento, em que o crescimento econômico se articule com democracia e superação da dependência e da desigualdade.

Não se trata, portanto, de voltar ao desenvolvimentismo ou ao populismo dos anos 1950. É preciso recordar que o desenvolvimento capitalista em nosso continente, inclusive onde assumiu formas mais avançadas, sempre esteve acompanhado da ampliação da desigualdade, da dependência externa e da falta de democracia política.

Os principais desafios

Se nosso objetivo é superar o neoliberalismo, mas sem voltar aos limites do modelo de desenvolvimento anterior, teremos então que enfrentar vários desafios, expostos em detalhe na resolução da X Conferência Nacional da AE e que a seguir resumimos:

O primeiro deles é lutar pela democratização profunda de nossas sociedades. Isto significa muito mais do que eleições periódicas. O sistema político existente no Brasil, bem como na maioria dos países de nosso continente, segue produzindo enormes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação por parte da burguesia e dos partidos conservadores. O controle social sobre a atividade política e estatal é extremamente reduzido. Para a maioria da população, sobra apenas eleger periodicamente seus “representantes”. Os meios de comunicação, que geralmente estão em mãos de monopólios privados, interferem de maneira descarada em favor dos interesses capitalistas.

O segundo desafio é ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas, inclusive criando novos direitos sociais. Antes da onda neoliberal, no Brasil e na maior parte do Continente, a cobertura do Estado em áreas como saúde e educação já era bastante reduzida. O neoliberalismo piorou ainda mais a situação, fazendo com que vários destes serviços fossem acessíveis apenas através do mercado. Agora estamos diante do desafio de garantir, além do direito pleno à saúde, educação e alimentação, outros direitos básicos, como o acesso à eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, habitação, transporte público, à cultura e ao lazer como direitos universais.

Integra o desafio de ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas a defesa da SAÚDE, e do Sistema Unico de Saúde (SUS), para todos os brasileiros e todas as brasileiras, direito social inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988): A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Art. 196 CF de 1988).

Não podemos perder de vista que, há dois séculos, homens e mulheres que lutavam por um mundo que se estruturasse tendo como pilar da organização em sociedade a radical defesa da vida de todas as pessoas, atinaram para a determinação social e econômica que ensejava a exposição da esmagadora maioria da população a toda sorte de riscos à sua saúde e à sua vida. Mas não só: perceberam que a luta pela superação das desigualdades socioeconômicas era insuficiente para preservar a saúde, manter a vida e propiciar o bem-estar coletivo sem que, paralelamente, se instituisse uma rede de prestação de serviços, distribuída pelo território do Estado nacional, que propiciasse às pessoas o acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Os Sistemas de Saúde socializados, portanto, universais, implantados particularmente em países europeus do início do século passado até a década de 1970, defendidos pelos partidos políticos que buscavam a transformação social, o movimento sindical e a intelectualidade progressista constituíram-se na materialização da solução para a necessidade de instituir-se uma rede de prestação de serviços de saúde nacional e de acesso igualitário.

No Brasil, os constituintes eleitos em 1986, em meio ao complexo processo de luta política que havia levado à derrocada o regime militar, à participação e pressão popular visando à democratização do país em todas as suas dimensões e à falência da política de saúde excludente implementada no período 1964-1984, inscreveram na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), pela primeira vez na história do país, o reconhecimento da saúde como direito social. E mais: dispuseram sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) nos seguintes termos: “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema

único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade” (Art. 198 da CF de 1988).

O reconhecimento da saúde como direito social e a criação do SUS, de um lado, era assim enfatizada: “São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros [...]” (Art. 197 da CF de 1988). De outro lado, inseria-se a saúde no texto constitucional no conjunto integrado de ações denominado Seguridade Social – saúde, previdência e assistência social – (Art. 194 da CF de 1988), a qual deveria ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

a) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; sobre a receita ou o faturamento; sobre o lucro;

b) do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social;

c) sobre a receita de concursos de prognósticos;

c) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (Art. 195 da CF de 1988).

Antes da criação do SUS o direito a saúde, no que se refere ao seu componente assistencial, era garantido para quem? Atentem: a) para aqueles que tinham capacidade de pagar através de suas próprias fontes de renda; b) para aqueles que se inseriam no setor formal do mercado de trabalho e suas famílias, aos quais era garantido o acesso a assistência médica através da previdência social e c) para aqueles que tinham algum tipo de proteção institucional (plano ou seguro de saúde) financiado por ele mesmo, por sua empresa ou por terceiros.

Ou seja, uma grande parcela da população brasileira – que não se inseria no mercado formal de trabalho, não tinha renda para pagar por sua proteção à saúde ou não tinha nenhuma empresa ou instituição que velasse por sua saúde – poderia acessar aos serviços prestados pelos estabelecimentos de saúde públicos da administração direta (Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde) ou contar com a caridade provida pelos hospitais filantrópicos, como as Santas Casas. No entanto, tanto os estabelecimentos de saúde públicos da administração direta quanto os hospitais filantrópicos, tinham papel residual na oferta de saúde no país e não eram suficientes para cobrir uma volumosa população de trabalhadores e trabalhadoras do setor informal do mercado de trabalho que vivia nas periferias das grandes regiões metropolitanas, nas pequenas cidades e vilas e nas regiões rurais.

Contudo, a elite brasileira se empenhou em estrangular a implantação do SUS, sonhando com a provisão orçamentária: o poder executivo federal descumpriu artigo das disposições constitucionais transitórias (Art. 55), que dispunha que trinta por cento (30%), no mínimo, do orçamento da seguridade social, excluído o seguro-desemprego, seria destinado ao setor saúde, e levou o sistema ao colapso no seu nascedouro – simples assim.

Em que pese o interdito das elites conservadoras brasileiras à célere implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os brasileiros, seguindo a melhor tradição dos sistemas de saúde socializados – mais eficientes, eficazes, qualificados, racionais e justos do que os sistemas de saúde de mercado –, em 2003 o SUS, embora se constituísse em política pública recente e

conformasse uma reforma social incompleta e com implantação heterogênea conforme a região do país, já configurava um sólido sistema de saúde com capilaridade em todo o território nacional e que prestava significativos serviços à população brasileira – serviços de assistência, inclusive a terapêutica, de vigilância epidemiológica (controle de doenças) e de vigilância sanitária (campo de intervenção na realidade sanitária destinado à proteção e defesa da vida das pessoas) –; havia impactado positivamente os indicadores de saúde e era avaliado positivamente pelos que o utilizavam rotineiramente. Não obstante esses inegáveis avanços, o SUS enfrentava – e continua enfrentando – grandes desafios para a sua consolidação definitiva que precisam ser superados com desassombro e firmeza política.

Nos últimos seis anos, iniciativas inovadoras se deram no SUS, sendo muitas delas decorrentes do protagonismo do Ministério da Saúde. Apesar disso, milhões e milhões de brasileiros ainda não têm acesso à denominada porta de entrada do sistema (atenção primária); a atenção primária requer reorganização que a torne mais resolutiva, qualificada e o acesso ágil, incorporando também setores das camadas médias que demandam utilizar os serviços prestados pelo SUS; o subsistema de atendimento às urgências e emergências, inclusive a remoção de pacientes, não está implantado no país como um todo, entre outros relevantíssimos problemas de saúde que estão a demandar urgentes soluções.

No entanto, embora soluções urgentes de problemas de saúde exijam recursos, porque esse setor de prestação de serviços é intensivo em utilização de mão-de-obra e em incorporação de tecnologias – de processo e de produto –, paradoxalmente, no período 2003-2008, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, exerceram pressão sobre o Congresso Nacional para que não se regulamentasse a Emenda Constitucional 29, de 13 de setembro de 2000, que trata do financiamento da saúde pelos entes federados, incluindo-se também para a esfera federal o justíssimo cálculo de sua contrapartida, no financiamento do SUS, baseado no percentual sobre a arrecadação.

Neste período, dois parlamentares petistas apresentaram projetos de lei complementar (PLC) regulamentando o financiamento da saúde: o ex-deputado federal Roberto Gouveia (PT-SP) e o senador Tião Viana (PT-AC). O PLC de autoria do senador foi aprovado por unanimidade no Senado Federal em abril de 2008 e encontra-se parado na Câmara dos Deputados. Nele é disciplinado o financiamento do SUS ou, mais precisamente, é regulamentada a redação acrescida à Constituição através da Emenda Constitucional 29/2000, que instituiu a vinculação da alocação de recursos orçamentários com a finalidade de assegurar os recursos mínimos para as despesas com ações e serviços públicos de saúde. Em síntese, este PLC propõe:

- a) manter o montante de recursos orçamentários que, de acordo com a Constituição, obrigatoriamente, as municipalidades e os estados devem alocar anualmente no setor saúde, ou seja, respectivamente, 15% e 12%;
- b) alterar o método de cálculo da alocação de recursos orçamentários da União, que passaria a ser de 10% de suas receitas correntes brutas (esse percentual evoluiria de, no mínimo, 8,5% em 2008, para 9% em 2009 e 9,5% em 2010, alcançando 10% em 2011);
- c) instituir normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, o que ainda não está regulamentado.

Hoje, em meio à crise mundial do capitalismo, o SUS encontra-se diante de uma nova e preocupante ameaça. O projeto de emenda constitucional (PEC) que trata da reforma tributária, em discussão na Câmara dos Deputados, representa um grave retrocesso para todo o campo da proteção social – Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) –, educação e trabalho, pois, caso seja aprovado como está, extinguirá as fontes exclusivas e específicas de recursos para as políticas sociais e, assim, áreas do campo da proteção social não poderiam mais ser priorizadas, ou seja, a reforma dará tratamento de igualdade a ações e prioridades desiguais.

Ademais, o PEC da reforma tributária não aponta para a construção de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação da renda e do patrimônio, porém as modificações propostas afetam diretamente a estrutura de financiamento das políticas sociais, particularmente, os recursos vinculados ao custeio da Seguridade Social, educação e trabalho. Os principais pontos da reforma tributária são:

- a) criar um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA-F), com a extinção de quatro tributos federais (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS –, a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS –, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de combustíveis – CIDE – e a Contribuição Social do Salário-Educação);
- b) incorporar a Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
- c) reduzir, gradativamente, a contribuição dos empregadores para a Previdência Social, a ser realizada nos anos subseqüentes à aprovação da reforma, o que demandaria o envio de um projeto de lei ao Parlamento após a promulgação do PEC;
- d) unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), a ser realizada por meio de lei única nacional e não mais por 27 leis estaduais;
- e) criar um Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar eventuais perdas de receita do ICMS por parte dos estados.

Em outras palavras, estas modificações significam o sepultamento da diversidade de bases de financiamento da Seguridade Social inscrita no Art. 195 da Constituição Federal de 1988, que ampliou o financiamento da previdência, saúde e assistência social para além da folha de salários, incluindo, a receita, o faturamento e o lucro.

Face ao exposto, defrontamo-nos com algumas prioridades no que se refere à defesa, ampliação, qualificação e consolidação do SUS, a saber:

- a) continuar pressionando para que se aprove o PLC que disciplina o financiamento da saúde e institui normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal (Projeto Tião Viana), parado na Câmara dos Deputados;
- b) continuar pressionando, através do esclarecimento e de mobilizações sociais amplas, para alterar o projeto que trata da reforma tributária nos pontos acima mencionados, que se referem ao campo da proteção social, pois, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, não se vê proposição que possa gerar tamanho retrocesso para os direitos à saúde e à vida da população brasileira, conquistados depois de décadas e décadas de muita luta;
- c) continuar analisando e propondo alternativas, à luz da justiça social, em relação ao fabuloso montante de recursos que a União deixa de arrecadar anualmente porque pratica a renúncia fiscal – pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ) – em benefício de pessoas e empresas que pagam planos ou seguros de saúde. A rigor, o grande beneficiário dessa enorme renúncia fiscal da União são as empresas de planos e de seguros de saúde. Considerando que se trata de soma vultuosa – muitos bilhões de reais –, que não é arrecadada anualmente, seria política e economicamente mais racional e socialmente justo aplicá-la na consolidação de Sistema de Saúde nacional para todos os brasileiros e todas as brasileiras.
- d) no que se refere à organização do SUS, em todas as esferas de governo, é preciso combater a ausência de criatividade na gestão da coisa pública, a qual, freqüentemente, gera a paralisia, a falta de ousadia em inovar e a receita de um “remédio único” – o mercado – para resolver

quaisquer dificuldades que se apresentem. É preciso assinalar que, no caso dos Sistemas de Saúde nacionais, os piores exemplos do mundo são justamente os Sistemas de Saúde nacionais, individualistas e de mercado (os mais desiguais e perdulários do ponto do financiamento) e os melhores exemplos são os diversos Sistemas de Saúde nacionais socializados, portanto, universais.

*Nosso terceiro desafio consiste na realização de reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades. A reforma agrária e a reforma urbana são objetivos essenciais. O latifúndio modernizou-se e segue funcional na lógica do capitalismo brasileiro, cada vez mais agressivo ao meio ambiente e às condições de vida dos trabalhadores rurais. Nas cidades, onde vivem 80% da população brasileira, a violência urbana explode, cresce o *apartheid* social e são negados os direitos básicos da maioria. São necessárias reformas radicais na ocupação espacial em cidades com situação de elevado risco ambiental. Há a necessidade de aumento expressivo das áreas verdes nas cidades, alteração da matriz de transportes, priorização do transporte público de massas. A combinação das reformas agrária e urbana deve dar conta de começar a enfrentar estes problemas.*

O quarto desafio é a criação de um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza. Estes objetivos, no atual estágio da economia internacional e nos marcos da correlação de forças vigente, exige que se trabalhe em escala continental. O desenvolvimento da capacidade de produzir bens e serviços deve ter como objetivo central a satisfação das necessidades básicas de cada país, para elevar gradualmente seu nível de vida e, ao mesmo tempo, apoiar a capacidade de exportação, gerando assim os recursos necessários para a complementação das necessidades nacionais. Devemos fortalecer nosso mercado interno, garantindo a existência de soberania alimentar, de uma política industrial, de uma rede de pequenas e médias empresas, de uma política de ciência e tecnologia, bem como de proteção à cultura, educação e comunicação nacionais.

O quinto desafio é o de combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental. Desafio ainda maior se recordarmos que cada um dos países latino-americanos e caribenhos possui histórias particulares e correlações de força específicas, às quais correspondem estratégias e programas também diferenciados. A integração entre as economias latino-americanas exige, para além de projetos de infra-estrutura e compatibilização legislativa, a integração de políticas econômicas e de um sistema de financiamento e crédito alternativo ao que hoje é dominante.

Um sexto desafio é enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação. É preciso trabalhar estrategicamente com a dimensão universal dos direitos humanos, com as políticas afirmativas e com a promoção de políticas públicas que afirmem valores democráticos, o respeito à diversidade e o combate contra as discriminações e exclusões, inclusive aquelas que afetam a pessoa com deficiência. Temos como objetivo acabar com as variadas formas de discriminação associadas ao capitalismo e ao neoliberalismo, como é o caso do preconceito étnico/racial, do sexismo e da heteronormatividade. O enfrentamento do machismo, do racismo e da homofobia fazem parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Um sétimo desafio diz respeito à realidade da juventude. A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil. Os anos neoliberais foram especialmente cruéis com os jovens, resultando no agravamento da dificuldade de acesso à educação, saúde, emprego, à cultura, ao lazer e ao esporte, entre outros. No Brasil, apenas 3 em cada 10 jovens têm acesso ao ensino médio. Este cenário agrava-se ainda mais com a ausência de perspectivas de trabalho, pois também os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. A exclusão social associada à crescente e permanente difusão do individualismo, do consumismo, da futilidade e do

autoritarismo, são combinações explosivas. Várias instituições têm divulgado pesquisas mostrando que as principais vítimas da violência no Brasil são crianças, adolescentes e jovens. Hoje 70% da população carcerária brasileira é constituída por jovens entre 18 e 28 anos, demonstrando que as punições previstas aos adultos não inibem os jovens. A violência só diminuirá com um ataque profundo às suas causas, com a construção rápida e massiva de políticas que assegurem condições mínimas de vida para a juventude e, simultaneamente, proporcionem o acesso a uma formação integral. Sem isso, não se formará uma geração capaz de dar continuidade aos avanços sociais e econômicos que o país necessita.

Um oitavo desafio é deter o processo de destruição do meio-ambiente, a começar pelos recursos não-renováveis. Também por isto, a base produtiva de bens e serviços de cada um dos países, assim como as fontes fundamentais de energias e matérias-primas, devem estar sob controle direto ou indireto dos Estados e nações, e não a serviço das empresas multinacionais.

Todos estes desafios estão entrelaçados: não haverá democracia substantiva, sem desenvolvimento e soberania nacional; não haverá efetiva soberania, sem desenvolvimento e democracia; não haverá desenvolvimento pleno, sem soberania e democracia. Por isto, para nós do PT, a luta por democracia, a luta por soberania e a luta por desenvolvimento combinam-se com a luta pelo socialismo.

O programa de reformas democrático-populares sistematiza as medidas que podem alterar as estruturas da sociedade brasileira, num rumo anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista. Este programa é o norte a partir do qual construiremos o programa de governo das eleições de 2010.

O programa de reformas democrático-popular é parte do programa socialista do PT. Embora não tenha como premissa a extinção das relações capitalistas de produção ou da propriedade privada dos grandes meios de produção, tem um sentido geral anticapitalista, pois sua implementação entra em choque com o tipo de capitalismo hegemônico no Brasil, num processo de “aproximações” ao objetivo final cujo ritmo será determinado pela dinâmica concreta da luta de classes e da correlação de forças no país, na América Latina e no mundo.

Os componentes fundamentais deste programa são: a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma da educação, a consolidação do Sistema Único de Saúde, a democratização da comunicação social, a reforma política, a reforma do sistema financeiro e a reforma do Estado, todas vinculadas ao propósito de criar espaços públicos estratégicos não mercantis.

No processo de preparação do PT e do campo democrático-popular para as eleições 2010, devemos colocar este temas estratégicos e programáticos em debate, ao mesmo tempo que enfrentamos os problemas táticos e estritamente eleitorais.

Ao debater o lugar das eleições 2010 em nossa estratégia, é importante lembrar como caracterizamos as eleições presidenciais de 2006.

Segundo as resoluções da X Conferência Nacional da AE, disputamos “as eleições presidenciais de 2006, com um duplo objetivo: derrotar a direita e criar as condições para realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para alguns setores do PT, isto significava um segundo mandato ‘desenvolvimentista’, pró-capital ‘produtivo’ e não pró-capital financeiro. Para nós, um segundo mandato superior ao primeiro significava lançar as bases de um ciclo longo de desenvolvimento democrático-popular para o Brasil, através de mudanças mais profundas na realidade brasileira. Tanto para nós, quanto para outros setores, um segundo mandato superior ao primeiro supunha que as classes trabalhadoras, seus partidos e movimentos, acumulassem mais força política”.

Com base nisto, a X Conferência defendia que o segundo mandato correspondesse à orientação programática vitoriosa no segundo turno de 2006, expressa nas seguintes diretrizes:

- a) soberania externa com ênfase na integração continental;
- b) democratização com ênfase na reforma política e na comunicação social. A área de comunicação do governo, inclusive o Ministério da Comunicação, deveria estar totalmente comprometida com a democratização da comunicação social no Brasil;
- c) construir uma política de defesa nacional, baseada em critérios de soberania, democracia, respeito aos interesses do povo e articulada com a política de integração continental. O servidor militar deveria ser integrado ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país, efetivando-se democratização das Forças Armadas e desmilitarização da Polícia Militar. A PM comete mais de mil assassinatos por ano nas cidades do Rio e de São Paulo e continua impune e rotineira a tortura como prática de investigação e de punição informal.
- d) realizar a transição da política compensatória para as políticas sociais permanentes e destas para as grandes reformas estruturais, com destaque para as reformas agrária e urbana. Sendo fundamental que o PT e os partidos de esquerda tivessem forte incidência nos chamados ministérios sociais;
- e) reforçar as políticas de governo que promovem a igualdade racial, de gênero e a livre orientação sexual. Avançar na agenda legislativa que contempla as demandas do movimento negro, feminista e GLBT. O governo deveria trabalhar para aprovar no Congresso Nacional a criminalização da homofobia, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto;
- f) uma política econômica que combine crescimento com forte distribuição de renda, o que exigiria enfrentar especialmente o grande capital financeiro privado. A área econômica no sentido amplo (Banco Central, Ministério da Fazenda, Planejamento, bancos públicos, ministérios vinculados à produção e infra-estrutura, ciência e tecnologia, fundos de pensão) precisaria estar totalmente afinada com a política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, inclusive as indicações do governo nos fundos de pensão e no Banco Central.

Entretanto, analisando o ano de 2007, as resoluções da X Conferência diziam ser preciso reconhecer que “não avançamos no sentido de reformas mais profundas. E embora os ‘desenvolvimentistas’ tenham ampliado seu espaço no governo, os ‘neoliberais’ seguem controlando o Banco Central, de onde favorecem o grande capital financeiro, além de influenciarem outras áreas do governo”.

A X Conferência apontava ainda que, do ponto de vista político, sofremos derrotas importantes, como na reforma política e na CPMF, fortalecimento da centro-direita no governo, conflitos entre os partidos de esquerda, divisão na CUT, distanciamento de alguns movimentos sociais em relação ao governo.

Para a X Conferência, isto não queria dizer que o segundo mandato estivesse sendo igual ao primeiro. Mas queria dizer que, do ponto de vista estratégico, ou seja, do ponto de vista das reformas estruturais, o segundo mandato não estava sendo superior ao primeiro.

Um exemplo desta continuidade estratégica (ou estrutural) é o fato da redução da desigualdade acontecer através da diminuição da distância entre os que vivem de salários, ao mesmo tempo que a burguesia lucrava como nunca. Outro exemplo de continuidade estratégica é a hegemonia do setor financeiro sobre a economia nacional.

Nas resoluções da X Conferência, dizíamos textualmente que “se não houver uma alteração de curso muito significativa, podemos sofrer uma derrota eleitoral e política em 2010. Esta alteração de curso pode vir como reação a uma radicalização da oposição (como ocorreu em 2005); por uma mudança no quadro econômico internacional e nacional; pela mobilização das classes trabalhadoras; por iniciativa do próprio governo e do presidente da República; por pressão do PT e dos partidos de esquerda; ou ainda por uma combinação destas diferentes causas”.

Hoje, estamos exatamente diante de uma “mudança no quadro econômico internacional”, que reduz a possibilidade do governo manter uma política que, sem tocar nos imensos lucros da burguesia, proporcionava ganhos sociais para amplas camadas populares.

O novo quadro, de crise internacional, exige do governo e das forças políticas e sociais que o apoiem, a adoção de medidas mais ousadas, mais radicais. O governo é levado a reorganizar sua política e o Partido é chamado a reabrir o debate estratégico.

Nestes marcos, defendemos que o governo Lula adote imediatamente as seguintes medidas:

a) redução substancial nas metas de superávit primário, para liberar o conjunto dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida pública para os investimentos em infra-estrutura e sociais;

b) redução acelerada nas taxas de juros, combinada com a demissão do presidente do Banco Central e recomposição da diretoria;

c) alteração nas instituições de política econômica, democratizando a composição do Conselho Monetário Nacional, do Conselho de Política Monetária e do Banco Central, que devem conquistar autonomia frente aos interesses do grande capital financeiro privado;

d) controle de capitais. A oscilação no câmbio, o impacto da instabilidade econômica internacional e o risco de uma nova fuga de capitais, em direção à “qualidade” oferecida noutras praças financeiras, precisam ser evitadas por meio da instituição de mecanismos de controle da entrada e saída de capitais;

e) ampliação dos investimentos públicos na infra-estrutura. Os investimentos liberados pela redução do superávit primário e da taxa de juros precisam ser direcionados para investimentos produtivos de larga escala;

f) plano emergencial de obras públicas nas grandes cidades. As metrópoles brasileiras concentram pobreza, problemas urbanos, carência de transportes coletivos, déficit habitacional, imensos problemas ambientais e de saneamento. A ampliação dos investimentos em infra-estrutura deve contemplar também este setor;

g) ampliação nos investimentos públicos nas áreas sociais. A oferta de mais serviços e bens públicos, além de elevar a qualidade de vida de dezenas de milhões de trabalhadores, cria empregos e resulta também numa ampliação não-inflacionária da renda dos trabalhadores;

h) extinção da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), tornando possível a ampliação dos investimentos nas áreas sociais e garantia dos percentuais de aplicação de recursos orçamentários previstos na Constituição Federal para saúde e educação, e elevação do financiamento desta dos atuais 4% para 7% do PIB, retirando o veto de FHC a esta meta, conforme determinado no Programa de Governo de Lula;

i) ampliação do valor real do salário mínimo e das aposentadorias, medidas de comprovado impacto social, capazes de criar um efeito virtuoso sobre a produção e o consumo internos;

j) transformação da dívida pública dos Estados e municípios em investimentos sociais do governo federal. A maior parte das grandes cidades, e diversos Estados, poderão assim realizar maiores investimentos sociais;

k) desmanchar os entraves legais e burocráticos típicos do período neoliberal, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe pesadas restrições aos gastos públicos, estimula a terceirização dos serviços e impede (através dos limites em gastos com pessoal) a constituição de um estafe estatal técnico capaz de gerar projetos estratégicos; as normativas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e dos componentes do sistema financeiro estatal (BB, CEF, BNDES etc.), que restringem sobremaneira a capacidade de endividamento e tomada de linhas de financiamento (e portanto de investimento) dos entes federativos (estados e municípios) através de exigências descabidas (como por exemplo, superávit primário nos últimos quatro anos que antecedem a contração de empréstimo); e da Lei das Licitações que embora tenha sido um avanço no sentido do controle sobre as compras e contratações públicas, enseja um conjunto de entraves desnecessários que atrasam a execução dos projetos, favorecem a constituição de cartéis e dificultam o acesso às concorrências das pequenas e médias empresas, que precisam ser revistas e atualizadas, sem prejuízo de instrumentos eficientes de fiscalização, no sentido de garantir a celeridade e a democratização necessárias a um novo modelo de desenvolvimento;

l) desonerar o processo de financiamento dos entes federativos no que tange à obras e realizações de caráter estrutural e de interesse social, reduzindo a taxa de juros (nominais e de "spread") , eliminando ou diminuindo drasticamente as exigências de contrapartida e estabelecendo prazos mais largos de carência para pagamento;

m) defesa da poupança popular, preservando os rendimentos dos pequenos investidores em cadernetas de poupança e a rentabilidade do FGTS, ameaçados pelas recentes mudanças introduzidas no cálculo da TR pelo BC, medida que implica remuneração inferior à inflação para estas aplicações, em benefício de outras que seguem a lógica do sistema financeiro;

n) ampliar o controle do Estado sobre a economia privada capitalista, tendo entre outros objetivos ampliar a presença da União na Petrobrás, viabilizar a exploração sob controle público do Pré-Sal e recuperar a Vale do Rio Doce;

o) reforma tributária que grave pesadamente as grandes riquezas, acoplada ao aumento de recursos para seguridade social e educação;

p) ampliar a geração de empregos e o apoio à pequena e média empresa, o que exigirá um programa de reforma urbana e de reforma agrária de dimensões superiores aos atuais. O que, no caso do campo, exigirá alterar o modelo de reforma agrária, baseada exclusivamente na desapropriação onerosa, por outro modelo, baseado na expropriação por interesse social. Mais recursos para agricultura familiar e mudança no índice de produtividade para fins de reforma agrária;

q) desmontar os pilares políticos que sustentam a hegemonia das classes dominantes, entre os quais o monopólio da comunicação e o financiamento privado das campanhas eleitorais.

Nosso país é marcado pela dependência, pela desigualdade e pela falta de democracia. As imensas transformações que experimentamos, desde o século XIX até hoje, não alteraram estas grandes características nacionais. O que explica esta capacidade de mudar sem mudar, é principalmente a opção das classes dominantes por fazer a transição pelo alto, através do chamado pacto das elites, evitando assim a irrupção das classes dominadas e suas reivindicações anti-sistêmicas.

A eleição de Lula, em 2002, e nossos quase 8 anos de governo não alteraram esta dinâmica histórica característica do Brasil. Em certa medida por opção estratégica, em certa medida por conta da correlação de forças internacional e nacional, nosso governo federal foi hegemonizado por uma política de conciliação, pelo gradualismo, pelo intuito de mudar pactuando.

Nossa cooptação por esta tradição brasileira deriva, em parte, da “herança maldita” e também da força que a oposição de direita mantinha e segue mantendo nas instituições estatais, principalmente no Congresso Nacional. Essa força não deve ser subestimada nunca e é contra ela que devemos dirigir o principal de nossa iniciativa política.

Entretanto, a hegemonia neoliberal e a força da oposição explicam muito, mas não explicam tudo. Ademais, se experimentamos dificuldades para enfrentá-las, é exatamente por causa dos erros cometidos pela esquerda, em particular pelos petistas, com destaque para aqueles que comandaram tanto o governo quanto o Partido entre 2003 e 2005, a começar por Lula.

Entre estes erros, que devemos analisar e superar, citamos os seguintes, cometidos especialmente até 2005:

a) o rebaixamento ideológico e programático, que incluiu abandonar a perspectiva revolucionária e o socialismo com objetivo estratégico do Partido, reduzindo ao ponto do desaparecimento os vínculos entre nossa ação de governo e a luta contra o capitalismo;

b) uma estratégia geral de conciliação de classe e coexistência pacífica com a hegemonia neoliberal, baseada numa postura cuja tradução popular é: “melhor um mau acordo do que uma boa briga”;

c) uma política de “governabilidade institucional”, baseada principalmente na construção de maiorias congressuais, subestimando o caráter estratégico da “governabilidade social”;

d) uma política econômica que não tocou na hegemonia do capital financeiro, mantendo altas taxas de juros e enorme superávit primário, priorizando o serviço das dívidas públicas e contingenciando pesadamente o orçamento da União;

e) a incorporação de premissas do pensamento neoliberal em importantes setores do governo, o que por sua vez está na base de erros como o da reforma da previdência, que dividiu nossa base social, pondo a perder o momento em que poderíamos unificar esta base na execução de reformas populares;

f) um forte viés compensatório nas políticas sociais e a não realização de reformas estruturais que apontassem na linha da universalização de direitos;

g) uma política de comunicação tradicional, que não trabalhou para democratizar profundamente a comunicação social;

h) a transformação do Partido em correia de transmissão do governo;

i) a adoção de uma política de financiamento similar a vigente nos partidos tradicionais;

Estes erros resultaram, direta ou indiretamente, da chamada “estratégia de centro-esquerda”, que veio se consolidando no Partido desde 1995.

Dela derivou, por exemplo, a avaliação de que não havia condições políticas para a implementação imediata de nosso programa de governo, introduzindo a idéia de uma “transição”

prévia à adoção de um programa que já havia sido bastante desidratado. Perdemos, com isto, a “inércia positiva” de toda vitória eleitoral, inclusive o entusiasmo em torno das possíveis mudanças.

Paradoxalmente, o excesso de moderação acabou colocando em xeque os pressupostos da própria “estratégia de centro-esquerda”.

A “coexistência pacífica” na transição do governo FHC para o governo Lula criou pontos de esgarçamento nas relações com setores de nossa base social tradicional, com os segmentos mais politizados das camadas médias e com a maior parte da intelectualidade progressista. Hoje, apesar dos altos índices de popularidade de Lula, o PT segue sofrendo os efeitos daquele esgarçamento.

Por outro lado, não se consumou nenhuma aliança estável com setores da burguesia que, em tese, “aceitariam” o governo Lula e poderiam agrupar-se em torno de suas políticas, como supostamente almejaria a “estratégia de centro-esquerda”. Os setores que até há pouco aplaudiam o conservadorismo da política monetária, no máximo toleram nossa presença no governo e seguem dando apoio à oposição. E os setores convocados a participar da iniciativas governamentais, inclusive a constituição de grandes empresas nacionais, não se demonstram aliados confiáveis, como se está vendo na onda de demissões praticadas por empresas turbinadas por recursos públicos.

Apesar disso, setores do governo e do Partido insistem ainda hoje em buscar uma aliança estratégica, tanto com setores do grande capital financeiro, quanto com o PSDB. Esta ilusão desarma política e ideologicamente o Partido, produz derrotas como a da CPMF, e deve ser combatida duramente.

Destaca-se, entre os erros cometidos pelo conjunto do partido, a começar pelos que estão com responsabilidades de governo, a adoção de uma política de governabilidade de tipo parlamentarista. Nosso Partido e o governo agiram muitas vezes como se o parlamentarismo tivesse sido vitorioso em 1993, como se o “gabinete ministerial” e o programa de governo tivessem que corresponder à maioria congressual.

Ao longo do primeiro mandato, esta concepção parlamentarista de governabilidade demonstrou todos os seus limites. Tornou o governo crescentemente dependente da maioria de direita e crescentemente refém do fisiologismo predominante nos partidos conservadores. Fez o PT e o conjunto do governo pagarem por atitudes e práticas dos partidos conservadores a nós aliados. E fez o PT adotar uma postura leniente frente a inadiável luta por uma reforma política.

Depois da crise de 2005, o conjunto do PT começou a perceber a necessidade de superar esta equivocada “concepção parlamentarista de governabilidade”, colocando no seu lugar uma governabilidade conquistada através da combinação entre atuação parlamentar, ação de governo, mobilização social e pressão da opinião pública, combinada com a luta por uma reforma política profunda.

Mas, como vimos de 2007 em diante, setores importantes do PT e do governo ainda insistem na política antiga, o que se traduziu por exemplo na falta de mobilização do governo em defesa da reforma política; bem como na falta de mobilização do Partido em defesa da CPMF.

O conjunto de erros cometidos entre 2003 e 2005 criou um ambiente propício ao ataque da direita contra nós, ataque que quase nos afastou do governo federal e quase destruiu o Partido. Vale dizer que o recurso a métodos de financiamento típicos do PSDB, embora tenha sido o pretexto midiático para os ataques, foi consequência e não causa dos problemas estratégicos.

Os erros não foram fatais, porque tivemos acertos importantes, que somados às nossas “reservas estratégicas” (o capital político acumulado em mais de 20 anos de luta e as conquistas sociais efetivas proporcionadas por nossa presença no governo federal) nos permitiram enfrentar a crise de 2005 e vencer as eleições de 2006.

Vencemos o segundo turno presidencial de 2006 por diversos motivos: a memória negativa deixada pelos governos neoliberais; os erros políticos cometidos por nossos adversários; as realizações do primeiro mandato de Lula; a força da militância petista e dos setores populares; a linha de campanha adotada no segundo turno, de confronto entre projetos políticos.

Certamente que as alianças que fizemos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, contribuíram para a nossa vitória. Mas a dinâmica das alianças foi bastante desigual nas diversas regiões do país. Destaca-se o fato de que importantes seções estaduais de “partidos aliados” não apoiaram Lula nem no primeiro, nem no segundo turno. Em vários locais estes partidos tinham e seguem tendo o PT como adversário ou inimigo.

Apesar disso, é importante constatar que os aliados de centro-direita, especialmente o PMDB, jogam um papel importante tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados.

Com este argumento, ao compor o ministério do segundo mandato, o presidente optou por ampliar o espaço dos aliados de centro e de direita, quando o adequado teria sido insistir na construção de uma “governabilidade de novo tipo”, menos dependente da dinâmica puramente parlamentar, mais embasada em interlocução social, comunicação ativa, ação de governo, retaguarda internacional, respaldo popular e mecanismos de democracia direta.

Portanto, a composição do ministério do segundo mandato não traduziu a conjuntura potencialmente favorável aberta pela reeleição de Lula e pelo resultado geral colhido nas urnas em 2006. O resultado foi que o governo e o presidente se fortaleceram, enquanto o PT e a esquerda oscilam ao redor dos patamares históricos. Incluindo nesta equação nossa correta opção por não disputar um terceiro mandato para Lula, fica claro que nossa estratégia e nossa política de acúmulo de forças apresentam problemas.

O governo, como sabemos, seguiu e ainda segue bem na opinião pública. Mas, do ponto de vista das reformas estruturais e do acúmulo político-organizativo das esquerdas, persistem os problemas já apontados. Motivo pelo qual devemos travar um debate muito consistente, tanto de avaliação do governo, quanto sobre nossa estratégia, nosso programa e nossa tática para 2010 e os próximos anos.

Conquistamos, em 2006, uma vitória eleitoral, uma vitória sobre a mídia, uma vitória partidária e uma vitória político-ideológica. Mas tais vitórias, bem como os atuais índices de Lula nas pesquisas, não anistiam nossos erros, não garantem vitórias futuras, nem eliminam as imensas dificuldades e riscos que seguem existindo.

Entre estes riscos, há um que parece distante de nós, embora tenha afetado o governo de Salvador Allende e esteja sempre presente nos processos em curso na Venezuela e na Bolívia, entre outros: o de que nosso governo tente colaborar na construção de um novo ciclo histórico, mas sem reunir as condições políticas e ideológicas necessárias para enfrentar a previsível reação das classes dominantes.

Ademais deste, há três outros riscos estratégicos que se fazem presentes entre nós com muita força.

O primeiro deles é que nossa presença no governo federal não contribua para alterar, de maneira estrutural, a sociedade brasileira.

O segundo deles é que a direita volte ao governo, em 2010, fazendo da nossa passagem pelo governo federal apenas um breve intervalo, depois do qual o país retornaria à “normalidade” conservadora.

O terceiro risco é que não sejamos capazes de produzir uma estratégia que possa orientar nossa atuação, naqueles momentos em que não estivermos à frente do governo federal.

A estratégia ainda hegemônica no governo e, em menor medida, no PT, não impede a mudança política e social, mas a torna muito superficial, uma vez que não toca na estrutura de propriedade vigente no país. Noutras palavras: os avanços sociais acumulados desde 2003 não sobreviverão caso o PSDB-DEM voltem ao governo federal.

Além disso, é uma estratégia arriscada, pois não equaciona corretamente a questão do poder político. Noutras palavras: no médio prazo, não é sustentável manter praticamente intocado o poder econômico das classes dominantes e, ao mesmo tempo, não conseguir reduzir significativamente seus espaços de poder no Judiciário, no Senado, na Câmara dos Deputados, nos meios de comunicação etc.

Qualquer que seja o balanço que façamos sobre a estratégia seguida de 2003 até 2005 (sob hegemonia palocista) e de 2005 até hoje (com um viés “desenvolvimentista”), é importante constatar que a crise econômica exacerba os limites e as contradições do gradualismo, tornando cada vez mais urgente a implementação de uma estratégia de outro tipo, que vise maior radicalidade e velocidade nas mudanças econômico-sociais e políticas.

Nosso programa para as eleições de 2010, mas também nosso combate à crise desde já, deve se basear nesta outra estratégia, que ademais deve responder de maneira clara qual o vínculo que existe entre nossa ação de governo e nosso objetivo socialista.

Uma das decorrências deste giro estratégico é a necessidade de reconstituir o campo democrático-popular, tanto na relação com os partidos de esquerda quanto com os movimentos sociais e a intelectualidade.

A partir desta base, ampliaremos em duas direções principais:

- a) em direção ao conjunto de nossa base eleitoral e social, para o que será fundamental o prestígio de Lula, do governo e do PT;
- b) em direção aos demais partidos da base do governo, inclusive o PMDB, no sentido de atrair estes setores, no primeiro ou no segundo turno.

A questão do PMDB, enquanto partido, e dos setores de centro, do ponto de vista sociológico, constitui uma das questões centrais da disputa de 2010.

O fundamental, na disputa do centro, é o debate político ideológico sobre os diferentes programas de país e não, como pensam alguns, o debate sobre as alianças regionais e os espaços de governo.

Ademais, até para viabilizar coligações com o centro, é preciso que a esquerda tenha força.

Por fim, é preciso que o PT saia fortalecido das eleições de 2010. Inclusive para tornar possível a reforma política, sem a qual será cada vez mais difícil implementar nossa estratégia eleitoral-institucional.

Por todos estes motivos, defendemos que o PT construa fortes pré-candidaturas a governador nos estados e, com base nelas, estabeleça a política de alianças, em coordenação com a direção nacional do Partido e levando em consideração os três elementos citados anteriormente. O PT pode abrir mão de ter candidatos majoritários, mas isto deve ser uma decorrência e não uma premissa.

A candidatura do PT à presidência da República, em 2010, vem sendo debatida, formal ou informalmente, desde a crise de 2005. A solução proposta pelo presidente Lula, ou seja, a candidatura de Dilma Rousseff, vem sendo crescentemente aceita, não se descartando que o IV Congresso do PT aprove sua candidatura por aclamação ou, pelo menos, sem disputa.

Além de contar com o apoio de Lula e com trânsito forte no PT, a candidatura Dilma tem a seu favor:

- a) ser a principal expressão do PAC, com toda a simbologia explícita;
- b) ser uma militante de esquerda desde a luta armada contra a ditadura militar;
- c) ser uma administradora reconhecida;
- d) ser mulher.

Paradoxalmente, devemos incluir entre os pontos favoráveis o fato de Dilma nunca ter sido candidata à disputas eleitorais.

A grande dificuldade da candidatura Dilma não está nela, mas na situação: será a primeira vez que Lula não disputará as eleições presidenciais, desde 1989. Isto nos priva da identificação quase-automática que há, para as grandes massas populares, entre Lula e o projeto político-social que nós defendemos. Motivo pelo qual será necessário construir politicamente esta identificação entre Dilma e nosso projeto, mais precisamente com o terceiro mandato de esquerda e progressista.

Esta construção passa por um forte diálogo entre Dilma, o PT, os partidos de esquerda, os movimentos sociais, a intelectualidade progressista, em torno do programa de governo 2011-2014. Este diálogo terá como um de seus pontos fortes a natureza do desenvolvimento e sua vinculação com o projeto socialista do Partido, em suas várias dimensões (democrático e ambiental, inclusive).

Passa por reproduzir em 2009 e 2010, em linhas gerais, o que fizemos no segundo turno das eleições de 2006: o confronto de projetos de país, combinando a defesa dos oito anos de governo Lula, sua continuidade e aprofundamento; com um forte debate ideológico sobre o neoliberalismo, o capitalismo, as reformas estruturais democrático-populares e socialismo.

Passa por ampliar a oposição ao PDSB e ao DEM, nos estados e municípios onde estes partidos comandam os governos, especialmente em São Paulo de Serra, Minas Gerais de Aécio e Rio Grande do Sul de Yeda.

Passa por engajar plenamente nossa ação de partido, bancadas e onde estamos nos governos, no combate à crise, especialmente no enfrentamento da sabotagem da oposição e da ganância dos grandes empresários serristas que praticam demissões.

A disputa sucessória foi antecipada. Parte dela está se travando através da ação dos governos, das polêmicas parlamentares e da disputa através dos meios de comunicação. Mas parte delas se

travará nas ruas, na mobilização social, na qual terá importância a plataforma de mobilizações que venha a ser aprovada no Congresso da UNE e no Congresso da CUT.

A XI Conferência tomou conhecimento e aprovou a plataforma que apresentaremos ao Conune e ao Concut (ver resoluções específicas a este respeito).

Terá muita importância, também, o processo de eleição das novas direções do PT e o IV Congresso que o Partido fará em 2010.

No plano da construção partidária, a XI Conferência reafirma que os temas centrais são:

- a) a construção de uma política financeira que liberte o PT da dependência de financiamentos privados;
- b) a construção de uma política de comunicação de massas;
- c) a construção de uma Escola de Quadros e de um sistema nacional de formação política;
- d) a adoção de uma política de mobilização, que faça o PT estar presente no cotidiano da vida política do país, não apenas nos processos eleitorais ou através dos mandatos eletivos.

Vitoriosos em 2010, os desafios do terceiro mandato serão ainda maiores. Sem Lula na presidência, o campo democrático-popular será muito mais exigido. O que exigirá do PT uma capacidade programática, estratégica, organizativa e política muito superior ao que temos hoje. É isto que ajudaremos a construir, na XI Conferência Nacional da AE, no PED 2009 e no IV Congresso do PT.

Com base nas resoluções da XI Conferência, a nova direção nacional deve elaborar os documentos que apresentaremos:

- a) de balanço do governo Lula;
- b) de contribuição ao programa de governo 2011-2014;
- c) nossa plataforma ao PED 2009;
- d) nossa plataforma ao IV Congresso do PT.

Buscaremos construir estes documentos em comum acordo com as forças que, no PED 2007, lançaram a chapa Militância Socialista. É importante reproduzir, nos estados e municípios, os debates previstos para a Conferência nacional da esquerda socialista do PT (3 e 4 de abril de 2009).

O resultado das eleições de 2010 terá implicações estratégicas para o PT e para toda a esquerda brasileira. Para debater estas implicações e tomar as medidas orgânicas decorrentes, a XI Conferência convoca, para depois das eleições de 2010, o 1º Congresso da Articulação de Esquerda.

No terreno da organização da tendência, a XI Conferência reafirma as resoluções da X Conferência e aprova resoluções específicas sobre as eleições 2010, sobre a frente institucional, sobre a frente de massas, sobre a Escola de Quadros, sobre o Página 13, sobre a Associação de Estudos e sobre a política de finanças.

No terreno das candidaturas proporcionais, defendemos que a AE dispute de maneira mais intensa as eleições de 2010.

Nossa avaliação a respeito da profundidade e complexidade da crise do capitalismo que assola o mundo, seus desdobramentos para o Brasil, colocam novos e importantes desafios para o PT, para a esquerda e para a nossa tendência.

A AE representa uma significativa base social, cuja militância está inserida no partido e nos mais diversos movimentos sociais em, praticamente, todo o território nacional.

Expressamos, igualmente, uma opinião dentro do PT e na sociedade brasileira que influencia e disputa, dentro dos marcos do socialismo, o debate a respeito dos rumos a serem tomados pelo PT e a esquerda em geral.

Contudo, nossa representatividade institucional, em especial no Congresso Nacional, está muito aquém daquilo que somos em termos sociais e políticos.

Tendo em vista a estratégia adotada pela esquerda brasileira, fazer crescer nossa representatividade e força institucional se impõe como uma das tarefas para o próximo período.

Para tanto, nas próximas eleições, devemos apresentar candidaturas para deputado estadual, federal e onde for possível para a chapa majoritária em todos os estados onde existimos.

Nossas candidaturas devem ser escolhidas entre os nossos quadros orgânicos, respeitando uma equação que nos leve as melhores condições para eleger o maior número possível de companheiros e companheiras identificados com a nossa política. A DNAE estará discutindo com as DEAEs e contribuindo neste debate para que possamos produzir bons resultados.

Nossa tática eleitoral deve repercutir uma plataforma política que expresse as lutas sociais e as reivindicações das classes populares, as transformações que queremos para o Estado Brasileiro, a defesa dos elementos programáticos que desejamos que sejam implementados no terceiro mandato do PT à frente da presidência da República, bem como o debate ideológico acerca do socialismo.

Devemos, igualmente, nos preparar com antecedência, buscando constituir estruturas de campanha que possam atuar com níveis elevados de profissionalismo e eficiência.

Isto, obviamente, não quer dizer reproduzir ou copiar práticas que condenamos e/ou que nos descaracterizem.

Porém, significa desenvolver uma política de comunicação competente e criativa; um sólido sistema de organização e arrecadação financeira (respeitando os marcos legais e nossas definições políticas); e ousadia política na busca de uma ampliação máxima da nossa base eleitoral.

Enfim, criar as condições necessárias para traduzir nossa expressão social em resultado eleitoral concreto.

Resolução sobre o PED 2009

As eleições presidenciais de 2010 têm um significado estratégico; nelas e depois delas, o Partido dos Trabalhadores será ainda mais necessário e exigido.

Levando isto em consideração; e considerando a experiência dos três últimos processos de eleição direta das direções partidárias, a AE defendeu que adiássemos o PED marcado para 2009.

Sugerimos convocar os mesmos delegados eleitos ao 3º Congresso, para que estes aprovassem o adiamento; e propusemos recompor neste Congresso extraordinário tanto o Diretório quanto a Executiva nacionais.

Sem entrar nos motivos particulares pelos quais cada setor do Partido defendeu a manutenção do PED em 2009, motivos que em alguns casos mantém relação com a grande quantidade de filiações feitas no último período, o fato é que a maioria do Diretório Nacional declarou que não ver maiores riscos nem contradições incontornáveis entre a mais ampla manifestação da democracia partidária (a eleição direta das direções partidárias) e a criação da mais forte unidade política para enfrentar os desafios de 2010.

Curiosamente, quando mais nos aproximamos do PED, mais e mais lideranças têm se pronunciado em favor de medidas que evitem que as eleições internas se transformem num fator de divisão.

Estes pronunciamentos chegam tarde e as propostas feitas podem, ao contrário do que afirmam pretender, prejudicar a unidade partidária.

Se é verdade que “a disputa eleitoral de 2010 será uma das mais radicais que o Brasil já viveu desde a redemocratização”, então é preciso que nosso Partido, nossa coligação e nossa candidatura apresentem um programa à altura desta radicalização.

O que exige formular acerca de temas polêmicos, a saber: o que falta fazer para “consolidar um projeto que está colocando o país num caminho que a direita sempre combateu”.

A contribuição do PT para este programa será aprovada, ao menos suas linhas gerais, no 4º Congresso do Partido. Logo, o processo de escolha destes delegados deve ser marcado pelo debate programático, o que implica em chapas, teses, polêmicas.

Sem isto, corremos o risco de, em nome da desejada unidade, jogar fora a criança (a boa polêmica necessária para a formulação do programa) junto com a água suja do banho (os sectarismos, a despolitização, a confusão entre eleição democrática e arregimentação de eleitores).

Se é verdade que “a tarefa histórica do PT ainda está em curso”, então o entendimento da “centralidade estratégica da eleição da companheira Dilma”, com a decorrente ampla política de alianças, não pode produzir um enfraquecimento da força eleitoral e institucional do PT. E nem sempre é fácil distinguir as alianças que efetivamente colaboram para a eleição presidencial & para o fortalecimento do PT, daquelas alianças que feitas supostamente em nome da eleição presidencial, só resultam em enfraquecimento do PT e da esquerda, impedindo a “eleição de uma grande bancada de deputados e senadores”.

Distinguir e escolher entre as diferentes táticas, só é possível através do debate democrático. Motivo pelo qual o processo de escolha dos delegados ao Congresso deve permitir um debate tranqüilo e democrático, sem sectarismos nem bipolarizações artificiais, pois todos defendemos a prioridade estratégica da eleição de Dilma presidente, mas nem sempre estamos de acordo sobre quais seriam os movimentos táticos mais adequados para este fim. E só o 4º Congresso aprovará decisão definitiva acerca destes movimentos.

Se é verdade que as exigências sobre o PT “serão maiores” a partir de 2010, também é verdade que ninguém está satisfeito com a maneira como funcionamos hoje; arriscamos dizer que há um

amplo consenso sobre a necessidade de introduzir rapidamente mudanças no estatuto partidário. Mas quais mudanças serão estas?

Aqui, uma vez mais, só o debate poderá indicar o caminho certo.

Como se vê, tanto no terreno do programa e das alianças, quanto no terreno da organização interna, há a necessidade de travamos um profundo debate.

De nossa parte, temos críticas ao tipo de debate que se estabelece no processo de PED, dada sua natureza pública e não-congressual, fortemente influenciada pela mídia e pelo poder econômico. Mas, para respeitar a posição da maioria do DN em favor do PED em 2009, precisamos descobrir como é possível, através deste PED, “alcançarmos um grau elevado de unidade interna”.

Setores do Partido têm dito que um dos expedientes que facilitaria este processo de unidade estaria na “construção de uma candidatura única à presidência nacional”.

Esta idéia foi apresentada de várias formas, entre as quais um abaixo-assinado encabeçado por dirigentes vinculados à tendência Construindo um novo Brasil.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que não basta uma boa presidência, é necessária uma boa direção coletiva. E uma direção coletiva do partido, não uma correia de transmissão do governo.

Em segundo lugar, quem defende a unidade deveria ser mais tímido na apresentação de nomes. Salvo se o objetivo for propor a unidade, mas tendo como objetivo real ou consequência prática apenas manipular os sentimentos de unidade em favor de angariar mais votos para esta ou aquela chapa & tendência interna.

Quem quer de fato a unidade, não começa lançando nomes, mas sim convidando para o diálogo aberto em torno de alternativas, no plural. Até porque o PED não se limita à presidência nacional, por mais que esta seja simbólica: envolve chapas nacionais, além de presidências e chapas estaduais e municipais.

Da parte da Articulação de Esquerda, não há e nunca houve qualquer impedimento ao diálogo. Até porque, ainda que de maneira torta, parte dos que defendem a “unidade” no fundo estão reconhecendo alguma razão nas preocupações que levaram a AE a defender o adiamento do PED.

O que está fora de questão, para nós, é uma unidade sem unidade & um PED sem PED, ou seja, uma tentativa de castrar o debate livre das diferentes posições partidárias e de transformar a bandeira da unidade em mero slogan de um setor contra outros setores do Partido.

Neste sentido, uma vez que a esmagadora maioria do Diretório Nacional entendeu por bem manter o PED em 2009, nos parece mais politizado sair da fase dos discursos genéricos e passar à exposição das posições concretas de cada setor do Partido, por exemplo acerca do programa 2011-2014. Pois, em última análise, é principalmente em torno disto que será possível ou não a unidade real, inclusive aquela produzida no PED, através da manifestação democrática da maioria dos filiados ao PT.

Nossa proposta de estratégia, programa e política de alianças para 2010, bem como de construção partidária, estão nas resoluções da XI Conferência Nacional da Articulação de Esquerda.

Tendo em vista a decisão do Diretório Nacional, mantendo o PED para 2009, o espaço mais adequado para o debate destas e de outras propostas é o próprio processo de eleição das direções partidárias.

A Articulação de Esquerda deve articular chapa e candidaturas em todos os níveis, no PED 2009. Sempre que possível, em aliança com as tendências que lançaram a chapa Militância Socialista. Havendo base política para tal, em aliança com outras tendências. Onde for necessário, para oferecer uma alternativa democrático-popular e socialista aos filiados do PT, a Articulação de Esquerda lançará candidatura e chapa própria.

A base política para nossas alianças e campanhas no PED 2009 é a resolução política da XI Conferência Nacional da AE. A direção nacional da AE deve ser informada e acompanhar as alianças estaduais e municipais, intervindo sempre que houver contradição com a nossa linha política.

A chapa nacional será composta a partir das forças que, no PED 2007, estiveram representadas pelas chapas “Esperança Vermelha” e “Militância Socialista”.

Para encabeçar esta chapa, a XI Conferência Nacional propõe, para debate com as outras forças da chapa, o nome da companheira Iriny Lopes, dirigente nacional do PT e deputada federal (Espírito Santo).

Dirigente do Partido desde os anos 1980, deputada federal, militante dos direitos humanos, a companheira Iriny Lopes reúne as condições políticas e pessoais adequadas para dirigir o PT no período 2010-2012, a começar pela campanha presidencial em que elegeremos a primeira mulher presidente da República.

A direção nacional da AE constituirá uma força-tarefa, coordenada por Valter Pomar, em acordo com os demais integrantes da chapa, para implementar a campanha da chapa e da candidatura presidencial, com as seguintes prioridades:

- a) texto de apresentação da candidatura e da chapa (e respectivos impressos)
- b) vídeo de apresentação da candidatura e da chapa
- c) rotina de contatos com os meios-de-comunicação
- d) ato de lançamento da chapa e candidatura em Brasília
- e) atos de lançamento de chapa e candidatura nos estados onde houver chapa estadual com o mesmo perfil da chapa nacional
- f) presença da candidata nos debates oficiais
- g) representação da chapa nos debates
- h) eventos com “setores” em Brasília (parlamentares; militantes no governo; etc.)
- i) agenda da candidata
- j) finanças da chapa e candidatura

As direções estaduais da AE devem designar, em cada estado, uma pessoa para coordenar a campanha nacional. Sempre que possível, esta pessoa deve também coordenar a chapa estadual; bem como deve integrar a coordenação indicada em comum acordo com as demais tendências integrantes da chapa nacional.

Nossa chapa e candidatura têm os objetivos expostos na Resolução Política da XI Conferência; e têm como objetivo eleitoral manter e ampliar o percentual obtido, em 2007, pelas chapas AEV e MS. Este percentual pode, a depender das alianças feitas por outras chapas, levar nossa candidatura ao 2º turno.

Um aspecto importante da campanha será reforçar a campanha da chapa e da candidatura a presidência nacional no Espírito Santo; bem como a articulação entre o PED 2008 e nossas campanhas a deputado em 2010, em especial no caso dos atuais parlamentares.

Os nomes que comporão nossa chapa nacional serão decididos pela DNAE, em reunião convocada para este fim; ou mediante votação através de correio eletrônico.

Os nomes que, após o PED, serão indicados para o Diretório e a Comissão Executiva Nacional serão escolhidos, em reunião convocada para este fim, respeitado o acordo de composição formado pelos integrantes da chapa.

Recomenda-se que a chapa nacional, bem como as chapas estaduais e municipais equivalentes, sejam inscritas com o nome de "Esquerda Socialista"

Resolução sobre Comunicação da AE

Considerando a importância do trabalho de comunicação, autoriza a direção nacional eleita na XI Conferência a:

- a) manter a edição mensal do Página 13
- b) manter a Página 13 eletrônica
- c) manter o funcionamento da lista nacional
- d) iniciar a publicação de livros pela Editora Página 13.

As três atividades serão coordenadas política e administrativamente pelo secretário nacional de comunicação ou por quem a direção nacional indicar para estas tarefas.

A direção deve adotar as medidas legais necessárias para que estas atividades ocorram nos marcos institucionais da Associação de Estudos Página 13, inclusive o registro legal da marca Página 13.

Tendo em vista as dificuldades financeiras do jornal, o contrato de assinatura do Página 13 deve conter uma cláusula estipulando que, a critério da editora, as edições do jornal podem ser impressas ou eletrônicas. Desta maneira, nos meses em que não houver condições financeiras para fazer a edição impressa, o jornal circulará por via eletrônica, sem que isto implique em quebra do contrato firmado com os assinantes.

No caso das assinaturas antigas, os assinantes devem ser procurados individualmente, para que façam um adendo contratual à sua assinatura vigente.

As assinaturas anuais do Página 13 devem ser de dois tipos: assinatura normal (valor de mercado) e assinatura militante (no valor de 75 reais, valor que ficará vigente até março de 2010);

O Página 13 deve dar conta de dois objetivos: fazer circular as deliberações das instâncias da tendência e divulgar na base militante do Partido as posições da tendência e de seus integrantes. Para isso, o jornal deve ter as seguintes seções fixas: nacional, internacional, partido, tendência, movimentos, cultura, debates. Nossa meta é ter, além do editor geral do jornal, editores responsáveis por cada uma destas seções.

O Página 13 deve ser distribuído gratuitamente nas atividades amplas do Partido e para os militantes petistas presentes nas atividades dos movimentos sociais e mandatos.

A edição eletrônica do Página 13 deve conter as mesmas seções do jornal Página 13, bem como outras que permitam um acompanhamento ágil da conjuntura, dos debates partidários e da tendência. Deve assumir, ainda, a condição de "diário oficial" da tendência, ou seja, onde serão publicadas as resoluções das instâncias.

A lista nacional é livre e pós-moderada, tendo acesso a ela apenas os militantes assinantes do Página 13.

A editora deve publicar, a tempo de venda no PED, um livro com as resoluções da XI Conferência. E deve preparar, para o IV Congresso do PT, um livro de balanço do governo Lula.

Resolução sobre a Escola de Quadros da AE

A X Conferência Nacional da AE apontou a importância de constituição de uma Escola de Quadros como instrumento fundamental para potencializar nossa capacidade de disputa ideológica e política no interior do PT. Destacávamos então, os propósitos desta Escola de Quadros: a) impulsionar uma escola de pensamento; b) oferecer formação política para os militantes da tendência.

Nos dois sentidos, a Escola deve contribuir para formular e divulgar a teoria socialista revolucionária em geral, em particular a estratégia que defendemos para o Brasil, hoje.

Para formular esta teoria e esta estratégia, precisamos articular de maneira orgânica a análise crítica:

- a) do desenvolvimento capitalista;
- b) das tentativas de construção do socialismo;
- c) das diferentes estratégias da esquerda socialista;
- d) do desenvolvimento capitalista e da estratégia socialista no Brasil, em particular no atual momento histórico.

Nesta XI Conferência Nacional da AE, cabe fazer um balanço inicial do processo de constituição do nosso sistema nacional de formação política, dos avanços que logramos nesta perspectiva, das dificuldades encontradas, bem como apontar as perspectivas para a continuidade desta construção.

Podemos dizer que foi extremamente positiva a realização dos dois cursos nacionais de formação de formadores, realizados em julho e novembro de 2008.

No primeiro curso pudemos dialogar com a centralidade do estudo das resoluções da X Conferência Nacional da AE, à luz das experiências concretas de tentativas de construção do socialismo, da história do Brasil, da história do PT e da AE e da história do governo Lula.

No curso realizado em novembro, uma segunda etapa semanal foi agregada visando o aprofundamento do estudo da história da constituição do modo de produção capitalista, sua gênese na América Latina e no Brasil e as peculiaridades estratégicas da experiência da Unidade Popular no Chile, além de um aprofundamento da análise sobre o significado e o caráter do governo Lula.

Esta experiência importante da realização dos cursos nacionais foi a base para o lançamento da I Jornada Nacional de Formação Política da AE, com a realização de inúmeras atividades de formação baseadas no estudo das resoluções da X Conferência nos estados. Foram realizadas atividades da jornada nos estados do RS, PR, SP, RJ, MG, BA, SE, AL, PE, PB, CE, PA, AP, MS e MT.

Um dos saldos importantes deste processo foi a constituição de coletivos de formação e a designação de responsáveis por esta frente de atuação nas direções constituídas da corrente. Este ainda é um processo desigual, muito avançado em alguns locais e bastante incipiente em outros. Cabe um esforço consciente das direções estaduais e um trabalho dirigido da Escola de Quadros da AE para implantar o trabalho de formação em todos os estados.

O desafio para o próximo período é logarmos um avanço na articulação e organicidade de um coletivo nacional de formação, base para a direção coletiva da Escola de Quadros da AE.

Em julho de 2009 será realizada o III Curso Nacional de Formação de Formadores da AE, com a incorporação de mais três etapas semanais, a saber: a) introdução ao estudo de “O Capital” de Karl Marx; b) estudo da temática “feminismo e luta socialista”; c) estudo da temática “propaganda ideológica, política e eleitoral”.

Após a realização deste curso, a Escola de Quadros da AE deverá submeter uma avaliação geral do processo da sua constituição ao debate da DNAE, com vistas ao fortalecimento da sua construção e organização das próximas atividades, principalmente os próximos cursos nacionais desde já definidos para dezembro de 2009 e julho de 2010 e a II Jornada de Formação Política da AE, a ser realizada no primeiro semestre de 2010.

A Escola de Quadros da AE deverá ainda impulsionar e elaborar:

- a) seminários bimestrais de debates e estudos, dando destaque num primeiro momento para os temas do mundo do trabalho e da juventude;
- b) uma bibliografia comentada, com base nos conteúdos dos cursos nacionais de formação de formadores;
- c) uma “cartografia” dos principais teóricos, correntes, revistas e centros da esquerda, hoje;
- d) uma análise sobre as matrizes teóricas das atuais correntes da esquerda brasileira.

De uma perspectiva mais geral, nosso trabalho de formação política terá quatro objetivos fundamentais:

- a) ampliar a cultura geral da militância da tendência;
- b) ampliar o conhecimento sobre a tradição socialista;
- c) ampliar o conhecimento sobre a nossa linha política;
- d) ampliar nossa capacidade política e técnica de implementar nossa política geral e nossas políticas setoriais.

Para atingir estes objetivos, a Escola de Quadros da AE deverá:

- a) produzir material pedagógico;
- b) oferecer subsídios para o estudo individual;
- c) ajudar a capacitar formadores para atividades educacionais de âmbito setorial, municipal e estadual;
- d) realizar diretamente atividades de formação de formadores e dirigentes.

A Escola de Quadros da AE realizará, anualmente, sempre no primeiro semestre, jornadas nacionais de formação política.

Resolução sobre Finanças da AE

A XI Conferência aprovou o orçamento da AE para o período junho2009 a março2010
Este orçamento prevê as seguintes despesas:

a) PED 2009	R\$173.700,00
b) 10 edições do Página 13	R\$79.000,00

Item	Valor unitário	10 edições
Administração (custo fixo)	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
Diagramador (custo fixo)	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00

Impressão 4 mil jornais (custo fixo)	R\$ 2.750,00	R\$ 27.500,00
Ilustração (custo fixo)	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
Distribuição para 2500 jornais	R\$ 3.250,00	R\$ 32.500,00
<i>Totais</i>	<i>R\$ 7.900,00</i>	<i>R\$ 79.000,00</i>

c) Pré-campanha 2010 (seminário de planejamento nos estados onde já temos deputados federais e estaduais)	R\$21.400,00
d) III curso nacional de formação política (julho de 2009)	R\$ 93.500,00
e) IV curso nacional de formação política (dezembro 08)	R\$93.500,00
f) Apoio ao Conune 2009	R\$12.500,00
g) Apoio ao Concut 2009 (estimativa por falta de dados)	R\$20.000,00
h) Congresso nacional da AE (março de 2010)	R\$48.750,00
i) 10 (dez) reuniões da direção nacional	R\$ 200.000,00
<i>Total deste orçamento</i>	<i>R\$ 742.350,00</i>

Para atender estas despesas, foram previstas as seguintes receitas:

a) Vendas no período de 1.054 assinaturas do Página 13	R\$ 79.000,00
b) Contribuições dos estados (10 meses)	R\$ 68.980,00
c) Cursos nacionais de formação ano 2009 e I Congresso Nacional da AE	R\$ 235.750,00
d) Campanha financeira especial – arrecadação no período	R\$ 358.620,00

A meta de 1054 novas assinaturas do Página 13, aprovada na XI Conferência, diz respeito ao número necessário para que o jornal consiga a sua sustentabilidade por mais 12 meses, garantindo desta forma o cumprimento do “contrato” realizado com os atuais assinantes em carteira (12 edições).

Para alcançarmos esta meta nacional, a DNAE por meio da tesouraria nacional apresentará às direções estaduais a quantia necessária de venda de cada estado. Serão utilizados como critérios para definição das metas estaduais, os mesmos utilizados na campanha do Página 13 realizada em 2008 e na definição dos valores dos repasses dos estados.

A XI Conferência aprova o seguinte valor *mínimo* para as contribuições mensais dos estados para com a nacional.

Estado	Nova Tabela contrib 2009
Acre	R\$ 110,00
Alagoas	R\$ 120,00
Amapá	R\$ 120,00
Amazonas	R\$ 160,00
Bahia	R\$ 730,00
Ceará	R\$ 170,00
Distrito Federal	R\$ 280,00
Espírito Santo	R\$ 300,00
Goiás	R\$ 170,00
Maranhão	R\$ 170,00
Mato Grosso	R\$ 170,00
Mato Grosso do Sul	R\$ 340,00
Minas Gerais	R\$ 170,00

Pará	R\$ 170,00
Paraíba	R\$ 170,00
Paraná	R\$ 160,00
Pernambuco	R\$ 560,00
Piauí	R\$ 220,00
Rio de Janeiro	R\$ 220,00
Rio Grande do Norte	R\$ 160,00
Rio Grande do Sul	R\$ 560,00
Rondônia	R\$ 50,00
Roraima	R\$ 50,00
Santa Catarina	R\$ 400,00
São Paulo	R\$ 448,00
Sergipe	R\$ 400,00
Tocantins	R\$ 160,00
TOTAIS	R\$ 6.738,00

A XI Conferência ratifica a deliberação da VIII Conferência Nacional que estabelece que 25% da arrecadação dos estados deve ser repassada à nacional, prevalecendo sempre o maior valor, entre este percentual e o estipulado na tabela acima. Ou seja: *o valor apresentado nesta tabela é considerado como o repasse mínimo que os estados devem fazer mensalmente a DNAE.*

A XI Conferência homologa as decisões anteriores da DNAE sobre abatimento das dívidas dos estados, a saber:

Conforme deliberação da DNAE, em 2008 e maio/09 a tesouraria nacional esta autorizada negociar as dívidas dos estados, facilitando o abatimento do montante acumulado através das seguintes alternativas:

a) utilização dos gastos realizados com atividades de formação política, tanto nos cursos realizados em SP (etapas I e II) pela Escola Nacional de Quadros da AE, quanto em atividades realizadas localmente, ou seja, nos seus estados;

b) parcelamento das dívidas acumuladas através de cheques pré-datados.

A XI Conferência aprova, além do indicado no item anterior, a seguinte modalidade de abatimento:

a) dívidas anteriores à X Conferência:

Os estados com dívidas acumuladas anteriores a X Conferência Nacional (maio de 2008 no ES), poderão apresentar, para efeito de abatimento, os custos com atividades de formação que SERÃO realizados em 2009.

O parágrafo acima diz respeito aos cursos de formação a serem realizados no próprio estado (sob acompanhamento da Escola Nacional de Quadros da AE), e ao envio de seus militantes para os cursos de FFAE oferecidos pela DNAE (junho/julho e dezembro de 2009).

Propostas de abatimentos nestes moldes, somente serão aceitas pela tesouraria nacional, após concordância do coordenador da Escola Nacional de Formação da AE.

b) dívidas anteriores à XI Conferência:

Estados que consigam vender, no período entre junho e outubro de 2009, um valor de assinaturas superior em 50% ao valor total da dívida, terão sua dívida abatida na totalidade.

A XI Conferência afirma o seguinte entendimento: os militantes da AE tem a obrigação de fazer contribuições em 3 níveis, uma em âmbito nacional (expressa na assinatura anual militante do Página 13), outra em âmbito estadual (o pagamento mínimo necessário para cobrir a contribuição mensal do estado para com a nacional) e outra em âmbito municipal (o pagamento mínimo necessário para cobrir a contribuição mensal do município para com a estadual). Contribuições que excedam este mínimo (por exemplo, as campanhas financeiras especiais) são facultativas e não retiram o direito de votar e ser votado nos processos deliberativos da tendência.

A XI Conferência Nacional aprova, como novo valor da assinatura anual do Página 13: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais).

A XI Conferência encarrega à tesouraria nacional de constituir uma comissão de finanças, responsável de planejar e executar a campanha financeira especial.

Composição aprovada na XI Conferência: o tesoureiro nacional e militantes dos seguintes estados: BA, ES e PE.

A XI Conferência Nacional aprova as seguintes tabelas de contribuições:

a) Tabela I

TABELA DE VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MILITANTES DA AE EM CARGOS DE CONFIANÇA E ELETIVOS

Renda mensal (R\$)	Contribuição mensal
Até 01 salário mínimo	R\$ 5,00
Acima de 01 SM até 1.500,00	1,00 % do salário
De R\$ 1.500,01 até R\$ 3.000,00	1,50 % do salário
De R\$ 3.000,01 até R\$ 5.000,00	3,00 % do salário
De R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00	5,00 % do salário
Acima de R\$ 10.000,00	10,00 % do salário

O (a) militante profissionalizado pelo PT deverá ser considerado, para efeito de repasse, na mesma faixa dos percentuais aplicados aos cargos comissionados e eletivos, ou seja, a tabela I.

b) Tabela II

TABELA NACIONAL DE VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES DOS(AS) DEMAIS MILITANTES DA AE

Renda mensal (R\$)	% da mensalidade	(R\$) valor máximo de referência por faixa
Até 01 salário mínimo	---	R\$ 2,00
Até R\$ 1.500,00	0,50 % do salário	R\$ 7,50
Até R\$ 3.300,00	0,60 % do salário	R\$ 19,80
Até R\$ 4.900,00	0,70 % do salário	R\$ 34,00
Acima de 4.901,00	0,80 % do salário	(valor mínimo de referência) R\$ 39,00

Os percentuais e valores apresentados nas tabelas acima deverão ser aplicados ao salário líquido do militante (livre inclusive do repasse feito ao PT).

Todo (a) militante deve fazer a sua contribuição junto a sua instância municipal, salvo quando este município não possui instância organizada. Neste caso, o repasse deve ser enviado diretamente à instância estadual.

Cabem as direções estaduais da corrente, regulamentar o valor mínimo do repasse a ser realizado pelas instâncias municipais junto às direções estaduais. A DNAE orienta que sejam estabelecidos os mesmos fatores utilizados nacionalmente, ou seja, um piso mínimo e um percentual (definido conforme a necessidade de cada estado), prevalecendo sempre o maior valor.

Resolução sobre o Regimento Interno da Articulação de Esquerda

A Articulação de Esquerda (AE) é uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Existe para a defesa de um PT de luta, de massa, democrático, socialista e revolucionário. Nossas posições políticas e programáticas estão expostas nas resoluções das conferências e seminários nacionais que realizamos desde 1993.

Nosso objetivo estratégico é reconstruir o PT enquanto partido democrático, revolucionário e socialista.

Estrutura organizativa

A Articulação de Esquerda é constituída por militantes do PT, que contribuem financeiramente com a AE, que integram alguma de suas instâncias, que participam da formulação e acatam a política definida pela tendência.

Consideramos fundamental que todos os integrantes da AE conheçam e dominem os fundamentos ideológicos e teóricos do petismo, do socialismo e do marxismo. Não somos e não pretendemos ser, entretanto, uma tendência composta por afinidade doutrinária. Somos e queremos continuar sendo uma tendência composta por afinidade política, ou seja, por pessoas que concordam com as resoluções políticas aprovadas por nossas conferências, mesmo que não obrigatoriamente concordem com as premissas teóricas e ideológicas que fundamentam tais resoluções.

Consideramos fundamental, também, que nossa tendência seja composta por uma maioria de militantes que não estejam profissionalizados na atividade política; e por uma maioria de militantes que estejam vinculados à produção (trabalhadores). Não nos move, neste sentido, nenhum tipo de preconceito contra os profissionalizados, nem tampouco nenhuma concepção "obreirista". Mas consideramos que a composição social tem um peso importante nos rumos de uma corrente política, qualquer que seja. Devemos, pois, evitar a burocratização auto-centrada, bem como o descolamento esquerdista. É importante, nesta mesma direção, estimular a juventude da tendência a completar sua formação e iniciar uma vida profissional.

Sendo a AE uma tendência interna do PT, consideramos ainda fundamental que nossa militância tenha uma vida partidária orgânica. É imprescindível, portanto, que nossos militantes participem o mais ativamente possível dos organismos do Partido dos Trabalhadores (núcleos, diretórios, setoriais etc).

O militante petista que quiser ingressar na AE deve formalizar esta intenção junto a uma instância de direção da tendência. Cabe à instância aprovar ou não, em reunião convocada para este fim, o ingresso de cada militante. A decisão da instância deve ser comunicada a toda a tendência, cabendo recurso da decisão às instâncias superiores.

A tendência possui os seguintes níveis de decisão e de direção: Conferência, Plenária e Direção. Possui, ainda, um organismo de natureza executiva: o Secretariado.

Esta estrutura organizativa deverá ser adotada pelas direções estaduais e municipais, sem prejuízo de eventuais adaptações, que devem no entanto ser comunicadas à Direção Nacional da AE.

Em caráter extraordinário, a Conferência pode convocar um Congresso, para debater aprovar resoluções de caráter teórico, programático e estratégico mais geral.

Só podem votar e ser votados nos processos deliberativos internos, em todos os níveis, militantes da AE que sejam assinantes em dia do jornal Página 13.

As Conferências

As conferências da AE ocorrem a cada dois anos - podendo ser realizadas anualmente, a critério da respectiva direção ou conferência anterior- e são a instância máxima no seu âmbito (nacional, estadual, regional, municipal, setorial).

A conferência nacional é composta por delegados eleitos nas conferências estaduais. A conferência estadual é composta por delegados eleitos nas conferências de base (regional, municipal ou setorial). A conferência regional, municipal ou setorial é composta por todos os militantes atuantes naquela base territorial ou setorial.

As conferências da AE deliberam sobre nossa política, bem como elegem as direções. Cabe à Direção Nacional convocar o processo de conferências e normatizar a proporção de eleição de delegados.

As conferências da AE são abertas ao conjunto do PT, sem prejuízo de momentos reservados apenas à tendência.

As Plenárias

A plenária anual é uma instância deliberativa intermediária, entre a conferência bianual e as direções.

A plenária nacional será composta pelos membros da direção nacional da AE; pelos membros da AE que integram o Diretório Nacional do PT, as direções nacionais da UNE, da CMP, do MST e da CUT; pelos parlamentares federais e estaduais; pelos prefeitos e vice-prefeitos; pelos presidentes estaduais do partido; e por representantes indicados pelas coordenações estaduais, em número a ser definido pela executiva nacional, mas sempre em proporção equivalente ao da conferência anterior, sendo que todo estado tem no mínimo direito a 1(um) voto.

No caso das instâncias municipais, a plenária deve ser composta por todos os militantes da AE.

As plenárias da AE devem ser realizadas para avaliar e adequar a política da tendência às necessidades da conjuntura interna ou externa, cabendo à Direção respectiva a sua convocação.

A Direção Nacional da AE

A Direção Nacional, com até 27 membros, eleita na Conferência Nacional, reunir-se-á mensalmente. São atribuições da Direção Nacional:

Tarefas políticas gerais:

- a) dirigir nossa atuação no partido;
- b) dirigir nossa atuação nos movimentos sociais;
- c) dirigir nossa atuação nos governos;
- d) dirigir nossa atuação nos parlamentos;
- e) dirigir nossa atuação nos processos eleitorais-institucionais;

Tarefas organizativas gerais:

- a) realizar reuniões com as direções estaduais da AE. Realizar atividades onde a AE não está organizada, para apresentar suas resoluções à base do Partido;
- b) acompanhar a organização da tendência nos estados e criar a AE onde ela ainda não existe;
- c) dirigir a Associação de Estudos Página 13.
- d) organizar as conferências e plenárias nacionais.

O Secretariado

A Direção indicará, dentre seus membros, pessoas encarregadas pelas seguintes tarefas: tesouraria, formação política, comunicação, coordenação da frente de massas, coordenação da frente institucional e organização. Essas pessoas comporão o Secretariado da tendência, que deverá reunir-se sempre que necessário:

Tarefas da secretaria de formação política:

- a) coordenar a Escola Nacional de Quadros;
- b) organizar e coordenar o coletivo de formação da Escola de Quadros.

Tarefas da secretaria de comunicação:

- a) dirigir o jornal Página 13, a Página 13 eletrônica, a lista nacional de debates da AE e a editora Página 13;
- b) organizar a publicação dos textos e resoluções da tendência;

Tarefas da coordenação da frente de massas:

- a) acompanhar a realização das conferências setoriais, bem como da conferência nacional da frente de massas da AE;
- b) acompanhar nossa atuação na juventude, no sindical, no movimento de mulheres, nos movimentos populares (moradia, combate ao racismo, pessoas com deficiência etc), sempre em contato com as respectivas coordenações;
- c) acompanhar as reuniões da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais);
- d) constituir nosso trabalho noutras frentes de massa;
- e) reunir regularmente o coletivo da frente de massas, constituído por todos os militantes da AE que dirigem entidades de massa de caráter nacional ou que ocupam secretarias de massa do partido.

Tarefas da coordenação da frente institucional:

- a) acompanhar a atuação da AE no executivo e no legislativo, em seus vários níveis;
- b) coordenar e planejar a participação da AE nas disputas eleitorais institucionais;
- c) coordenar a discussão sobre a participação da tendência na eventual composição de governos eleitos.

Tarefas da Tesouraria:

É tarefa da tesouraria nacional da Articulação de Esquerda implementar o orçamento aprovado pela VIII Conferência Nacional.

As receitas necessárias para executar este orçamento serão obtidas da seguinte maneira:

- a) contribuição individual dos militantes;
- b) um percentual da arrecadação das direções estaduais da AE;
- c) venda de materiais; e
- d) campanhas especiais de finanças.

Tarefas da secretaria de organização

- a) dar assistência periódica as direções regionais;
- b) manter um cadastro atualizado da militância da tendência

Finanças

A contribuição individual obrigatória dos militantes da tendência para a AE nacional será feita de duas formas complementares: a aquisição de 1 (uma) assinatura militante anual do jornal Página 13 e o pagamento da contribuição mínima estipulada pelas direções estaduais e municipais;

- a) o valor da assinatura militante anual do Página 13 será de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- b) os militantes desempregados ou sem fonte de renda podem solicitar a colaboração das instâncias da tendência para adquirir sua assinatura do Página 13;
- c) só terá direito a votar e ser votado nas instâncias da AE o militante que tiver assinatura militante atualizada do P13 e que tiver em dia com seu município e estado;

As seções estaduais e municipais da AE têm autonomia para estabelecer sua política de finanças, observando a progressividade, a cobrança de valores diferenciados para quem ocupa cargos eletivos ou de confiança e a necessidade de criar uma cultura permanente de contribuição financeira militante. Para tanto, é fundamental que as respectivas direções indiquem, dentre seus integrantes, um responsável pelas finanças.

A direção nacional receberá 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecadado mensalmente pelos estados ou valor estipulado pela conferência nacional.

A Comissão de Ética

Compete às conferências (municipais, estaduais e nacional) eleger uma Comissão de Ética, com a atribuição de receber reclamações e denúncias, investigar acusações e propor medidas relativas aos casos de infração à ética dos militantes da AE.

A Comissão de Ética será composta por três militantes, eleitos pelo voto secreto dos delegados presentes na respectiva conferência.

As direções da tendência, em todos os níveis, só apreciarão casos de infração à ética com base em parecer prévio das respectivas comissões de ética.

A Escola Nacional de Quadros

A construção de uma cultura socialista de massas é um componente importante de nossa estratégia. Para tal, é preciso travar uma luta teórica e ideológica contra muitas idéias atualmente hegemônicas na sociedade e inclusive na esquerda brasileira.

A luta teórica passa por compreender as tendências do capitalismo atual, no mundo, no continente e no Brasil; passa por um balanço da luta e das tentativas de construção do socialismo no século XX; e passa, finalmente, pela elaboração de uma estratégia de luta pelo socialismo, no século XXI.

A luta ideológica passa por difundir esta compreensão teórica, através da análise crítica e da orientação política concreta frente a cada episódio da luta de classes.

Tanto a luta teórica, quanto a luta ideológica, possuem uma dimensão individual: o militante que estuda e que defende os pontos de vista do socialismo. Mas precisam assumir uma dimensão coletiva: quando estes pontos de vista se materializam no trabalho de uma organização político-partidária.

A Escola Nacional de Quadros visa estimular a produção teórica e fornecer formação política para nossos militantes. Esta escola organizará um conjunto de seminários e oferecerá um conjunto de cursos. Ademais, dará apoio para a realização de cursos e seminários descentralizados, nos estados e regiões.

Os cursos propostos devem oferecer a formação mínima obrigatória para os dirigentes da AE. A Escola de Quadros será responsável, ainda, por organizar ou apoiar a organização de seminários sobre temas específicos ou gerais, tais como: parlamentares e executivos, movimento secundarista, balanço setorial do governo federal, juventude, movimento sindical, capitalismo e meio-ambiente, mulheres, lgbtt, portadores de deficiência, combate ao racismo, reforma urbana, questão agrária.

A Escola de Quadros deverá formar um coletivo de professores que possa desenvolver as atividades nos estados, de maneira descentralizada e sob a orientação das direções estaduais, municipais e setoriais.

A atividade da Escola de Quadros deve ser permanente, com uma programação no mínimo semestral.

As atribuições políticas e organizativas referentes à Escola de Quadros e ao conjunto do trabalho de formação da tendência serão de responsabilidade do secretário nacional de formação política.

O jornal Página 13

A AE difunde ou pode difundir suas orientações através de vários mecanismos, entre os quais: o jornal Página 13; as publicações da Associação de Estudos Página 13; a página eletrônica; a publicação periódica de artigos e entrevistas nos meios de comunicação, por parte de nossos dirigentes.

O objetivo do jornal é informar o ponto de vista da tendência para dois públicos: os militantes da AE – que devem ser estimulados a ler e debater seu conteúdo, para que o jornal sirva como instrumento de orientação política da tendência em nível nacional - e os militantes de esquerda que influenciaremos politicamente, no Partido, no parlamento, nos governos e nos movimentos sociais.

Para atingir este público, o Página 13 precisa dispor de meios financeiros, editoriais e de distribuição. Deve dispor de um projeto editorial e gráfico compatível com os objetivos descritos, além de ter como meta constituir uma equipe composta por um editor profissionalizado, uma equipe de redação voluntária, um conselho editorial político e correspondentes fixos nas diversas frentes de atuação da tendência.

A distribuição do jornal deve ser feita por dois canais diferentes: a) via correio (físico ou eletrônico), para os assinantes; b) através da distribuição direta feita pelos dirigentes da tendência.

A Associação de Estudos Página 13

O jornal Página 13 é uma publicação da Associação de Estudos Página 13, que deve ter existência legal e cumprir, entre outras, as funções de editora.

Além do jornal Página 13 e de eventuais boletins informativos, a Associação de Estudos Página 13 deve ser responsável pela publicação das resoluções, documentos e demais materiais para a divulgação das idéias da tendência.

A página eletrônica e a agência de notícias

A página eletrônica da Articulação de Esquerda (www.pagina13.com.br) deverá funcionar como um meio de divulgação das informações públicas de interesse da tendência.

Um dos objetivos da página eletrônica é produzir e oferecer, aos meios de comunicação, artigos opinativos e informativos de dirigentes da tendência. Neste sentido, a página eletrônica também será uma modesta agência de notícias e funcionará como uma espécie de assessoria de comunicação coletiva da tendência.

As atribuições políticas e organizativas referentes à função editorial da Associação de Estudos Página 13, ao jornal e à página eletrônica ficarão sob a responsabilidade da secretária nacional de comunicação. A tendência tem como meta constituir um coletivo de comunicação, sob a coordenação da secretária nacional, com vistas a organizar a política de comunicação da tendência em nível nacional e regional.

As listas de debate na internet

Compete à Direção Nacional da tendência criar e gerenciar as listas de debates na internet. Da LISTA DNAE devem fazer parte os membros da direção nacional.

Da LISTA NACIONAL podem fazer parte todos os militantes da AE que desejem fazê-lo, desde que em dia com sua assinatura do Página 13.

Podem ainda ser criadas LISTAS DE TRABALHO, voltadas para circular informações restritas aos membros de uma determinada instância ou setorial da tendência.

As direções estaduais devem adotar procedimento similar nos estados.

Resoluções da VI Conferência Sindical Nacional

(referendadas pela XI Conferência Nacional da AE)

O setorial sindical da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, realizou sua VI Conferência Nacional Sindical no período de 3 a 5 de abril de 2009, em Recife-PE.

As resoluções da VI Conferência Sindical serão submetidas à aprovação da XI Conferência Nacional. Decisões sobre a tática para o 10º CONCURTO e outras de aplicação imediata, devem ser referendadas pela Direção Nacional da AE.

Introdução

No 9º Congresso da CUT, realizado em junho de 2006, a AE, que havia perdido sua vaga na Executiva da Central por conta do rompimento de seu representante com a tendência, não pôde inscrever tese própria no Congresso. Ainda assim, ela apresentou uma contribuição ao debate intitulada “Retomar a combatividade da CUT para derrotar o neoliberalismo”. Neste documento reafirmávamos a importância de se defender a unidade da classe trabalhadora em torno da CUT, ao mesmo tempo em que criticávamos os rumos tomados pela Central nos últimos anos — que a conduziram para posições de baixo perfil de enfrentamento ao capital —, a prevalência da “negociação” sobre a “mobilização”, bem como a postura da Central frente ao governo, funcionando esta como uma espécie de “correia de transmissão” dos atos governamentais.

Naquele Congresso, além de divulgarmos nossas teses, reafirmando a identidade da AE no meio sindical, reconquistamos nossa vaga na Executiva da entidade, o que nos permitiu acompanhar e intervir nos caminhos e opções políticas adotadas por sua direção.

Logo após a saída da CSC da CUT assumimos a Secretaria Nacional de Políticas Sociais, espaço onde pudemos potencializar nossa intervenção, assumindo outras importantes tarefas da Central e acompanhar cotidianamente, de um patamar mais amplo, a luta política e sindical em nosso país.

Este documento tem por objetivo atualizar e ajustar nossa tática sindical à luz das resoluções da X Conferência Nacional da AE, da V Conferência Sindical da AE, dos encaminhamentos discutidos na I Plenária da Frente de Massas da AE, do texto-base para a XI Conferência Nacional da AE e da conjuntura atual.

O PT e a classe trabalhadora

A relação do PT com a classe trabalhadora não se resume à sua relação com os chamados movimentos sociais em geral, ou o movimento sindical em particular. Há que se considerar outros níveis de relação: a) entre governos dirigidos pelo Partido e a classe trabalhadora; b) entre parlamentares do PT e suas bases eleitorais; c) entre o Partido como um todo e o eleitorado trabalhador, nas várias etapas das campanhas, inclusive no horário eleitoral gratuito; d) a relação resultante da ação das instâncias partidárias e, também, da ação individual dos militantes.

Entretanto, dentre estes vários níveis de relação partido/classe, a relação do PT com os movimentos sociais é um tema central e permanente nas diretrizes programáticas, nas resoluções e no discurso partidário — até porque grande parte da militância que se organizou no Partido dos Trabalhadores surgiu para a vida política nas lutas sociais ocorridas no final dos anos 1970 e em grande parte dos anos 1980.

Hoje, muitos setores consideram que teria havido um “afastamento” do Partido em relação aos movimentos sociais. Nesta tese, misturam-se e confundem-se pelo menos três fenômenos

diferentes.

O primeiro fenômeno é o papel que a luta social passou a ocupar (ou deixou de ocupar) na estratégia do PT. A esse respeito, nos anos 1990 ocorreu uma dupla mudança: de um lado, a rejeição (majoritária, mas nunca unânime dentro do Partido) a qualquer tipo de estratégia revolucionária de conquista do poder; por outro lado, nos marcos de uma estratégia não-revolucionária (também majoritária, mas tampouco unânime), a ênfase na disputa eleitoral, em detrimento da luta social.

O segundo fenômeno diz respeito à alteração efetiva que essa mudança na estratégia petista produziu nas relações entre o Partido e os movimentos sociais. Ao longo dos anos 1990, militantes petistas (de diferentes correntes, mas na maioria das vezes ligados a então corrente majoritária do Partido) mantiveram a hegemonia direta ou indireta sobre os principais movimentos sociais do país. Isto é inegável no que se refere às entidades sindicais combativas. Aliás, os militantes dos movimentos sindicais, quando não as próprias organizações, apoiaram a candidatura Lula e, muitas vezes, também candidaturas do PT a governos e parlamentos, nas principais eleições ocorridas nos anos 1990.

A posse de Lula na Presidência da República abriu uma nova situação, em que a relação passou a envolver três “atores”: os movimentos, o Partido e o governo federal. Entre 2003 e 2005, nesses novos marcos, ocorreu um progressivo distanciamento e começaram a surgir sinais de ruptura por parte de alguns setores da classe trabalhadora, como, por exemplo, parcelas do sindicalismo de funcionários públicos.

O terceiro fenômeno refere-se ao nível real de mobilização dos movimentos sociais, que não podem e não devem ser resumidos ou confundidos com a militância política que os impulsiona ou com as entidades que os representam. A idéia de que existiria um “afastamento” entre o Partido e os movimentos traz consigo, muitas vezes, a ilusão de que a deflagração de um forte movimento social só não ocorre porque o PT não adota essa orientação, ou até mesmo, conscientemente, trabalha para desmobilizar os movimentos.

A verdade é que o descenso das lutas sociais possui causas históricas, objetivas. É preciso evitar uma leitura superestimada da capacidade de mobilização social, muito comum entre aquelas correntes da esquerda brasileira que exaltam o papel dos movimentos sociais, em contraposição aos partidos políticos.

A Articulação de Esquerda compreende que a luta social e a luta eleitoral-institucional constituem diferentes dimensões da luta econômica ou político-econômica dos trabalhadores contra os capitalistas, uma e outra podendo se transformar, sob determinadas condições, em pontos de apoio para a luta pelo poder.

Defendemos, por outro lado, que os militantes do movimento sindical que se referenciam no PT participem ativamente da vida partidária, de seus fóruns gerais e também dos espaços específicos deste setorial. Nesse sentido, o Processo de Eleição Direta das direções municipais, estaduais e nacional do PT, que vai ocorrer em novembro de 2009, é de fundamental importância para a disputa dos rumos do PT, cabendo aos militantes do setorial sindical da AE participarem ativamente desse processo.

O movimento sindical e o Governo Lula

A primeira eleição de Lula, em 2002, gerou uma grande expectativa de mudanças reais para a maioria do povo trabalhador deste país. A herança maldita dos dois mandatos de FHC — cuja forma de governar foi a expressão local da mesma política desenvolvida em outros países, em particular na América Latina, sob a hegemonia das concepções neoliberais — havia colocado o

país em uma situação desfavorável para a classe trabalhadora: 54 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza, com renda mensal de 100 reais ou menos, dos quais mais de 17 milhões de analfabetos; desemprego que se aproximou dos 20% da população economicamente ativa, na Grande São Paulo e em outras regiões metropolitanas; uma dívida pública, interna e externa, que atingiu o patamar dos 800 bilhões de reais, além de uma taxa média de juros de 26,59%.

Estes números foram fruto de uma política econômica que incluiu a privatização de setores estatais estratégicos como a comunicação (Embratel e todas as “teles”), as ferrovias (RFFSA), a siderurgia (CSN, Cosipa), a mineração (Vale do Rio Doce), os bancos estaduais, que abriu os mercados, desregulamentou a economia, e destruiu a capacidade do Estado brasileiro de promover um desenvolvimento minimamente soberano, assim como de incentivar políticas públicas nas áreas essenciais à vida.

O primeiro mandato do presidente Lula, tendo, pois herdado tal situação sócio-econômica, em contexto no qual o neoliberalismo seguia hegemônico e a correlação de forças ainda era em boa medida desfavorável para a classe trabalhadora, não foi capaz de introduzir mudanças estruturais no funcionamento da sociedade brasileira, frustrando por isto parte importante das expectativas depositadas em seu governo pela militância; mas ao mesmo tempo foi capaz de promover alterações importantes nas condições de vida dos setores mais empobrecidos da sociedade brasileira, o que explica em parte a reeleição de Lula em 2006.

Nesse contexto, a postura “governista” da direção majoritária da CUT não ajudou a impulsionar mudanças estruturais, nem aproveitou a oportunidade para radicalizar as alterações realizadas. A CUT deixou de fazer as críticas e os enfrentamentos necessários das medidas governamentais que claramente contrariavam interesses dos trabalhadores e as bandeiras históricas da Central, criando tensionamentos na base social cutista, o que ademais de errado, ainda serviu de pretexto para que setores que historicamente militavam na CUT defendessem a ruptura com a Central.

O segundo mandato de Lula

A reeleição de Lula e o resultado geral colhido nas urnas constituíram, entre o início de 2006 e o ano de 2008, uma conjuntura mais favorável, não apenas para o segundo mandato no Brasil, mas para o conjunto da esquerda latino-americana. Isto, por sua vez, nos permitiu enfrentar de maneira melhor a crise internacional e abre novas possibilidades para o mandato que pretendemos conquistar nas eleições presidenciais de 2010.

Segundo as resoluções da X Conferência Nacional da AE, disputamos “as eleições presidenciais de 2006, com um duplo objetivo: derrotar a direita e criar as condições para realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para alguns setores do PT, isto significava um segundo mandato ‘desenvolvimentista’, pró-capital ‘produtivo’ e não pró-capital financeiro. Para nós, um segundo mandato superior ao primeiro significava lançar as bases de um ciclo longo de desenvolvimento democrático-popular para o Brasil, através de mudanças mais profundas na realidade brasileira. Tanto para nós, quanto para outros setores, um segundo mandato superior ao primeiro supunha que as classes trabalhadoras, seus partidos e movimentos, acumulassem mais força política” com a capacidade de construir um novo bloco histórico.

Ainda nas resoluções da X Conferência, dizíamos textualmente que “se não houver uma alteração de curso muito significativa, podemos sofrer uma derrota eleitoral e política em 2010. Esta alteração de curso pode vir como reação a uma radicalização da oposição (como ocorreu em 2005); por uma mudança no quadro econômico internacional e nacional; pela mobilização das classes trabalhadoras; por iniciativa do próprio governo e do presidente da República; por pressão do PT e dos partidos de esquerda; ou ainda por uma combinação destas diferentes causas”.

Hoje, estamos exatamente diante de uma “mudança no quadro econômico internacional”, que

reduz a possibilidade do governo manter uma política que proporciona ganhos sociais para as camadas populares, mas sem tocar nos imensos lucros da burguesia.

Neste novo quadro, o governo é levado a reorganizar sua política e o Partido é chamado a reabrir o debate estratégico.

Neste quadro, defendemos que o governo Lula adote imediatamente as seguintes medidas:

a) fim das metas de superávit primário, para liberar o conjunto dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida pública para os investimentos em infra-estrutura e sociais;

b) redução acelerada nas taxas de juros, combinada com a demissão do presidente do Banco Central e recomposição da diretoria;

c) alteração nas instituições de política econômica, democratizando a composição do Conselho Monetário Nacional, do Conselho de Política Monetária e do Banco Central, que devem conquistar autonomia frente aos interesses do grande capital financeiro privado;

d) controle de capitais. A oscilação no câmbio, o impacto da instabilidade econômica internacional e o risco de uma nova fuga de capitais, em direção à “qualidade” oferecida noutras praças financeiras, precisam ser evitadas ou moderadas por meio da instituição de mecanismos de controle da entrada e saída de capitais;

e) ampliação dos investimentos públicos na infra-estrutura. Os investimentos liberados pela redução do superávit primário e da taxa de juros precisam ser direcionados para investimentos produtivos de larga escala;

f) plano emergencial de obras públicas nas grandes cidades. As metrópoles brasileiras concentram pobreza, problemas urbanos, carência de transportes coletivos, déficit habitacional, imensos problemas ambientais e de saneamento. A ampliação dos investimentos em infra-estrutura deve contemplar também este setor;

g) ampliação nos investimentos públicos nas áreas sociais. A oferta de mais serviços e bens públicos, além de elevar a qualidade de vida de dezenas de milhões de trabalhadores, cria empregos e resulta também numa ampliação não-inflacionária da renda dos trabalhadores;

h) extinção da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), tornando possível a ampliação dos investimentos nas áreas sociais;

i) garantia dos percentuais de aplicação de recursos orçamentários previstos na Constituição Federal para a educação, e elevação do financiamento desta dos atuais 4% para 7% do PIB, como estabelece o PNE da sociedade brasileira através dos CONED's;

j) ampliação do valor real do salário mínimo e das aposentadorias, medidas de comprovado impacto social, capazes de criar um efeito virtuoso sobre a produção e o consumo internos;

k) transformação da dívida pública dos Estados e municípios em investimentos sociais do governo federal, ressaltando-se as dívidas trabalhistas. A maior parte das grandes cidades, e diversos Estados, poderão assim realizar maiores investimentos sociais;

l) desmanchar os entraves legais e burocráticos típicos do período neoliberal, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe pesadas restrições aos gastos públicos, estimula a terceirização dos serviços e impede (através dos limites em gastos com pessoal) a constituição de

um estafe estatal técnico capaz de gerar projetos estratégicos; as normativas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e dos componentes do sistema financeiro estatal (BB, CEF, BNDS, etc.) que restringem sobremaneira a capacidade de endividamento e tomada de linhas de financiamento (e, portanto de investimento) dos entes federativos (estados e municípios) através de exigências descabidas (como por exemplo, superávit primário nos últimos quatro anos que antecedem a contração de empréstimo);

m) desonerar o processo de financiamento dos entes federativos no que tange às obras e realizações de caráter estrutural e de interesse social, reduzindo a taxa de juros (nominais e de “spread”), eliminando ou diminuindo drasticamente as exigências de contrapartida e, estabelecendo prazos mais largos de carência para pagamento;

n) defesa da poupança popular, preservando os rendimentos dos pequenos investidores em cadernetas de poupança e a rentabilidade do FGTS, ameaçados pelas recentes mudanças introduzidas no cálculo da TR pelo BC, medida que implica remuneração inferior à inflação para estas aplicações, em benefício de outras que seguem a lógica do sistema financeiro;

o) ampliar o controle do Estado sobre a economia privada capitalista, inclusive reestatizar a Vale do Rio Doce e a Embraer, ampliando a presença da União na Petrobrás e viabilizando a exploração, sob controle público, do Pré-Sal;

p) reforma tributária que grave pesadamente as grandes riquezas, acoplada ao aumento de recursos para seguridade social e educação;

q) ampliar a geração de empregos e o apoio à pequena e média empresa, o que exigirá um programa de reforma urbana e de reforma agrária de dimensões superiores aos atuais. O que, no caso do campo, exigirá alterar o modelo de reforma agrária, baseada exclusivamente na desapropriação onerosa, por outro modelo, baseado na expropriação por interesse social. Mais recursos para agricultura familiar, com enfrentamento ao agronegócio e aos transgênicos, com mudança no índice de produtividade para fins de reforma agrária;

r) desmontar os pilares políticos que sustentam a hegemonia das classes dominantes, entre os quais o monopólio da comunicação e o financiamento privado das campanhas eleitorais;

s) reestatização das empresas privatizadas durante o governo FHC e o fim dos leilões para exploração das reservas de petróleo;

t) preservação do meio-ambiente e fortalecimento dos órgãos federais ambientais, sobretudo com relação à revitalização do Rio São Francisco;

u) vinculação dos reajustes da aposentadoria ao do salário mínimo;

v) implementação de políticas públicas que garantam a igualdade de gênero, em especial na remuneração, no mundo do trabalho;

w) estabelecer contrapartidas sociais na liberação de recursos públicos para empresas privadas, especialmente, que garantam o emprego e as conquistas salariais;

y) extinguir o Fator Previdenciário, que reduz o provento dos trabalhadores por ocasião da obtenção da aposentadoria;

z) realizar, com apoio da Conferência Nacional de Comunicação, as reformas no sistema de comunicação nacional com vistas a sua democratização e combate ao monopólio da informação.

Nosso país é marcado pela dependência, pela desigualdade e pela falta de democracia. As imensas transformações que experimentamos, desde o século XIX até hoje, não alteraram estas grandes características nacionais. O que explica esta capacidade de mudar sem mudar, é principalmente a opção das classes dominantes por fazer a transição pelo alto, através do chamado pacto das elites, evitando assim a irrupção das classes dominadas e suas reivindicações anti-sistêmicas.

A eleição de Lula, em 2002, e os quase 8 anos de governo não alteraram esta dinâmica histórica característica do Brasil. Em certa medida por opção estratégica, em certa medida por conta da correlação de forças internacional e nacional, o governo federal foi hegemonizado por uma política de conciliação, pelo gradualismo, pelo intuito de mudar pactuando.

2010 e os próximos anos

A eleição presidencial de 2010 terá repercussões estratégicas na América Latina, no Brasil e no PT.

Na América Latina, o fato do Brasil ser governado por forças progressistas e de esquerda vem contribuindo, direta e indiretamente, para uma alteração à esquerda da correlação de forças em vários países.

No Brasil, país marcado historicamente pela desigualdade, pelo conservadorismo político e pela dependência externa, a eleição de Lula em 2002 abriu a possibilidade de fazer do governo federal um instrumento na luta por mudanças neste modelo.

A chegada ao governo federal permitiu que a esquerda brasileira submetesse ao teste da prática as diferentes estratégias que, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, se propõem a colocar a luta eleitoral-institucional a serviço de uma estratégia socialista.

Uma vitória da candidatura do PT em 2010 permitirá dar continuidade e aprofundar estes processos, agora em uma conjuntura internacional totalmente distinta.

Já uma derrota da candidatura do PT em 2010 significaria um retrocesso em larga escala, no Brasil e no continente.

Para além dos efeitos danosos sobre a vida do povo, uma derrota em 2010 teria efeitos desastrosos para o conjunto da esquerda brasileira.

A direita brasileira, revanchista e rancorosa, dá sinais explícitos do que faria em caso de vitória: uma perseguição à esquerda política e social.

Por outro lado, teríamos uma exacerbação dos conflitos no interior da esquerda, como é típico em momentos similares.

Por tudo isto que dissemos antes, a principal tarefa do PT é construir as condições para nossa vitória nas eleições gerais de 2010, mantendo a presidência da República, ampliando nossa presença nos governos estaduais, Senado e Câmara dos Deputados, criando as condições institucionais, políticas e ideológicas para mudanças mais profundas em nosso país.

Setores minoritários da esquerda política e social brasileira fazem oposição ao governo Lula e não estão de acordo com esta tarefa. A estes setores devemos demonstrar, pacientemente, o que está em jogo nas eleições de 2010 e os efeitos trágicos que adviriam de uma derrota.

Outros setores da esquerda brasileira, embora defendam o governo e a necessidade de vencer as eleições de 2010, concebem as eleições do próximo ano como um momento de autoconstrução, em detrimento da unidade do campo democrático-popular. A estes setores devemos convencer da necessidade de marcharmos juntos, fazendo da candidatura petista à presidência da República, desde o primeiro turno, a candidatura do conjunto do campo democrático-popular.

Finalmente, há na esquerda brasileira os que encaram 2010 como um momento estritamente eleitoral. É necessário demonstrar, para estes setores, que vencer em 2010 é muito mais do que vencer uma eleição: trata-se de uma tarefa que começa agora, no enfrentamento da crise; passa por recompor, na luta e no acordo programático, o campo democrático-popular; e inclui construir uma estratégia para o que virá após 2010.

Dois campos políticos e sociais vão se enfrentar nas eleições presidenciais de 2010: de um lado, as forças de esquerda e progressistas, encabeçadas pelo PT; de outro lado, as forças neoliberais e de direita, capitaneadas pelo PSDB.

Petistas e tucanos constituem, hoje, no âmbito dos partidos, a face mais visível dos dois blocos históricos que disputaram os rumos do Brasil ao longo de todo o século XX: o bloco conservador, dependente e monopolista; e o bloco democrático, nacional e popular. Por isto, não é aceitável a tentativa, por parte de lideranças petistas, de estabelecer “pontes” com o tucanato.

Desde agora e até o final do segundo turno de 2010, todas as forças políticas e sociais do país se agruparão em torno de um destes blocos. Como ocorreu em 2006, não haverá espaço para o abstencionismo nem para a neutralidade.

O confronto de 2010 repetirá, com algumas diferenças importantes, o que vem ocorrendo desde 1989, passando por 1994, 1998, 2002 e 2006.

Uma das diferenças em relação às disputas passadas, é que poderemos mostrar, a nosso favor, o que fizemos ao longo de oito anos de governo.

A defesa da continuidade de programas exitosos, os compromissos com o aprofundamento das mudanças e com a superação das deficiências constituem pontos fundamentais da disputa eleitoral. Devemos deixar claro que não queremos o continuísmo, mas sim tomar o que foi feito como alavanca para avançar, especialmente em direção às mudanças estruturais.

Outra das diferenças decorre da desmoralização do neoliberalismo.

Muito provavelmente, o candidato do PSDB e do DEM esquecerá o que disse e o que fez, apresentando-se desde já como “desenvolvimentista” e “keynesiano”. Por isto, precisamos lembrar o que estes partidos fizeram com nosso país, até 2002; recordar a herança maldita; comparar os efeitos da crise sobre o Brasil, no governo deles e no nosso; denunciar as medidas antipopulares que o PSDB e o DEM propõem, aqui e agora; e mostrando o desastre social que resultaria de um retorno destes partidos ao governo.

Não se trata de comparar realizações administrativas e capacidade de governo, mas sim de mostrar que nossas realizações e nossa capacidade são superiores *porque* decorrem de uma visão ideológica e programática, democrático-popular e socialista. Motivo pelo qual devemos acentuar não apenas a superioridade do “desenvolvimentismo” frente ao neoliberalismo, mas também a natureza distinta do “desenvolvimentismo” que defendemos, frente ao desenvolvimentismo conservador que caracterizou o Brasil ao longo do século XX.

Hoje, quando muitos neoliberais convertem-se ao keynesianismo, nós reafirmamos a superioridade teórica do marxismo, tanto enquanto análise crítica do capitalismo, quanto como fundamento de uma alternativa socialista. E reafirmamos também nossa disposição de construir

um caminho para a superação, não apenas do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador, mas também do capitalismo.

Como em 2006, o debate ideológico terá muita importância na disputa que se trava desde agora, nas eleições e depois delas.

Evidentemente, o resultado das eleições de 2010 não está definido. Por um lado, temos a popularidade do governo federal e de Lula, bem como a força eleitoral do PT e do campo democrático-popular. De outro lado, temos uma burguesia e um bloco conservador que jogará todas as suas energias na tentativa de reconquistar a presidência da República, por saber que uma terceira vitória do PT, das forças de esquerda e progressistas, terá um impacto político e simbólico enorme, não apenas demonstrando que nosso campo é capaz de vencer com outro candidato que não Lula, mas também criando as condições para mudanças estruturais.

A vitória do campo democrático-popular nas eleições de 2010 começa a ser construída agora, no enfrentamento da crise, na definição da política de alianças e da linha de campanha, na escolha da candidatura presidencial, na recomposição do campo democrático-popular, na definição do programa do próximo mandato presidencial, na reformulação de nossa estratégia.

A crise econômica, a CUT e as organizações internacionais dos trabalhadores

A instabilidade é a característica dominante na situação internacional. Basta lembrar que houve um longo período (1945-1990) em que as grandes disputas mundiais giravam ao redor do conflito entre URSS versus EUA, capitalismo versus socialismo. Já no período 1991-2008, o mundo virou de ponta-cabeça pelo menos duas vezes.

A primeira vez foi em 1989-1991, quando se desmantelou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os governos que ela influenciava no Leste Europeu. Com isso, os Estados Unidos e o neoliberalismo proclamaram que haviam alcançado um triunfo definitivo contra a esquerda e contra o socialismo; os ideólogos da direita diziam que a "história havia terminado", que daqui para frente o mundo seria capitalista e liberal.

A segunda vez está sendo agora, quando a economia neoliberal (marcada pela especulação financeira) entra em colapso e os Estados Unidos (que continua sendo a principal potência política, militar, cultural e econômica do mundo) enfrenta a decadência de sua hegemonia.

Quem acompanhava a política internacional em 1989-1991 tinha que entender por quais motivos aconteceu o desmanche do chamado campo socialista. Hoje, temos que entender a crise econômica que tem por epicentro os Estados Unidos.

Há uma série de causas para esta crise. Algumas delas são particulares à dinâmica econômica e política dos Estados Unidos. Outras causas estão ligadas a dinâmica econômica global do capitalismo, desde os anos 1970.

A crise econômica

Podemos dizer que a crise econômica atual tem origem nos anos 1970. Neste período, também houve uma crise (redução na taxa de crescimento dos países capitalistas centrais, alta dos preços do petróleo e outras matérias-primas, o dólar foi desvinculado do padrão-ouro).

Para reagir à crise de então, os grandes empresários capitalistas e seus representantes políticos, especialmente os que dirigiam os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, desencadearam um movimento ideológico, político, militar e econômico que produziu o que chamamos de hegemonia neoliberal.

Esta hegemonia neoliberal pregava a redução do Estado (mais exatamente, a redução dos investimentos na manutenção e melhoria da vida das classes trabalhadoras), as privatizações (mais exatamente, a transferência para o capital privado daquelas empresas construídas com recursos públicos), a abertura comercial (mais exatamente, a redução das tarifas que protegiam a economia dos países da periferia, da invasão dos produtos, das empresas e dos capitais dos países centrais), desregulamentação e flexibilização (mais exatamente, redução dos salários e dos direitos trabalhistas) e a mais ampla liberdade para a movimentação dos capitais financeiros.

Esse último ponto do programa neoliberal é chave, para entender a crise que vivemos hoje. O capitalista pode investir seus recursos na produção. Mas também pode emprestar para terceiros e obter juros com isto. No período neoliberal, foram criados novos mecanismos para aplicação dos recursos dos capitalistas, recursos que rendiam muito mais do que o investimento na produção.

Além disso, se facilitou uma operação chamada de "alavancagem", que é o termo que se dá a uma mágica comum, praticada pelos bancos e demais empresas que atuam no mercado financeiro.

Esta mágica permite utilizar 1 real (ou dólar, ou euro, ou qualquer outra moeda) que está depositado na conta do banco, várias vezes. Com base no mesmo real, uma empresa do setor financeiro empresta para várias pessoas e faz vários investimentos simultaneamente, mais ou menos como fazemos quando abrimos crediários simultâneos, em várias lojas diferentes, tomando como garantia o mesmo salário.

Para que tenhamos um número de referência: o PIB mundial em 2008 era de aproximadamente 54,6 trilhões de dólares, enquanto a soma dos ativos financeiros girou ao redor de 596 trilhões de dólares. Isto é uma das formas da alavancagem.

Como sabemos quem se endivida acima de sua capacidade de pagamento, quebra. Foi mais ou menos isso que ocorreu com o mercado financeiro. Ele criou uma pirâmide de investimentos, que agora está quebrando, pois todo mundo sabe que não há garantias reais para esta montanha de papéis que giram na especulação financeira.

Nesse momento, em que grandes bancos e empresas financeiras de todo o mundo estão quebrando, os governos controlados pelos neoliberais estão utilizando recursos públicos para cobrir o rombo das empresas e salvar os investimentos de seus proprietários e executivos.

Ou seja: o discurso de que o mercado deve ser livre, de que o Estado é um problema, serve apenas para os pobres, para os trabalhadores. Já para os ricos e suas empresas, o mercado só é bom quando dá lucro; quando dá prejuízo, cabe ao Estado e aos governos intervir.

As outras crises

A crise que estamos vivendo não é apenas financeira. Todas as empresas serão atingidas, direta ou indiretamente. Todas as economias do mundo serão atingidas, em maior ou menor grau. Afinal, se o principal país do mundo está em crise, isso afetará a todos.

A maior vítima da crise é a classe trabalhadora, mas ocorrem também crises e conflitos nas áreas ambiental, social, política e militar.

Qual será o desfecho destas crises?

Aqui entramos no terreno das hipóteses, mas as hipóteses são importantes, pois é com base nelas que construímos projetos de futuro e planos de ação.

Uma hipótese é a do colapso geral da civilização, provocada pelo agravamento simultâneo de todas as crises que citamos acima. Esta hipótese supõe que nem os que sofrem com a crise, nem seus causadores, serão capazes de viabilizar alternativas.

Outra hipótese é da reforma do capitalismo, com maiores ou menores doses de humanismo. Redução da especulação financeira, prioridade para a produção de bens materiais, aumento do controle e do papel do Estado, aumento dos investimentos públicos e sociais.

Esta segunda hipótese, que tem muitos adeptos hoje em dia, provavelmente terá efeito semelhante à reforma feita depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Naquela época, frente ao quase colapso geral (mais de 50 milhões de mortos na guerra, países inteiros devastados, bomba atômica), se fez uma grande reforma no capitalismo, o que permitiu ao capitalismo crescer loucamente, produzindo a crise dos anos 1970, que desembocou no neoliberalismo, que desembocou na crise atual.

Uma terceira hipótese é a da substituição do capitalismo pelo socialismo. Esta alternativa foi tentada em alguns países do mundo, durante o século XX. Como eram países pouco desenvolvidos, o socialismo nesses países enfrentou muitos problemas e distorções em comparação com os planos da esquerda. Mas agora, com a crise dos países capitalistas centrais, o socialismo volta a ser uma alternativa debatida, especialmente na América Latina.

O mais provável é que, nos próximos dez ou vinte anos, o mundo assista de tudo um pouco. Há regiões, como na África e no Oriente Médio, em que parece estar ocorrendo desde já o colapso. Noutras regiões, vai se tentar a reforma do capitalismo, com maiores ou menos doses de democracia e bem-estar. E em outras, vamos ver tentativas socialistas.

Quase quarenta anos depois assistimos a crise e ao esgotamento daquela "solução" neoliberal. Mas não voltamos ao ponto de partida. O mundo atual é muito mais capitalista do que o mundo dos anos 1970, uma vez que foram em grande medida removidas as limitações impostas pela existência do "campo socialista" e pela força da esquerda no interior dos países desenvolvidos.

A importância da política

Já dissemos que a crise atual não é meramente "financeira", entre outros motivos porque o crescimento da especulação financeira é em si mesmo uma consequência da própria dinâmica contraditória da acumulação capitalista.

O que torna a situação ainda mais complexa é o fato do esgotamento do neoliberalismo coincidir com o declínio relativo da hegemonia dos Estados Unidos, sem que haja no horizonte um substituto e sem que as instituições políticas formadas no pós-Segunda Guerra sejam capazes de "administrar" a situação.

Nenhum país do mundo tem condições de ocupar o papel dos Estados Unidos. Nem os Estados Unidos tem a capacidade de, sozinho, estabelecer regras. E as instituições internacionais (tais como a Organização das Nações Unidas) não têm instrumentos, força e autoridade para governar o mundo.

Quando as grandes disputas mundiais giravam ao redor do conflito entre URSS versus EUA, capitalismo versus socialismo, os Estados Unidos lideravam uma coalizão de países. Hoje, sem aquelas disputas, os governos que antes aceitavam ser liderados pelos EUA em nome de um objetivo comum a todos eles, agora não aceitam mais. E os demais, que combatiam os Estados Unidos, tampouco.

Evidentemente, não está nos planos dos EUA perder influência. A eleição de Barack Obama não

deve ser vista com ilusões, ele foi eleito para defender os interesses dos EUA, como foi dito em seu discurso de posse: “fazer os EUA voltar a liderar”, ou seja, defender os interesses políticos e econômicos da classe dominante daquele país.

O desfecho da crise econômica e das demais crises dependerá das decisões políticas que estão sendo tomadas, neste momento e nos próximos anos, em cada país do mundo. Por isto é muito importante que as organizações sociais, os partidos políticos e os governos debatam publicamente a crise, suas causas e as alternativas.

A importância da América Latina

Neste sentido, é muito importante o que está acontecendo ao sul do Rio Bravo. Durante os anos 1990, a América Latina e o Caribe foram o paraíso dos neoliberais. A maior parte dos governos da região, com a exceção de Cuba, era controlada pelos adeptos do Estado mínimo, abertura comercial, privatização e desregulamentação.

Ao mesmo tempo, houve uma forte resistência contra os neoliberais. Esta resistência assumiu várias formas, mas a principal foi uma combinação entre luta social e luta eleitoral, que gerou um fenômeno inédito na história de nosso continente: uma onda de vitórias eleitorais de governos de esquerda e progressistas.

De 1998 (com a eleição de Chávez, na Venezuela) até 2009 (com a eleição de Mauricio Funes, em El Salvador), os neoliberais foram sendo derrotados. E mesmo onde eles não foram derrotados, enfrentam dificuldades para governar e são obrigados a conviver com uma esquerda muito mais forte do que antes.

Claro que nem tudo são flores. Os Estados Unidos continuam influenciando fortemente a América Latina. Os governos e as empresas capitalistas européias, especialmente espanholas, também buscam interferir em nossas opções. As elites locais seguem controlando os meios de comunicação, o poder econômico e grande parte do Estado (governos locais, poder judiciário, alta burocracia estatal).

Além disso, há países, onde a esquerda não conseguiu ocupar a presidência, em alguns casos por fraude (caso do México); noutros por estar dividida quanto a forma de luta (caso da Colômbia); noutros ainda porque a direita fez alianças com o centro que permitiram uma vitória (caso do Peru) contra uma esquerda que ainda está se reorganizando.

Finalmente, há que se levar em conta as diferentes situações econômicas, culturais, políticas e as diferenças estratégicas. As esquerdas brasileira e venezuelana, chilena e uruguaia, boliviana e paraguaia, adotam políticas e métodos diferentes. A direita busca se aproveitar disto, tentando jogar uns contra os outros, estimulando a divisão e a intriga.

Mesmo assim, vivemos na América Latina um momento totalmente novo, marcado pela busca de crescimento econômico com igualdade social, democracia política com soberania nacional, tudo isto nos marcos de uma crescente integração continental, cujo principal marco é a criação da Unasur (União das Nações da América do Sul).

Outro marco foi a realização, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, em Salvador (Bahia), de uma reunião de chefes de Estado e governo de todos os países da América Latina e Caribenha. Sem os Estados Unidos e sem a Europa.

O grande desafio na América Latina e Caribe está em utilizar a correlação de forças política existente no subcontinente, onde há um grande número de países governados por forças de esquerda e progressistas, para avançar no sentido de superar definitivamente o neoliberalismo, de

preferência em direção a um tipo de sociedade socialista.

Para isto, será preciso consolidar uma estratégia comum para todo o continente; e saber conviver e respeitar a existência de diferentes estratégias, para as diferentes situações nacionais.

Dentro de cada país, o desafio estratégico está em saber combinar as formas de luta. Contra o neoliberalismo, fomos eficientes para combinar mobilização social e disputa eleitoral. Hoje, onde alcançamos a presidência da República, é preciso seguir combinando luta social, luta eleitoral e ação dos governos.

Se não fizermos isto, a direita seguirá influenciando nossas sociedades, interferindo em nossos governos e criando as condições para voltar a dirigir nossos países.

A situação do Brasil

De todos os países da América Latina, o Brasil é o que reúne condições econômicas mais favoráveis para construir uma alternativa ao neoliberalismo (socialista ou não). Pelos mesmos motivos, entretanto, somos também um país muito complexo, com enormes desigualdades e com uma classe dominante muito poderosa. As eleições municipais de 2008 comprovaram isto, mais uma vez.

Isto significa que, apesar do avanço eleitoral dos partidos da base do governo, inclusive dos partidos de esquerda, ninguém pode ter certeza sobre qual será o resultado das eleições presidenciais de 2010.

Até porque, ficou comprovado o que já sabíamos: a capacidade de transferência de votos por parte de Lula existe, é mesmo forte, mas não se traduz automaticamente em votos para os candidatos do PT, da esquerda ou base do governo. Na verdade, o ambiente positivo existente no país, que se expressou, naquele momento, nos 80% de aprovação popular, dados a Lula, favoreceu todos os candidatos à reeleição e aqueles que concorriam com o apoio de prefeitos bem avaliados. A taxa de reeleição de prefeitos em 2008 foi a mais alta da história.

Nada garante que, especialmente com a crise internacional, não ocorra uma mudança radical no ambiente político do país.

Por isso tudo, é importante manter um olho no gato e outro no peixe. A economia brasileira está em melhores condições de enfrentar a crise internacional, em alguma medida porque o governo Lula (especialmente no segundo mandato) adotou políticas distintas do receituário clássico neoliberal. Mas o tamanho da crise não permite discursos ingênuos sobre o "tamanho das reservas" brasileiras em moeda estrangeira, nem crenças tolas nos supostos bons procedimentos das grandes empresas nacionais.

O Brasil tem cerca de 200 bilhões de dólares em moeda estrangeira. Mas se todos os investidores estrangeiros que vieram ao Brasil, para se beneficiar da maior taxa de juros do mundo, tomarem a decisão de sair do país, para cobrir os prejuízos no seu país de origem, este dinheiro não será suficiente. Por isso é fundamental imediatamente estabelecer controles de entrada e saída de capitais.

Além do mais, as reservas do Brasil em moeda estrangeira são produto, em boa medida, do crescimento das exportações. Acontece que crise internacional já está reduzindo a demanda pelos produtos brasileiros, o que vai reduzir nossas reservas e causar dificuldades para a receita de empresas brasileiras. Por isto, também, é fundamental dobrar a aposta no mercado interno, na presença do Estado na economia nacional, em maiores investimentos públicos e na integração continental.

Há empresários e políticos brasileiros que vêem na crise a oportunidade para cobrar do governo que reduza os investimentos públicos em infraestrutura e em políticas sociais. Claro que eles também querem que o governo amplie as transferências de recursos para as grandes empresas privadas.

Esse oportunismo empresarial aparece hoje na chantagem das demissões, no ataque aos direitos trabalhistas e na absurda proposta de redução de salários, como medidas necessárias de combate a crise.

A Vale do Rio Doce é um bom exemplo dessa atitude canalha, sendo privatizada com recursos públicos, aumentou em 40 vezes seu valor de mercado, tem US\$ 15 bilhões em caixa e encontra-se em situação privilegiada para enfrentar a crise. Só que estão empurrando a conta nas costas dos trabalhadores, demitindo e pressionando licença remunerada com redução de 50% dos salários.

Nesse sentido, devemos pressionar o governo para que utilize sua participação acionária, direta ou indireta, para intervir crescentemente na condução da Vale do Rio Doce, tendo como objetivo a sua reestatização.

Enquanto os empresários e os partidos de direita tentam empurrar a conta da crise para os trabalhadores, defendem redução de impostos para os ricos e redução de investimentos favoráveis aos pobres, precisamos do oposto disto: reduzir a política de juros, para reduzir a especulação financeira e sobrar mais recursos públicos para investimentos; fortalecer pesadamente o Estado e a soberania nacional sobre os recursos estratégicos, por exemplo, ampliando o controle da União sobre as ações da Petrobrás. Estas e outras medidas em defesa das maiorias, o que inclui manter e ampliar as políticas sociais e as políticas orientadas ao desenvolvimento econômico.

Além disso, as últimas pesquisas de opinião apresentam um elevadíssimo índice de popularidade do Lula e um baixíssimo índice de rejeição ao governo. Isso indica condições políticas para realização de reformas democráticas e populares, que enfrentem a crise protegendo a classe trabalhadora.

O sonho nada secreto da direita é realizar, em 2009-2010, aquilo que eles desde 1989 diziam que aconteceria durante o governo Lula: o caos, a crise, o desgoverno. É preciso lembrar que a crise atual foi provocada pelas políticas que eles sempre defenderam; e que o Brasil está mais protegido, porque recusou estas políticas.

Um exemplo disto é a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). O que estaria acontecendo com o Brasil, se estivesse mais vinculado aos Estados Unidos?

Outro exemplo é o pré-Sal. Se a Petrobrás tivesse sido completamente privatizada, como desejava o PSDB e o DEM, as grandes riquezas petrolíferas brasileiras estariam totalmente em mãos privadas e estrangeiras.

Viver e trabalhar em uma sociedade mundial sob a hegemonia do neoliberalismo e, agora, de sua crise, exige preparação e organização conjunta para fazer valer a solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo. Eis porque a articulação das entidades que representam os trabalhadores em âmbito mundial é necessária.

Tendo em vista as derrotas que o neoliberalismo impôs à classe trabalhadora na época atual, a orientação política geral de grande parte das centrais sindicais do mundo hoje tende a posições mais moderadas, quando muito de caráter social-democrata, em detrimento de um posicionamento claramente de esquerda. Conseqüentemente, as entidades internacionais que

buscam congregar os sindicatos e centrais no mundo são marcadas, também, por um discurso e uma prática moderados, mais voltados para uma tentativa de “humanização” do capitalismo do que para sua superação.

Este é o caso da nova confederação sindical, a Confederação Sindical Internacional (CSI), fundada em novembro de 2006 como resultado da fusão da CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, à qual a CUT era filiada) com a CMT (Confederação Mundial de Trabalhadores).

O congresso fundador da CSI, do qual a CUT participou, unificou assim as duas maiores organizações sindicais do mundo. Não obstante a orientação moderada desta nova confederação mundial, hegemônica pelas centrais sindicais européias, ela representa um pólo efetivo de aglutinação dos trabalhadores em âmbito internacional. Nesse sentido, a participação da CUT nessa entidade se justifica, seja para fortalecer as lutas imediatas da classe trabalhadora, seja para permitir uma disputa de sua atuação, rumos e direção em favor das posições mais avançadas.

Apesar de seus limites, é possível que a CSI funcione como um instrumento na luta contra o capital, a partir de campanhas mundiais que reafirmem e ampliem os direitos dos trabalhadores, em sintonia, quando for o caso, com a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Agora, diante da crise, as entidades sindicais estarão sob pressão da classe trabalhadora para respostas e saídas. Poderemos presenciar tanto ações progressistas como conservadoras por parte dessas entidades. A CSA (Confederação Sindical das Américas), seção continental da CSI e com posturas mais combativas, tem se mostrado com um importante instrumento de luta continental contra a crise.

A Articulação de Esquerda, como uma corrente interna do PT que atua no movimento sindical, defende os mesmos princípios internacionalistas que fundaram a CUT e o PT enquanto ferramenta a serviço da construção do socialismo. Nesse sentido, consideramos que a aliança dos trabalhadores do mundo é fundamental na luta contra o capitalismo.

Portanto, nesse debate internacional, devemos nos guiar pela mesma lógica que orienta nossa intervenção sindical no país: devemos estar onde está a classe trabalhadora, disputando um programa de esquerda. Devemos participar e buscar disputar as organizações dos trabalhadores que possuam base social real — desde que, para isso, não tenhamos que abrir mão de nossos princípios mais caros e de nossos objetivos estratégicos.

O papel do movimento sindical diante da crise

No final do ano de 2008 e início de 2009 a crise econômica atingiu o país. Banqueiros, empresários e especuladores, que ganharam muito dinheiro nesses últimos anos, seja devido aos já citados aspectos conservadores da política econômica do governo, seja devido ao vigoroso crescimento econômico, possuem gordura de sobra para enfrentar a crise. Para os trabalhadores qualquer sacrifício exigido significará dificuldades essenciais em suas vidas.

A CUT, no início de 2009, acertadamente, rejeitou a armadilha montada pela Força Sindical e FIESP de redução de jornada com redução de salários, mas errou ao assinar acordo com patronato na defesa da desoneração tributária de empresas, como foi o protocolo de entendimento com a Abimaq e Assimp.

Como já dissemos, o caminho deve ser exatamente o inverso: exigir medidas que aumentem os recursos públicos para investimentos em políticas sociais, infra-estrutura e geração de empregos; mudança na política econômica, com a saída imediata do presidente do Banco Central, o

neoliberal Henrique Meirelles. Essa sempre foi a pauta da CUT. A desoneração tributária é uma antiga reivindicação patronal e dos neoliberais, vide pacote apresentado pelo Serra para enfrentamento da crise no Estado de São Paulo.

Além disso, temos visto acordos e estímulos discretos para redução de jornada com redução de salários em vários sindicatos cutistas. Sabemos que a crise exerce uma brutal pressão sobre o movimento sindical. É nesse momento que a coerência de nossas posições é colocada em prova.

As medidas anunciadas pelo governo federal de ampliação do prazo de pagamento do INSS pelos governos municipais aumentam a capacidade de investimento dos municípios. Devemos pressionar para que essas medidas sejam acompanhadas da suspensão dos pagamentos do serviço da dívida pública, ou sua imediata redução.

Como medidas paliativas, que dificultem as demissões, sugerimos também o aumento da multa por demissão, de 40% para 100% do saldo do FGTS.

Evidentemente, é estratégico impedir demissões e o crescimento do desemprego. Isto deve ser obtido através de medidas macroeconômicas, desde a taxa de juros e investimentos públicos, até o estímulo ao mercado interno e as pequenas e médias empresas. Mas é preciso, também, agir focalizadamente sobre as grandes empresas que estão realizando demissões.

Em nossa opinião, é preciso que o governo edite uma Medida Provisória para enfrentar o tema das demissões, tendo como alvo as grandes empresas monopolistas que recebem recursos públicos e acumularam grandes lucros, motivo pelo quais eventuais demissões devem estar sujeitas a acompanhamento governamental, judicial e sindical e respeitar parâmetros muito claros. Também nesse mesmo sentido, é fundamental o reforço da luta histórica da CUT pela ratificação da Convenção 158 da OIT.

É preciso, também, defender a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

Portanto, nosso caminho não é o do pacto social, deve ser o da mobilização. A CUT deve reafirmar suas bandeiras históricas e classistas! Os capitalistas devem pagar a conta e não os trabalhadores. É papel da CUT defender os interesses da classe trabalhadora, pressionando o governo para que os recursos sejam direcionados para a população que só tem nos serviços públicos a única forma de atendimento de suas necessidades.

É preciso, também, cobrar do governo a substituição do staff do Ministério do Trabalho, que foi aparelhada pela Força Sindical, gerando dificuldades para registro (com criação de entraves burocráticos) de sindicatos combativos, na contramão da defesa histórica da CUT sobre a independência sindical, além da utilização do imposto sindical como pressão sobre os sindicatos.

Embora possam ser positivas no curto prazo, é preciso ter claro que medidas de orientação keynesiana não darão conta da gravidade de uma crise como essa.

Qualquer vacilo na defesa dos interesses da classe trabalhadora colocará em risco o papel da CUT no movimento sindical brasileiro. Parte expressiva da classe trabalhadora enxerga em nossa Central sua principal ferramenta na defesa dos direitos, dos salários e do emprego.

As mobilizações convocadas pela CUT indicaram o caminho correto para o enfrentamento à crise. No dia 19 de janeiro, no primeiro chamado da CUT em 2009 ocorreram manifestações pelo Brasil afora. Com destaque para os operários metalúrgicos da CUT em São Bernardo, Sorocaba, Taubaté, que paralisaram mais de 60 mil. Ao final das passeatas e atos os trabalhadores votavam declaração de guerra se os patrões reduzissem salários ou direitos.

No dia 11 fevereiro, dando continuidade a jornada, mais de 10 mil trabalhadores paralisaram a fábrica da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, fechando a Via Anchieta. No Rio de Janeiro milhares de trabalhadores protestaram contra as patifarias da Vale do Rio Doce, além de massivas manifestações em Manaus, Recife, Bahia, Ceará, Brasília, Rio Grande do Sul, Piauí, entre outras localidades.

Os sindicatos cutistas estão atendendo às chamadas de mobilização. Isso confirma que a CUT possui real capacidade de ações de massa e enfrentamento da crise. Essa capacidade não pode estar a serviço de desoneração tributária e de pactos sociais.

Entre os dias 28 de março a 4 de abril, A CSI, CSA e a CUT estarão envolvidas numa importante articulação internacional, que é a jornada mundial de luta "em defesa da uma nova ordem econômica internacional, com controle do sistema financeiro e profundas mudanças do modelo econômico, contra a guerra e pela paz".

No dia 30 de março um grande ato unificado dos movimentos sociais indicou o melhor exemplo da solidariedade de classe e unidade na ação para o enfrentamento da crise.

A CUT deve aproveitar esse momento para fortalecer ainda mais as mobilizações de massa, a solidariedade entre os trabalhadores, a pressão para não pagarmos a conta da crise e transformarmos esse momento de crise num questionamento da ordem capitalista. Frente às demissões devemos responder com mobilizações e, se necessário, a convocação de uma greve geral.

A CUT e os trabalhadores (as) rurais

A Contag, uma antiga estrutura oficial, fundada com perspectivas mais a esquerda, foi, durante a ditadura militar, tomada pela direita. No processo de fundação e consolidação da CUT houve um intenso debate sobre a organização dos rurais, se fariam a disputa por dentro ou por fora da Contag, prevalecendo à primeira, tendo inclusive a Contag se filiada à CUT, contra a vontade dos setores de direita. Havia (e ainda há) também uma questão fundamental: na estrutura oficial da Contag agricultores familiares e assalariados rurais estão na mesma estrutura sindical. A CUT formulava uma crítica que agricultores contratam trabalhadores assalariados, como poderiam patrão e empregados, estarem num mesmo sindicato? Essa é uma crítica que a Fetraf ainda mantém fortemente.

Desde que a CUT resolveu fazer a disputa por dentro, vale lembrar que os principais objetivos eram democratizar a entidade (proporcionalidade - que não existe na Contag, democracia nas federações), dar um giro à esquerda e consolidar a hegemonia da Central na Contag. Acontece que esses objetivos não foram alcançados.

Em vários estados as Fetag's estão sob controle da direita e os cutistas foram impedidos de participarem das disputas. Uma parte dos cutistas, já presentes com mais tempo na estrutura da Contag, priorizou nos últimos anos acordo com o PCdoB e a direita, contrariando outros setores cutistas que enfrentavam a direita em vários estados. Como resultado disso, outros setores combativos da CUT fundaram novas estruturas sindicais: os Sintraf's e as Fetraf's, como, por exemplo, a Fetraf Sul (RS, SC, PR). Em outros estados, as condições de disputa foram mais favoráveis, tendo cutistas na direção das Fetag's. Acontece que nesses estados a Fetraf também se organizou e disputa com a Contag a construção e hegemonia na mesma base.

Os cutistas, defensores da Contag reivindicam a exclusividade de representação dos trabalhadores rurais, seja da agricultura familiar, seja entre os trabalhadores assalariados, exigindo da CUT que não reconheça as Fetraf's, que possuem legitimidade e base em todas as regiões do Brasil.

A realização do encontro dos trabalhadores (as) rurais da CUT, deliberado pelo 9º CONCUT, representou um momento histórico, debatendo a organização sindical do setor por representantes da CONTAG e da FETRAF. Naturalmente, por conta do histórico de conflito, de concepção e prática sindical não houve acordo. O debate continua e as decisões foram remetidas para o 10º CONCUT. Mas, um importante passo foi dado, o do encontro propriamente dito, e o reconhecimento por parte da CUT do projeto FETRAF.

Em meio a toda agenda de debate, ocorreu, entre os dias 10 a 14 de Março/09, o Congresso da Contag, onde foi selado um acordo, com aval dos cutistas, para a eleição para presidente da Contag de um membro da CTB. Além disso, o congresso aprovou a desfiliação da confederação à CUT.

De nossa parte, construiremos todos os esforços para que a CONTAG volte a se filiar à CUT. Ao mesmo tempo, No 10º CONCUT defenderemos que a nossa Central volte e ter uma estrutura e política próprias para o setor rural, que abrigue os setores existentes e fortaleça a organização sindical no campo seja através dos STR's, dos SINTRAF's e, sobretudo apoiando o projeto FETRAF.

Defender o setor público e o funcionalismo público

A CUT deve empenhar-se ao máximo para defender o setor público e o funcionalismo público dos ataques que eles estão sofrendo, inclusive por parte do governo federal. Esses ataques são contraditórios com algumas medidas tomadas na primeira gestão e no início da segunda, e que se traduziram, de certo modo, em um fortalecimento do Estado brasileiro, seja por meio da recomposição de determinados segmentos do funcionalismo, seja por meio da expansão do serviço público (por exemplo, a criação de escolas técnicas e universidades federais e da TV Pública). Por outro lado, tais ataques dão continuidade à linha de ação neoliberal que orientou a reforma da Previdência do setor público, iniciada em 2003 e que terá prosseguimento com a criação do Funpresp, fundo de previdência dos servidores federais (cujo projeto o governo já enviou ao Congresso).

Destacamos alguns dos aspectos desse ataque que merecem nossa máxima atenção: Direito de greve - É inaceitável, sob qualquer aspecto, a tentativa do governo de cercear o direito de greve do funcionalismo público. As medidas que o governo tenta aprovar no Congresso parecem ter sido inspiradas no famigerado Decreto-Lei 50, a chamada Lei Anti-Greve que Sarney tentou aprovar para frear a CUT nos anos 1980.

Por outro lado, a ausência de uma lei que regule o direito de greve do funcionalismo público, transferiu ao Supremo Tribunal Federal, no ano passado, a decisão sobre direito de greve dos servidores públicos. Diante disso, o STF declarou todo o serviço público como essencial e, conseqüentemente, limitando de forma brutal o exercício desse direito, exigindo a obrigatoriedade da garantia de 30% do atendimento nesse setor para a deflagração de qualquer movimento grevista.

Entendemos que tal decisão é mais uma forma de retirar direitos, mesmo porque essa categoria não tem sequer a garantia da negociação coletiva que passa pela ratificação das convenções da Organização Internacional do Trabalho, em especial da 151.

Não podemos aceitar nenhum tipo de restrição ao direito de greve.

Fundações é privatização da saúde e da educação— O Ministério da Saúde pretende adotar o modelo de “fundações públicas de direito privado” na gestão dos hospitais públicos, o que implicará a terceirização desse setor, a exemplo do que já ocorre hoje com muitos hospitais universitários. Modelo semelhante vem sendo aplicado pelos governo “tucanos” em São

Paulo há muitos anos, no Hospital das Clínicas da USP e InCor, gerando a descaracterização do SUS, pela existência da “segunda porta” (atendimento “VIP” para pacientes particulares e de convênios médicos, em detrimento dos pacientes do SUS), e a ocorrência de escândalos financeiros como o que envolve a Fundação Zerbini. Exemplo parecido está acontecendo em Sergipe, no Governo Marcelo Déda (PT), que criou uma Fundação de Saúde de direito privado, instituindo duas categorias (estatutários e celetistas), na mesma base, com remunerações diferenciadas.

Por outro lado, o Ministério da Educação desde a primeira gestão vem estimulando a atuação das chamadas “fundações universitárias de apoio”, entidades privadas cuja atuação tem causado prejuízos de toda sorte às universidades públicas estaduais e federais. Apesar das ilegalidades que cercam a atuação dessas fundações “de apoio”, e de inúmeros processos, multas e punições determinadas pelo Ministério Público Federal, pelo TCU e juízes, os ministérios e outros órgãos federais continuam a contratar essas entidades. O governo chegou a editar um decreto, 5.205/04, regulamentando a lei 8.958/94, que autoriza a atuação das fundações privadas nas instituições federais de ensino e pesquisa. O decreto 5.205/04 cria novas facilidades para as fundações privadas.

Lei da Inovação— A lei 10.973/04 permite a privatização dissimulada de dependências e equipamentos (laboratórios, inclusive) de universidades e outras instituições federais de ensino e pesquisa. Além disso, fornece incentivos para que professores universitários e pesquisadores se tornem “empreendedores”, ou seja, empresários, a pretexto de que possam se dedicar à inovação tecnológica. Com a lei, o governo legitima o processo de privatização de instituições federais que já vem ocorrendo por intermédio das fundações privadas.

Imposto Sindical – Além da continuidade da cobrança do imposto sindical no setor privado, o Ministério do Trabalho quer implantar o imposto no setor público. Sabemos que essa iniciativa, combatida historicamente pela CUT, atende a um casuísmo da Força Sindical, que dirige uma entidade fantasma do serviço público e também a uma estrutura sindical atrelada ao Estado.

Ameaça de não cumprimento dos acordos de PCS dos servidores públicos federais – o governo federal deve cumprir integralmente todos os acordos celebrados com todas as categorias do serviço público federal. O cumprimento desses acordos é também uma das medidas anticrise. Portanto, não devemos aceitar a ação do governo que ataque os trabalhadores.

Sabemos que a crise econômica afeta de maneira diferenciada os diversos setores. De forma contraditória, o governo federal, diante da crise e da possibilidade de redução de impostos, acena com o contingenciamento de 32 bilhões de reais no Orçamento público federal e, acertadamente, acena com a ampliação de importantes investimentos públicos como medidas de combate a crise. Nesse sentido, a manutenção dos acordos do governo federal com os sindicatos deve ser preservada como forma de proteção e valorização do serviço público.

Para fortalecer esse processo, no final de março teremos uma jornada nacional de luta dos servidores públicos com as bandeiras sobre a carreira e a valorização do funcionalismo, com investimento no serviço público, fortalecimento da máquina pública; o tratamento isonômico entre os trabalhadores ativos e aposentados; defesa de investimentos na infra-estrutura; a ratificação da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva no serviço público, luta em defesa do Piso Nacional e a luta para barrar o imposto sindical no funcionalismo público.

Piso Nacional da Educação

Desde janeiro de 2009 está em vigor a lei que instituiu um piso nacional para trabalhadores/as do magistério. Essa é uma antiga luta da CUT e de diversas entidades ligadas à educação para a melhoria do ensino público, de valorização profissional e de correção de distorções salariais entre

os educadores de todo o país.

Acontece que a maioria dos municípios e estados não aplicam a lei, tendo inclusive o ingresso, no STF, de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), por parte de cinco governadores dos estados de RS, SC, PR, MS e CE, com apoio dos estados de SP, MG, RR, TO e DF. A contradição desses governadores e com suas representações no parlamento é gritante, já que o Piso foi aprovado por unanimidade.

Para enfrentar essa situação, a CNTE e a CUT mobilizarão a categoria para ações durante o mês de março, culminando numa greve nacional do setor. Nossa militância sindical deve colocar essas ações como prioritárias em nosso calendário de lutas.

SUS: Um novo Ataque

Nos últimos seis anos, iniciativas inovadoras se deram no Sistema Único de Saúde, sendo muitas delas decorrentes do protagonismo do Ministério da Saúde. Apesar disso, milhões e milhões de brasileiros ainda não tem acesso à denominada porta de entrada do sistema (atenção primária); a atenção primária requer reorganização que a torne mais resolutiva e o acesso ágil; o subsistema de atendimento às urgências e emergências, inclusive a remoção de pacientes, não está implantado no país como um todo, entre outros relevantes problemas de saúde que estão a demandar urgentes soluções.

No entanto, embora soluções de problemas de saúde exijam recursos, porque esse setor de prestação de serviços é intensivo em utilização de mão-de-obra e em incorporação de tecnologias – de processo e de produto –, paradoxalmente, no período (2003-2008), os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, exerceram pressão sobre o Congresso Nacional para que não se regulamentasse a EC nº 29/2000 incluindo-se para a esfera federal o justíssimo cálculo de sua contrapartida, no financiamento do SUS, baseado no percentual sobre a arrecadação.

Certo fundamentalismo econômico desses ministérios chegou até a constranger politicamente o presidente Lula, no início do primeiro mandato, quando foi proposta uma peça orçamentária que extraia recursos para o programa Fome Zero – uma das principais prioridades do governo –, do orçamento da saúde, o que obrigou o presidente a determinar a reelaboração da peça orçamentária.

Neste período, dois parlamentares petistas apresentaram projetos de lei regulamentando o financiamento da saúde: o ex-deputado Roberto Gouveia (PT-SP) e o senador Tião Viana (PT-AC). O projeto de lei complementar de autoria do senador foi aprovado por unanimidade no Senado Federal em abril de 2008 e encontra-se parado na Câmara dos Deputados. Nele é disciplinado o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) ou, mais precisamente, é regulamentada a redação acrescida à Constituição através da Emenda Constitucional nº 29/2000, que instituiu a vinculação da alocação de recursos orçamentários com a finalidade de assegurar os recursos mínimos para as despesas com ações e serviços públicos de saúde. O conteúdo desse projeto é o seguinte:

- a) mantém o montante de recursos orçamentários que, de acordo com a Constituição, obrigatoriamente, as municipalidades, os estados e o Distrito Federal devem alocar anualmente no setor saúde, ou seja, respectivamente, 15% e 12%;
- b) altera o método de cálculo da alocação de recursos orçamentários da União, que passaria a ser de 10% de suas receitas correntes brutas (esse percentual evoluiria de, no mínimo, 8,5% em 2008, para 9% em 2009 e 9,5% em 2010, alcançando 10% em 2011);
- c) institui normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas

federal, estadual, distrital e municipal, o que, hoje, não está regulamentado.

Hoje, em meio à crise mundial do capitalismo, a reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados representa um grave retrocesso para todo o campo da proteção social – seguridade social (saúde, previdência e assistência social) –, educação e trabalho, pois, na prática, tenta-se acabar com as fontes próprias e específicas de recursos e, assim, áreas do campo da proteção social não poderiam mais ser priorizadas, ou seja, a reforma como está dará tratamento de igualdade a ações e prioridades desiguais.

A título de ilustração da gravidade do que está se propondo nessa reforma: nas receitas estaduais abre-se a possibilidade para todos os estados criarem fundos de desenvolvimento que subtrairiam receitas antes da aplicação de recursos na saúde e na educação. Isso em um país real no qual, em 2006, 18 estados brasileiros, em especial os mais prósperos (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e outros), descumpriram o que determina a Constituição Federal e destinaram à saúde menos de 12% de suas receitas brutas, de acordo com estudo do Ministério da Saúde.

Face ao exposto, existem algumas prioridades no que se refere à defesa, ampliação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a saber:

a) continuar pressionando para que se aprove o projeto de lei complementar que disciplina o financiamento da saúde e institui normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal (Projeto Tião Viana), parado na Câmara dos Deputados;

b) continuar pressionando, através do esclarecimento e de mobilizações sociais amplas, para alterar o projeto que trata da reforma tributária nos pontos acima mencionados, que se referem ao campo da proteção social, pois, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, não se vê proposição que possa gerar tamanho retrocesso para os direitos à saúde e à vida da população brasileira, conquistados depois de décadas e décadas de muita luta;

c) no que se refere à organização do SUS, em todas as esferas de governo, é preciso combater a ausência de criatividade na gestão da coisa pública, a qual, via de regra, gera a paralisia, a falta de ousadia em inovar e a receita de um “remédio único” – o mercado – para resolver quaisquer dificuldades que se apresentem. É preciso lembrar a todos que, no caso dos Sistemas de Saúde nacionais, o pior exemplo do mundo é justamente o Sistema de Saúde nacional, individualista e de mercado, do Estados Unidos da América e os melhores exemplos são os diversos Sistemas de Saúde nacionais socializados, portanto, universais.

Trabalhadores (as) com Deficiência

O debate acerca dos trabalhadores com deficiência está intrinsecamente relacionado à luta geral dos trabalhadores.

A luta contra o desemprego, pela reposição das perdas salariais e pela elevação da renda dos trabalhadores, a luta pela reforma agrária e pelo fim do latifúndio, a luta pela reforma urbana, o combate à flexibilização da CLT, bem como a qualquer iniciativa que resulte em perda de direitos para os trabalhadores, a luta contra todas as formas de precarização das relações de trabalho (terceirização, subemprego, contratos temporários, trabalho informal, etc.), a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e pelo cumprimento da legislação que prevê jornada de 6 horas em várias categorias profissionais, a luta pela igualdade de salários entre trabalhadores e trabalhadoras, e pelo fim de qualquer forma de discriminação, a luta pela implantação efetiva de formas de organização por local de trabalho, a luta pelo mais amplo direito de greve, a luta pela livre organização sindical e pela manutenção da estabilidade provisória para

os dirigentes sindicais, a luta contra o trabalho escravo e trabalho infantil, a luta pela imediata assinatura, por parte do governo federal, da Convenção 158 da OIT, que trata do fim da dispensa imotivada, a luta pela integração dos povos latino-americanos e pela solidariedade internacional dos trabalhadores do mundo, são bandeiras de todos os trabalhadores, de toda a classe e que defendemos nos nossos sindicatos e no interior da CUT.

Aliado às lutas gerais, os trabalhadores com deficiência tem suas lutas específicas. Na sociedade capitalista que tem como princípio a exclusão social, vide o crescente exército de reserva de força de trabalho, dentro outros processos de exclusão, observa-se de forma intensificada o processo de exclusão das pessoas com deficiência, as quais ainda sofrem pelo fato do capital considerá-las como incapazes de produzir, aliado ao fato de se diferenciarem do padrão estético, tido como normal.

Outra questão, não menos importante, refere-se à resistência por parte dos patrões na contratação de pessoas com deficiência, pois é necessário que haja investimentos nos postos e locais de trabalho para adequá-los, o que implica na diminuição de seus lucros. Cabe ressaltar, que muitos trabalhadores sem deficiência acabam adquirindo-a, muitas vezes, ao submeter-se a trabalhar sem condições adequadas em seus postos de trabalho, ocasionando acidentes ou doenças e, também, pelo alto grau de exploração da força de trabalho, seja oriundo da reestruturação produtiva, seja pela imposição abusiva do cumprimento de metas.

Com a implementação da lei de cotas que instituiu a obrigatoriedade de reserva de postos de trabalho para as pessoas com deficiência. A Lei nº 8.213/91 fixa os seguintes percentuais: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: até 200 empregados, 2%; de 201 a 500 empregados, 3%; de 501 a 1000, 4%; de 1001 em diante, 5%”.

No entanto, é importante salientar, que o capital está se adequando à lei de cotas na perspectiva de tirar o máximo de produção desses novos contratados. Um exemplo é a contratação de cadeirantes para atuar em telemarketing, pois como a maioria dos cadeirantes tem lesão medular, vão menos ao banheiro, ficando assim mais tempo no seu posto de trabalho.

Outro exemplo refere-se à contratação de pessoas com deficiência auditiva: como estes se comunicam em LIBRAS (LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS), e não conversam por estarem com as mãos ocupadas acabam aumentando consideravelmente a sua produtividade. Mais um problema enfrentado pelos trabalhadores com deficiência no mundo do trabalho atual é acerca da alegação por parte dos patrões de que não há PCD's qualificadas. Lembremos que a dita falta de qualificação ocorre fundamentalmente pelo fato das pessoas com deficiência estarem excluídas, também, em todo o âmbito social (educação, cultura, lazer, transporte coletivo, etc.).

A CUT, os sindicatos cutistas devem ser precursores nesta luta, aumentando o seu envolvimento a fim de melhorar o acesso de pessoas com deficiência ao emprego e a permanência nele e de garantir que os trabalhadores com deficiência se beneficiem de igual acesso às medidas de treinamento e promoção, sempre que negociarem os acordos nas empresas e nos setores profissionais. Atenção reforçada também deve ser dada a fim de promover a participação e a representação de trabalhadores com deficiência na estruturas decisórias dos sindicatos.

Para avançarmos na luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência devemos defender:

Eliminação das barreiras de entrada das mulheres, especialmente das mais pobres e com deficiência no mercado de trabalho;

Diminuição das desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres, brancos (as) e negros (as) e dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência;

Implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho, com atenção para as mulheres, negros e negras, jovens, idosos, pessoas vivendo com HIV e pessoas com deficiência;

Efetiva aplicação da Convenção 100 (Convenção sobre igualdade de remuneração), da Convenção 103 (Convenção sobre proteção à maternidade) e Convenção 111 (Convenção sobre discriminação (emprego e ocupação)) da OIT e promoção da ratificação da Convenção 156 (Convenção sobre trabalhadores com responsabilidades familiares).

Nos sindicatos em que somos direção devemos organizar coletivos de trabalhadores (as) com deficiência para que possam discutir reivindicações que julguem necessárias para ter seus direitos assegurados e fortalecer a organização do seguimento.

Construir acessibilidade nas sedes das entidades sindicais e em seus meios de comunicação, conforme o Decreto 5.296/2004;

Contratação de trabalhadores com deficiência nos quadros funcionais das entidades sindicais.

O movimento sindical e a luta das mulheres

Nos últimos anos, com o projeto neoliberal, o trabalho das mulheres vem sofrendo constantes mudanças, uma vez que as mulheres também são as grandes vítimas das crises econômicas e sociais, situando-se nos trabalhos mais precarizados, terceirizados e nos subempregos.

Diante desse contexto apresentamos as seguintes propostas:

- organizar uma campanha de valorização do trabalho da mulher;
- lutar pela garantia de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher;
- lutar pela garantia e ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas;
- intensificar a discussão das questões específicas das mulheres entre a militância sindical da AE;
- formação política para as mulheres da AE visando maior participação das mulheres nos sindicatos, na Central e nos partidos políticos;
- garantir creches nos diversos eventos sindicais;
- realizar, nos encontros da AE sindical, reuniões organizativas e mistas para elaborar propostas a serem defendidas pelo setorial de mulheres da AE.

O movimento sindical e as questões étnico-raciais

As últimas mudanças do mundo do trabalho exigem do movimento negro uma atenção especial devido às discriminações que sofrem negros e mulheres. Embora, juntos somem 70% da população economicamente ativa, tem os trabalhos mais duros e os salários mais baixos.

Nesse sentido, são fundamentais políticas públicas específicas, geração de emprego e renda com vistas à redução das desigualdades étnico raciais.

Sabemos que as questões étnico-raciais em nosso país possuem raízes profundas e interligadas ao processo de exploração colonial e capitalista, que as superações das opressões e discriminações devem se dar num duplo movimento: a luta imediata por melhores condições de vida e trabalho para população negra e a luta histórica pela transformação social.

O movimento sindical e a livre orientação sexual

Os/as trabalhadores/as Lésbicas, Gay's, Bissexuais, Travestis e Transexuais, vivem em um estado de insegurança social, obrigados/as, muitas vezes a esconderem sua orientação sexual, pois, quando ocupam funções não consideradas socialmente como “função de gay”, correm grande risco de serem demitidos/as de seus empregos por preconceito. O freqüente abandono prematuro desses/as trabalhadores/as por suas famílias gera a necessidade de proverem integralmente o próprio sustento, dificultando a conclusão de seus estudos, empurrando-os ao subemprego, à marginalidade e a prostituição.

Por isto, a AE defende a inclusão nos acordos coletivos das diversas categorias, sejam elas no setor público ou privado, de cláusulas sociais e previdenciárias que garantam os mesmos benefícios, ou contemplação de dependência, para todos/as os/as trabalhadores, independente de sua orientação sexual, de modo, que se sintam a vontade, e seguros/as, para assumirem a sua condição.

Concepção sindical da AE

As organizações sindicais (sindicatos, associações de classe, confederações, etc.) devem ser instrumentos de luta pela melhoria das condições no trabalho. Portanto, não estão necessariamente em contradição com a existência do trabalho assalariado e da exploração capitalista.

Apesar disso, as organizações sindicais são uma escola importante para a organização dos trabalhadores e um instrumento para o embate entre capital e trabalho, mesmo que este embate se dê nos marcos do capitalismo. Por isso mesmo, os petistas devem lutar para dirigir as entidades sindicais.

Ao dirigir entidades sindicais, os petistas devem ser capazes de organizar a luta de sua categoria específica, por melhores condições de vida e trabalho respeitando as questões ambientais. Mas devem buscar ir, além disso, colaborando para que os trabalhadores compreendam e participem ativamente da vida política e social de sua cidade, de seu Estado, de seu país e do mundo, percebendo, inclusive, o grau de discriminação e preconceito imposto aos afro-descendentes, às mulheres, aos povos originários e outras minorias, às pessoas com deficiências; e o mesmo no que diz respeito à orientação sexual das pessoas.

Só a participação política é capaz de fazer a classe trabalhadora adquirir uma consciência socialista. Para isso, é preciso superar — continuamente — os limites da ação sindical, combatendo o sindicalismo tradicional, que tem como único horizonte os interesses de curto prazo da categoria; o sindicalismo “revolucionário”, que dá ao sindicato tarefas de partido político e pensa que o caminho para o socialismo está no conflito “direto” entre capital e trabalho (a luta por salários); e o sindicalismo social-democrata, que atribui aos sindicatos a exclusiva tarefa de lutar por salários e aos partidos a exclusividade das tarefas “políticas”.

Todas estas concepções sindicais — a tradicional, a economicista, a social-democrata e a nossa — estão presentes na Central Única dos Trabalhadores. No dia-a-dia da prática sindical, estas concepções muitas vezes se misturam e se confundem. Mas é preciso estudar claramente as diferenças, pois elas conduzem a resultados muito distintos.

É preciso entender que tanto o sindicato, quanto o partido político, são formas distintas de organização de uma mesma classe social. O papel que estas formas assumem na luta de classes depende, portanto, da atitude da classe trabalhadora na própria luta de classes.

Em épocas revolucionárias — em que a maioria da classe está mobilizada — os papéis muitas vezes se embaralham (citamos como exemplo o papel da COB nos levantes populares ocorridos na Bolívia). Em épocas de forte refluxo — em que a maioria da classe está desmobilizada — os papéis também se embaralham (citamos como exemplo a necessidade de o sindicalismo atuar de

forma clandestina, durante algumas ditaduras, quase como atuavam os partidos de esquerda).

Já nos períodos “normais” da luta de classes os papéis são mais nítidos, cabendo aos sindicatos organizar todos os trabalhadores, independentemente de credo, raça, orientação sexual, determinação ideológica, etc. Nesses períodos, os sindicatos não centram sua ação na luta pelo poder ou na defesa de programas gerais. Nos períodos “normais” da luta de classes, o centro da ação do sindicalismo é a luta por elevar as condições de vida, remuneração e trabalho.

Mas mesmo nesses períodos os sindicatos possuem uma destacada importância política, expressa, por exemplo, na credibilidade que estas entidades possuem junto à massa dos trabalhadores. Dependendo da direção sindical, esta credibilidade pode ser utilizada para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora, para orientar politicamente os trabalhadores no sentido de seus interesses históricos; ou pode ser dirigida no sentido de manter os trabalhadores sob a hegemonia da classe dominante.

Por esse motivo, é importante politizar a disputa das entidades sindicais. Ao mesmo tempo em que recusamos a idéia de que os sindicatos devem ser “correia de transmissão” dos partidos políticos (ou dos governos), defendemos que os partidos políticos podem e devem disputar a orientação das entidades sindicais.

Politizar é diferente, entretanto, de partidizar. Os sindicalistas podem e devem pertencer a partidos políticos, podem e devem defender abertamente as posições de seus partidos. Mas devem avaliar, a cada situação concreta, se cabe transformar uma posição estritamente partidária em posição sindical. Foi com base nesta avaliação que, em 1988, o Congresso da CUT rejeitou indicar o voto nas candidaturas do PT nas eleições daquele ano; foi também com base nesta avaliação que a CUT decidiu apoiar a candidatura do Lula, em 2002 e 2006.

É com base nesta mesma avaliação que, geralmente, recusamos transferir, para o terreno sindical, algumas polêmicas programáticas que são necessárias dentro de um partido ou entre partidos, mas que não cabem no movimento sindical. Ao mesmo tempo, polêmicas que hoje podem parecer descabidas nos sindicatos, amanhã poderão ser consideradas naturais, tendo sempre como critério o nível de consciência da massa trabalhadora.

Tendo em vista a pluralidade de correntes que atuam no movimento sindical, todas elas expressando diferentes segmentos e opiniões presentes na classe trabalhadora, defendemos a mais ampla democracia no movimento sindical, particularmente no interior da CUT e dos sindicatos filiados à CUT.

A grande maioria dos sindicalistas que abraçaram o movimento sindical combativo, classista e pela base, assim como todas as tendências socialistas que atuam na CUT, defendem a democracia. Essa defesa precisa se materializar na existência: de organizações por local de trabalho; de conselhos de representantes nos sindicatos; da democracia nos processos eleitorais; de convenções no campo da CUT.

No caso da eleição para renovação das diretorias da Central, confederações e federações, onde o processo dar-se-á em congressos da categoria, a Articulação de Esquerda defende a proporcionalidade qualificada, sem cláusulas de barreiras, garantindo desta forma a presença na chapa das mais amplas visões político-ideológicas. Na eleição para os sindicatos de base devemos defender a existência de convenções ou acordos dentro do campo cutista, construindo uma chapa, que caso eleita, garanta a governabilidade política e administrativa.

É evidente que pode haver momentos conjunturais em que a proporcionalidade se torna inviável, por conta da correlação de forças. Um exemplo disso foi o período que se viveu imediatamente após a ditadura militar. Os sindicatos estavam tomados pelos interventores, os pelegos eram

maioria e o movimento sindical combativo que nascia — no final dos 1970 e início dos 1980 — eram majoritariamente composto por oposições sindicais.

Naquele momento específico, a prioridade era disputar as direções sindicais, retirar os interventores do regime militar de dentro dos sindicatos; organizar os trabalhadores por meio de uma política classista; reativar o movimento de massas; alterar a correlação de forças nas entidades. Certamente que a proporcionalidade seria então um obstáculo, pois era necessário livrar de vez os sindicatos dos pelegos “biônicos” que estavam nas entidades. Não é esse o quadro do movimento sindical hoje.

Hoje a CUT já adota o princípio da proporcionalidade na composição de sua direção, o que avaliamos um avanço importante na organização da Central. Mas, a cláusula de barreiras impede que as forças minoritárias se apresentem com força própria, reduzindo a democracia em sua estrutura. Já a adoção da proporcionalidade na direção dos sindicatos, na medida em que institucionaliza o compromisso de buscar resolver essas diferenças em marcos organizativos comuns, pode — ou não — contribuir para o tratamento adequado das contradições existentes dentro da classe trabalhadora.

Organização da AE no movimento sindical

O setorial sindical da AE estrutura-se nacionalmente a partir das seguintes instâncias: a Conferência Sindical Nacional; a Plenária Sindical Nacional; a Coordenação Sindical Nacional e o Secretariado Executivo da Coordenação Sindical Nacional.

A Conferência Sindical Nacional, principal instância deliberativa do setorial, reúne-se de dois em dois anos. Nela são eleitos os membros da Coordenação Nacional e do Secretariado Executivo e aprovadas resoluções que devem ser submetidas ao referendo e eventuais alterações, pela Direção Nacional da AE ou pela Conferência Nacional da AE.

A Plenária Sindical Nacional deverá reunir-se sempre que for necessária a atualização de nossas políticas sindicais para o setorial. As decisões da Plenária Sindical também devem ser submetidas ao referendo da Direção Nacional da AE.

A Coordenação Sindical Nacional é composta por no mínimo 13 (treze) e no máximo 27 (vinte e sete) integrantes. O Secretariado Executivo é composto por 5 (cinco) membros.

Para que tenhamos presença efetiva no movimento, a construção de nosso setorial sindical deve ser baseada em algumas premissas: democracia interna, o que implica em direção coletiva; debate nas instâncias e disciplina na implementação das decisões; unidade política, ideológica e de ação; concepção sindical e método de atuação bem definidos; e militância centralizada pelas posições políticas da AE, com organização e capacidade operativa para realizar as tarefas propostas.

Hoje, nossa atuação é muito diferenciada nos diferentes Estados em que estamos organizados, no que se refere ao atendimento a essas premissas básicas. Em alguns Estados, estamos construindo o trabalho sindical há muito tempo. Em outros, essa preocupação não faz parte da pauta cotidiana da corrente. E essa ausência ou precariedade de uma política de construção do trabalho sindical faz com que nossa representação nos congressos das categorias e/ou ramos de atividades profissionais, ou no próprio congresso da CUT, seja muito inferior à nossa influência real no movimento.

Somente se vencermos esses desafios organizativos e ganharmos o conjunto da AE para o caráter central e prioritário de nossa inserção junto à classe trabalhadora assalariada e para a importância de nosso crescimento no movimento sindical, é que teremos condições de influir nas

lutas sociais com nossa linha política e nossa concepção estratégica. Lembremos que, segundo nossas resoluções deveram combinar a disputa institucional com a nossa intervenção nos movimentos sociais. Nosso objetivo geral deve ser a ampliação da influência socialista entre os trabalhadores e a organização de setores cada vez maiores da classe, sindical e partidariamente.

É fundamental, portanto, que construamos a AE nas várias categorias em que atuamos entre as quais destacamos: professores, metalúrgicos, bancários, construção civil, servidores públicos, jornalistas, rodoviários, telefônicos, urbanitários, gráficos, comerciários, trabalhadores rurais, previdenciários, petroquímicos e profissionais liberais.

No PT, apesar de termos uma vaga no Coletivo Sindical Nacional, nossa participação no setorial sindical ainda é praticamente nula, pois não disputamos nos Estados a intervenção na linha sindical do Partido.

Tarefas a cumprir

Entre os dias 3 a 8 de agosto de 2009, em São Paulo, será realizado o 10º Congresso Nacional da CUT. Nesse período é provável que estejamos num grave momento da crise econômica, tendo a CUT passado por uma dura prova: impedir que a burguesia deposite sobre a classe trabalhadora a conta da crise, pressionar o governo para que adote medidas progressistas e defender os direitos dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que esse período será de enormes dificuldades para a classe trabalhadora, estaremos num momento propício para o questionamento prático das políticas neoliberais em particular e para o questionamento ideológico da ordem capitalista, abrindo a possibilidade de aumentar o nível de consciência de nossa classe para mudanças mais profundas.

Defendemos que a CUT, nesse próximo Congresso, além da defesa de suas bandeiras históricas, tenha como foco prioritário o debate sobre a crise econômica e as alternativas de esquerda. É com essa prioridade que mobilizaremos nossa militância sindical da AE para o 10º CONCUR.

Além dessa tarefa imediata, de modo geral, nosso principal desafio como tendência petista que atua no movimento sindical é ampliar nossa influência política sobre a base social desse movimento, participando e intervindo nas lutas cotidianas dos trabalhadores. Nesse sentido, a VI Conferência Sindical Nacional indica as seguintes tarefas a serem cumpridas pela Coordenação Sindical Nacional eleita:

- Divulgar as resoluções da VI Conferência Sindical Nacional;
- Organizar a participação da AE no 10º Concut;
- Acompanhar e intervir politicamente nos debates realizados na direção nacional da CUT;
- Em relação à sustentação financeira propomos: redução dos atuais 10% para 7% de contribuição estatutária até a 13ª plenária nacional e, a partir da 13ª plenária, 5% de teto de contribuição estatutária.
- Organizar a agenda de lutas, mobilizações e processos eleitorais do setorial;
- Organizar o setorial sindical onde ele ainda não está estruturado, realizando conferências estaduais e elegendo, nesses casos, as coordenações estaduais;
- Organizar a VII Conferência Sindical Nacional;

- Organizar a participação dos militantes da AE no setorial sindical do PT;
- Divulgar nossas publicações entre os trabalhadores;
- Reforçar a luta contra o divisionismo e desligamentos da CUT;
- Organizar um seminário dos militantes da AE que atuam nos sindicatos dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) para discutir as mudanças ocorridas na organização sindical no Brasil;
- Fortalecer a Escola de Formação Política da AE;
- Participar ativamente da CMS;
- Defender a mais ampla democratização dos meios de comunicação;
- Organizar a participação da AE nos congressos das confederações nacionais;
- Participar ativamente da construção das Secretarias de Combate ao Racismo, juventude, Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador da CUT.
- Organizar a discussão sobre homofobia e discriminação no ambiente de trabalho;
- Organizar os seminários regionais sindicais (conferências de retorno);
- Organizar o mapeamento dos militantes sindicais da AE nos estados;
- Fortalecer a lista de discussão sindical da AE;
- Organizar seminários das categorias por ramo de atividade dos militantes da AE;
- Organizar uma campanha de piso salarial do SUS;
- Propor um encontro nacional com os trabalhadores e trabalhadoras do SUS, nas três esferas de governo através das entidades de base, com os seguintes eixos: salário nacional do SUS, desprecarização dos serviços de saúde, efetivação do SUS com inclusão de políticas de Estado e não de Governo no sentido de garantir a assistência coletiva e previdência social;
- Lutar pela regulamentação da aposentadoria especial de 25 anos de trabalho para os profissionais da área da saúde, especialmente para os que atuam em áreas de risco;
- Defender que o seguro pago pelo INSS ao trabalhador acidentado seja incorporado nos proventos da aposentadoria;
- As conferências propostas pelo governo federal são espaços de avanços e debates sobre as políticas públicas, devendo nossa militância participar ativamente desses espaços;

Devemos, ainda, no próximo período, nortear nossas lutas, reafirmando as bandeiras da classe trabalhadora, como:

Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;

Nenhuma reforma que retire direitos;

Direito irrestrito de greve;

Ratificação das convenções 135, 151 e 158 da OIT;

Fim das práticas anti-sindicais pelos patrões;

Fim do imposto sindical

Mais e melhores empregos;

Reforma agrária e urbana;

Redução de juros;

Anistia aos trabalhadores perseguidos no governo FHC;

Defesa do Piso Nacional da Educação

Fim do Fator Previdenciário

Aumento real e igualitário para todos/as aposentados/as

Igualdade salarial entre homens e mulheres

Apoiar e fortalecer a participação da juventude no movimento sindical

Política de alianças

Desde 1997, a AE tem buscado participar de iniciativas que visam a unificar a esquerda cutista. A partir desse objetivo geral, historicamente adotamos diferentes políticas de aliança com os demais setores da central.

Há, atualmente, setores moderados do movimento sindical cutista que se deixam enquadrar por parte do governo Lula, discutindo reformas prejudiciais à classe trabalhadora. Há, por outro lado, a tentativa da “ultra-esquerda” de transformar toda ação conjunta do movimento social em espaço prioritário de ataque global ao governo e à CUT, com o objetivo de “cooptar” militantes para seus projetos político-partidários.

Esta realidade obriga-nos, sem prejuízo de continuar participando de ações comuns, a reforçar nossa própria organização, não participando de tentativas de “frente única” de natureza orgânica, seja com o PSTU/Conlutas, seja com o PSOL/Intersindical, ou com quaisquer setores assemelhados.

Tendo em vista esse quadro político geral, nossa política de *alianças estratégica* no movimento sindical deverá priorizar as correntes que atuam dentro da CUT.

Com outros setores da esquerda sindical poderemos ter *alianças táticas*, de natureza sindical, nas lutas, nas eleições sindicais e nos congressos de categorias profissionais. Não constituiremos, com esses setores ou com qualquer outra corrente, nenhum bloco permanente.

Devemos, nesse próximo período, dar ênfase à construção intensiva da organização da AE no movimento sindical. Somente com um setorial sindical da AE forte poderemos ajudar na consolidação de uma esquerda cutista que dispute as posições políticas no interior da Central,

atraindo para nosso campo inclusive setores que atuam no interior das correntes majoritárias e que estejam insatisfeitos com os rumos gerais assumidos pela CUT. Essa disputa, aliás, tende a ampliar-se no próximo período, devido aos rumos contraditórios do segundo governo Lula.

Assim, nossa política de alianças deve ter por base três parâmetros: a) a defesa dos interesses da classe trabalhadora; b) a defesa da CUT; c) a defesa da idéia de que devemos disputar os rumos da CUT, do PT e do governo Lula.

A Articulação de Esquerda constitui-se hoje em uma das mais importantes forças orgânicas da esquerda cutista no interior da Central. Como parte de nossa tática para a disputa do Concut em agosto de 2009, a AE irá procurar dialogar com as demais correntes que compõem a esquerda cutista, incluindo grupos regionais, independentes, lideranças isoladas, etc., com vistas à preparação de um seminário capaz de aglutinar este campo em torno de um programa e chapa únicos a serem apresentados no próximo Concut.

Resolução sobre a pesca e aqüicultura

O lugar da pesca e aqüicultura na história e na economia nacional antes do governo Lula.

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, anterior inclusive à colonização portuguesa. Entretanto, sempre foi relegada aos escalões inferiores da política e da economia.

A situação herdada de governos anteriores, materializada em um modelo de desenvolvimento concebido na década de 60 e aplicado até o final dos anos 80 pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) buscava principalmente o aumento da produção sem preocupação com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, inclusão social, culturais e ecológicos ligados à atividade pesqueira.

Esse modelo entrou em decadência na década de 80, levando entre outras razões à extinção da SUDEPE. Na década de 90, a pesca e aqüicultura foram sub-aproveitadas. Nem a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DPA/Mapa, em 1998, reverteu esse quadro porque as poucas políticas adotadas para o setor privilegiavam quase exclusivamente o agronegócio da pesca oceânica centralizadas nas licenças de pesca aos grandes armadores nacionais e estrangeiros e ao desenvolvimento da carcinicultura de forma desordenada.

No legado dos governos anteriores esta o esgotamento dos recursos pesqueiros. Os principais estoques de pesca costeira e continental estão em seu nível de exploração plena, acima do nível sustentável. A degradação dos rios, a construção de barragens, a contaminação das bacias e a falta de fiscalização e ordenamento resultaram num processo de estagnação ou de queda, nas pescas costeiras e continentais – artesanal familiar ou de micro e pequenos armadores.

A ausência do Estado na organização/regulamentação de algumas atividades aqüícolas e pesqueiras, como a carcinicultura e os frágeis instrumentos de fiscalização e controle fizeram com quem crescessem de forma desordenada e com profundos impactos sociais e ambientais.

A ausência de políticas públicas deu causa ao desordenamento das atividades de pesca e aqüicultura, aos elevados índices de pauperização da pesca artesanal e de pequena escala e ao sucateamento da limitada infra-estrutura.

Em paralelo a esse modelo de exploração, desenvolveram-se relações clientelistas entre o poder público e os pescadores e aqüicultores, somadas ao alto grau de exclusão, analfabetismo, que chegava a 48% entre os pescadores artesanais em e acesso aos direitos de cidadania dificultaram o processo de organização dessa base social.

Os governos anteriores deixaram um setor abandonado, alijado das políticas públicas, com as poucas estruturas de terminais sucateadas, produção estagnada, recursos pesqueiros esgotados, degradação ambiental e extrema pobreza dos pescadores artesanais.

Uma nova política para o setor

Atendendo aos compromissos da *Carta aos Pescadores*, lançada em agosto de 2002, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República e com *status de Ministério*, que se constituiu como um marco na história da pesca e da aqüicultura brasileira.

A criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), em janeiro de 2003, deu outra perspectiva ao setor. Até então, a aqüicultura e pesca em nosso país se caracterizavam pela descontinuidade institucional e de políticas públicas.

A SEAP atendeu a um anseio do setor e criou a perspectiva de perenidade institucional e de políticas para o setor. A pesca e a aquicultura finalmente saíram dos escalões inferiores da vida pública nacional para o primeiro escalão do governo federal atendendo às legítimas demandas dos pescadores e aquicultores.

As restrições orçamentárias, as limitações de recursos humanos, a falta de estrutura e a indefinição de competências entre os diversos órgãos federais para alguns temas, impuseram limites, mas não impediram avanços importantes no primeiro e segundo mandato do governo do Presidente Lula:

A sustentabilidade ambiental uma política transversal, cujo objetivo central é a recuperação dos estoques pesqueiros e a preservação dos ecossistemas.

A preocupação com o meio ambiente está presente em todos os programas e ações da SEAP. Apenas a título de exemplo, citemos o Profrota Pesqueira, principal programa de constituição de uma frota nacional, e o Programa Nacional de Rastreamento por Satélite (PREPS).

O Profrota prevê a construção, aquisição, substituição e modernização de embarcações brasileiras. Além de garantir a soberania nacional em águas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), por meio da substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais, o programa assegura a redução do esforço de pesca nas áreas mais próximas da costa, onde os estoques pesqueiros estão sobreexplorados, na medida em que prevê a conversão de embarcações de pesca costeira para pesca de profundidade.

O PREPS, em fase de implantação, vai monitorar todas as embarcações com mais de 15 metros de comprimento. São mais de 3.000 embarcações de caráter industrial. Com equipamentos integrados a satélites, o programa informa o local e o itinerário da frota, o que permite ao Poder Público acompanhar e fiscalizar as pescarias realizadas na ZEE brasileira, contribuindo para a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Inclusão social e resgate da cidadania: As políticas desenvolvidas estão ampliando a cidadania e promovendo a inclusão social dos homens e mulheres da pesca. São exemplos o cadastramento, o novo seguro defeso e o Pescando Letras.

O cadastramento atingiu mais de 390 mil pescadores artesanais e incluiu mais 300 mil novos pescadores, com a entrega da nova carteira em todo o Brasil. A Carteira do Pescador, concedida sem pagamento de taxas, identifica o trabalhador da pesca, garante o direito ao exercício da atividade, aos benefícios previdenciários, ao seguro defeso e às demais políticas públicas. É a primeira vez que se faz o cadastramento em 40 anos de Registro da Pesca. O cadastramento moralizou e deu credibilidade à Carteira de Pescador.

O novo seguro defeso, concedido ao pescador no período em que a pesca está proibida, reduziu de 3 para 1 ano o tempo de comprovação do exercício da atividade para ter acesso ao benefício e sua cobertura social foi ampliada em 115%. Saltou de 92 mil beneficiários, em 2002, para 340 mil, em 2008. Os recursos aplicados aumentaram de R\$ 62,7 milhões em 2002 para aproximadamente R\$ 535 milhões em 2008.

Com metodologia própria, o Pescando Letras já alfabetizou desde 2003 mais de 100 mil pescadores em todo Brasil. A Proposta Metodológica leva em consideração as especificidades sócio-culturais das comunidades pesqueiras e prioriza a alfabetização durante os períodos de defeso.

Recentemente a SEAP/PR em parceria com a Embaixada de Cuba e com a entidade sem fins lucrativos ACASA, iniciou a implantação de 5 projetos pilotos, um por Região do País, com o método "sim eu posso", que alfabetiza em até 3 meses, se adequando perfeitamente aos

períodos de defeso que duram em média 4 meses. Foram implantados também 60 telecentros e mais 100 estão em andamento, possibilitando acesso à informática e à Internet gratuitamente para as comunidades pesqueiras.

Desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado: A SEAP também trabalhou para retirar os principais entraves ao desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado, razão pela qual inaugurou programas na área de infra-estrutura, crédito, comercialização e assistência técnica.

Os poucos terminais pesqueiros existentes estavam completamente sucateados. O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros conferiu caráter público aos mesmos, implantou um novo sistema de gestão destes terminais denominado de “Arrendamento” e está estruturando uma rede de terminais pesqueiros públicos – TPP’s em pontos estratégicos do país.

Em infra-estrutura, ainda, foi elaborado o programa de reestruturação de entrepostos aquícolas e pesqueiros, revitalização de estações de piscicultura e o programa nacional de fábricas de gelo, garantindo estrutura para os pescadores artesanais e aqüicultores familiares armazenarem seu pescado e sair da dependência de intermediários.

Outra importante ação é a criação dos “Centros Integrados da Pesca Artesanal” (CIPAR) que envolve a construção na comunidade de fábrica de gelo, de unidade de beneficiamento com câmara fria, de Kit Feira, e veículo para comercialização e unidade de abastecimento de óleo diesel subsidiado entre outros.

A subvenção econômica ao óleo diesel marítimo que triplicou seu alcance e agora começa a chegar aos pescadores artesanais, até então excluídos dos benefícios do programa, através de instalação de unidades modulares de abastecimento de combustível subsidiado. Além disso, o novo sistema informatizado de gestão possibilitando maior controle, agilidade e transparência ao programa.

Foram criadas linhas de crédito voltadas à pesca artesanal, aqüicultura e pesca industrial, que estão disponibilizadas para investimento, custeio e comercialização, por meio do PRONAF, Fundos Constitucionais, e novas carteiras de crédito. Foram também adotadas medidas para facilitação do acesso ao crédito, o que possibilitou contratos para 20 mil pequenos aqüicultores e pescadores em 2008 e a disponibilização de R\$ 1,1 bilhão para 2009, sendo 500 milhões do Pronaf.

O programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola, embora tendo apenas dois anos, já beneficia pescadores e aqüicultores em todos os estados da Federação, através da celebração de convênios em parceria SEAP/MDA.

Foi criado o programa Feira do Peixe, que consiste na entrega de um kit feira (tenda e utensílios) possibilitando a venda direta do pescado ao consumidor. O resultado tem sido a melhoria de renda do pescador e aqüicultor familiar e a redução do preço ao consumidor. Mais de 10 mil famílias foram beneficiadas. A Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescados promove a Semana do Peixe, que difunde informações sobre os benefícios para a saúde decorrente do consumo regular desse alimento. Além disso, as redes de supermercados criaram ou ampliaram espaços próprios para a comercialização do produto. O objetivo é ampliar o consumo atual de pescado, ainda baixo no Brasil. Missões e intercâmbios internacionais foram viabilizados em parceria com a APEX-Brasil para divulgar o pescado brasileiro e promover a exportação.

A pesquisa e a geração de novas tecnologias tiveram um investimento em diversas ações nas áreas de aqüicultura e pesca. Destaca-se o lançamento pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do programa de Pesquisa em Pesca e Aqüicultura disponibilizando 30 milhões de reais até 2011.

O desenvolvimento do potencial aquícola brasileiro tem sido outra grande prioridade da SEAP. O foco central do programa concentrou-se no Uso das Águas da União para este fim. Regulamentação e adoção de procedimentos para a entrega de títulos de cessão de uso destas águas foi o grande desafio. Os primeiros títulos da história do Brasil estão sendo entregues, após 15 anos de discussões. Estão sendo demarcados parques aquícolas para produção de peixes em tanques-redes em reservatórios das hidrelétricas e, na costa marítima brasileira. O desenvolvimento da maricultura e a demarcação dos parques aquícolas marinhos e faixas de preferência para comunidades tradicionais costeiras através dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), esses programas dão prioridade para os pequenos pescadores e aquícultores familiares tendo acesso ao lotes demarcados sem ônus, inaugurando uma verdadeira revolução na produção aquícola do país.

A adoção da política de desenvolvimento territorial como metodologia de garantir a participação das organizações sociais para indicar as prioridades ao desenvolvimento do setor, essa política objetiva garantir e fortalecer a participação dos pescadores e aquícultores no processo de definição de prioridades numa construção coletiva de baixo pra cima.

A SEAP tem uma participação muito ativa junto aos órgãos internacionais que tratam da pesca e aquícultura, exercendo um papel de liderança dos países em desenvolvimento. Em especial junto à FAO, ao ICCAT (Comissão de Gestão da Pesca de Atuns e Afins para o Atlântico Sul) que pela primeira vez tem um brasileiro como presidente. Junto à OMC, o Brasil lidera o debate sobre a política de subsídios à pesca aos países em desenvolvimento, a partir de proposta apresentada e que tramita naquela instituição.

Esses programas permitiram introduzir uma nova política de desenvolvimento para o setor de aquícultura e pesca no Brasil.

Os diferentes projetos atualmente em disputa na pesca e aquícultura

O pescado constitui o maior segmento da produção agropecuária mundial. Movimenta 55 bilhões de dólares/ano. O segundo segmento é o da carne suína (US\$ 20 bilhões), seguido pela carne bovina (US\$ 8 bilhões) e carne de frango (US\$ 6 bilhões).

O potencial pesqueiro e aquícola do Brasil é fato irrefutável: 8.500 km de costa marítima, 4,3 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva, 5,5 milhões de hectares de lâmina d'água de reservatórios de hidrelétricas.

Aos olhos da opinião pública, nada se justifica o não aproveitamento de tantas águas e potencialidades, quando grande parte da população brasileira carece de proteína animal e outro tanto literalmente passa fome.

O desenvolvimento da aquícultura pode ser uma grande porta de saída para os beneficiários do programa Fome Zero, essa atividade pode gerar emprego e renda aos mais pobres dando maior independência e autonomia em relação às políticas assistenciais do nosso governo. Pode contribuir também com a produção de alimento saudável para suprir as necessidades da crise anunciada da falta de alimentos no mundo, podendo contribuir com a soberania alimentar de nosso país.

Atualmente o Brasil está classificado em 17.^o lugar no ranking mundial de produção aquícola e 11.^o em termos de valores. Em 1994, era o 28.^o em produção aquícola e o 24.^o em termos de valores. É o segundo em importância na América do Sul.

O crescimento da atividade representou cerca de 30% ao ano em 2005, muito superior à média mundial de 12%. Comparada com outras atividades nacionais, a aquícultura apresenta resultados superiores aos da pesca extrativa e também se sobressai com relação à produção de aves,

suínos e bovinos, que nos últimos anos apresentaram taxas de crescimento dificilmente superiores a 5% ao ano.

O consumo mundial de pescado cresce progressivamente. Os consumidores estão substituindo as carnes vermelhas pelas brancas, em especial a do peixe. É uma proteína nobre, de fácil digestão, baixo grau de colesterol e rico em ômega 3. Segundo a FAO/ONU, o consumo, que hoje é de 16 kg/hab/ano, será de 22,5 kg/hab/ano em 2030, o que implicará em aumento da demanda mundial em 90 milhões de toneladas de pescado.

Suprir essa necessidade não será fácil. Os principais estoques pesqueiros estão sobrexplotados, sendo que o volume de pescado capturado se manteve estável na última década. A principal alternativa apontada pela FAO é o cultivo, a aqüicultura, que cresce, no mundo, a uma taxa média de 10% ao ano.

Há espaço para o crescimento da pesca. O País precisa investir na recuperação de estoques na costa marítima e nos rios e, sobretudo, apostar no desenvolvimento da pesca oceânica na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais e explorar outras espécies com menor valor comercial investindo na transformação de subprodutos que agregue valor e garanta o consumo. Adotar uma política de ordenamento e recuperação dos estoques pesqueiros a exemplo da política adotada para a pesca da Lagosta no litoral, regulamentando as embarcações, proibindo petrechos nocivos à atividade como o uso das redes de caçoeira permitindo o retorno da produção.

A aqüicultura se apresenta com um grande potencial de crescimento da produção brasileira de pescado. Essa atividade tem crescido em média 22% ao ano na última década. Em 2006, as diversas modalidades da aqüicultura produziram cerca de 300 mil toneladas de pescado, o que representa 30% da produção nacional.

A atividade da aqüicultura deve vista não somente como uma forma de aumento de produção, mas também como uma importante fonte de trabalho, renda e inclusão social, evitando-se dessa forma a criação de “latifúndios das águas”. O Brasil deve apostar na produção de pescado, pois esta atividade é também uma importante fonte de trabalho, emprego, renda e inclusão social. Na aqüicultura, em cada 1 hectare de cultivo são gerados 4 empregos diretos e 8 indiretos, tendo o potencial de gerar 10 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos.

O foco centrado no Uso das Águas da União para este fim, foi regulamentado a adoção de procedimentos para a entrega de títulos de cessão de uso destas águas. Os primeiros títulos da história do Brasil foram entregues a partir de 2008, após 15 anos de discussões, para exemplificar o Chile resolveu essa questão há mais de 20 anos saindo de uma produção de 34 mil para 580 mil toneladas de produção de salmão. Estão sendo demarcados parques aquícolas para produção de peixes em tanques-redes em barragens e, na costa marítima brasileira podendo dobrar a produção do país em um ano de atividade, essa ação podemos chamar da nossa “Reforma Aquática”.

As vantagens comparativas da aqüicultura no Brasil em relação a outras cadeias produtivas são surpreendentes. O Brasil tem terra, água disponível, clima favorável, espécies nobres, tem competitividade com outros produtos, gera emprego e renda superiores a outras atividades, não necessita de grandes áreas para produção como soja e pecuária ao mesmo tempo preservam as florestas.

Comparando a atividade da aqüicultura com outras cadeias produtivas, chegamos a dados surpreendentes. Enquanto a piscicultura produz 13 vezes mais proteína animal e tem rentabilidade 20 vezes que a produção bovina por área hectare. Sendo, portanto, um novo paradigma de desenvolvimento econômico do país que respeita o meio ambiente, produz alimentos e gera emprego e renda.

As diretrizes políticas, econômicas e sociais para o desenvolvimento no setor

Transformar a aqüicultura em uma prioridade nacional, ampliando significativamente a produção nacional por meio do uso das águas da União e da implantação de pólos de desenvolvimento da piscicultura nas regiões com maior potencial produtivo e de geração de trabalho e renda, priorizando a participação das comunidades tradicionais. Estudo da FAO estima que, em 2030, a aqüicultura poderá gerar diretamente 40 bilhões de dólares e indiretamente R\$ 160 bilhões de dólares e que as exportações de pescado poderão passar dos atuais 420 milhões de dólares para 40 bilhões de dólares. A FAO afirma ainda que apenas a aqüicultura poderá gerar cerca de 3 milhões de empregos diretos e 12 milhões de empregos indiretos.

Estruturar as comunidades pesqueiras objetivando criar condições para que os pescadores possam melhorar sua renda. Isso pressupõe dominar todo processo produtivo, desde a captura até a comercialização do pescado. A proposta central é a criação dos “Centros Integrados da Pesca Artesanal” (CIPAR), que envolve a construção, na comunidade, de fábrica de gelo, de unidade de beneficiamento com câmara fria, de Kit Feira ou veículo para comercialização e unidade de abastecimento de óleo diesel subsidiado.

Exige organização e capacitação para gestão, associado a disponibilizarão de crédito, assistência técnica e demais políticas públicas.

Implantar uma política de Estado, transformando o Pescando Letras em um programa de alfabetização e elevação da escolaridade integrado a educação cidadã e qualificação profissional, a exemplo do PRONERA.

Consolidar o desenvolvimento da pesca industrial na ZEE e em águas internacionais. Pressupõe dinamizar o Profrota para financiar a construção, conversão e modernização de embarcações; consolidar a construção de Terminais Pesqueiros Públicos nos principais pólos pesqueiros do Brasil; e potencializar programas de fomento como o de subvenção ao óleo diesel, o crédito, entre outros.

Desenvolver uma política eficiente de gestão dos recursos pesqueiros, com monitoramento de estoques e de embarcações, fiscalização, pesquisa, ampliação do consumo de pescado no mercado interno e ampliação das exportações. Tudo isso tendo como pressuposto a sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

Soberania e segurança alimentar: O Brasil é apontado pela FAO como a última e maior fronteira aqüícola do mundo. O País tem o maior potencial de produção de pescado devido à riqueza de suas águas e seu clima tropical. Mais de 70% do território tem sol o ano inteiro. A partir da análise dos países com perspectiva de produção, a FAO defende a tese de que, em 2030, o Brasil terá que produzir 21 milhões de toneladas de pescado para não haver déficit de oferta do produto no mundo. A produção nacional hoje é de 1,08 milhões de toneladas

Política de Estado: O Brasil tem tudo para se tornar o país do pescado. Nosso desafio é consolidar a pesca e a aqüicultura como uma política de desenvolvimento sustentável, que seja capaz de gerar trabalho e renda e de aumentar exponencialmente a produção de pescado no país, num futuro próximo, está entre os maiores produtores mundiais de pescado. Vencer esse desafio é um compromisso que deve ser assumido pelo governo, pelos pescadores, aqüicultores, movimentos sociais, empresários e academia.

O lugar da pesca e aqüicultura no projeto democrático e popular e socialista.

A Articulação de Esquerda possuiu a compreensão de que o Estado brasileiro foi organizado para manter os interesses das classes dominantes. Além disso, o bloco histórico que sustenta o

capitalismo no país tem no Poder Executivo uma importante fonte de poder, mas não a única. Ter o controle do governo não significa necessariamente deter o poder político. Com Lula, o PT chegou ao governo, porém está muito distante de ter chegado ao poder, especialmente porque a correção das forças sociais tem sido permanentemente desfavorável a mudanças econômicas e sociais mais profundas. Esse fato que cria imensas limitações na implementação das políticas públicas.

Como consequência dessa correlação de forças, o conjunto do governo continuou refém da política econômica neoliberal, numa tentativa de conviver entre o desenvolvimento econômico e distribuição de renda, atendendo os capitalistas através de garantia dos contratos e manutenção da política juros altos, o pagamento dos serviços da dívida pública. Para se ter uma idéia do impacto dessa política, em 2009 foram destinados R\$ 464 milhões para a políticas de aquicultura e pesca, e R\$ 139,1 bilhões aos serviços da dívida em 2005.

Tanto no primeiro quanto no segundo mandato, diversos setores tentaram desqualificar a importância da política pública de pesca e aquicultura.

Contraditoriamente, alguns desses setores disputaram conosco o controle e a orientação política da SEAP/PR, com disputa com os partidos da base aliada do governo federal como na disputa interna no PT.

Não se pode desprezar as dificuldades enfrentadas pela direção da SEAP para compor a equipe dirigente e equipe técnica, já que o PT e a esquerda não possuíam acúmulo na formulação de políticas públicas para a aquicultura e pesca. Partiu-se praticamente do zero, tanto em recursos humanos, como em estrutura física e orçamentária. Some-se às dificuldades a desorganização do setor, cujo processo de exclusão a que foi historicamente submetido o levou à fragmentação e ao aquartelamento por “coronéis” de colônias e federações de pescadores.

Além de possuir uma orientação nitidamente conservadora e clientelista, as poucas entidades e movimentos sociais não reuniam a legitimidade necessária para servir de interlocução entre o Poder Público e os pescadores e aquicultores.

Esse quadro foi vencido com muito trabalho e confiança no potencial da aquicultura e da pesca. Os limites não impediram avanços importantes. Programas e ações da SEAP representam uma evolução significativa em relação à realidade anterior e respondem as principais demandas do setor.

A política de aquicultura e pesca que vem sendo implementada assenta-se nos pilares fundamentais: a) participação social; b) sustentabilidade ambiental; c) inclusão social; d) desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do pescado; e) aumento da produção, do trabalho e da renda; f) desenvolvimento territorial; g) soberania e segurança alimentar.

Além de ser uma marca do modo petista de governar, a participação social foi uma das estratégias adotadas no primeiro e segundo mandato frente a Secretaria para superar a falta de acúmulo na formulação de políticas para o setor. Entendida como política transversal, que perpassa tanto os grandes programas e ações, quanto a definição das medidas ligadas ao ordenamento, a participação social representa uma das marcas da política de aquicultura e pesca inaugurada em 2003.

Foram duas Conferências Nacionais realizadas em 2003 e 2006, envolvendo mais de 30 mil pessoas, além do I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, em 2004, que apresentaram o imenso rol de demandas do setor, historicamente reprimidas. O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), órgão colegiado que integra a estrutura básica da SEAP, já em seu segundo mandato, e os comitês de gestão ajudaram a sistematizar essas demandas e convertê-las em políticas públicas.

Vencer os desafios e alavancar o desenvolvimento

O Brasil poderá triplicar o emprego, a renda e a produção de pescado, no curto prazo, desenvolvendo o mercado interno e se tornando um dos maiores fornecedores mundiais do produto. Para isso, o país precisa vencer ao menos 9 desafios.

O primeiro é a constituição de uma política de Estado para a aqüicultura e pesca, que interdite as descontinuidades institucionais e de programas voltados ao setor, de sorte a evitar as interrupções no tempo. Devendo estimular os governos estaduais e municipais criarem espaços institucionais que correspondam e elaborem políticas para a pesca e aqüicultura. Possibilitando a construção de um pacto federativo que se responsabilizará pelo desenvolvimento econômico, político e social do setor.

O segundo desafio é fazer com que o modelo de produção tenha como fundamento a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. A implantação de políticas que comprometem o meio ambiente mostrou-se inviável, até mesmo do ponto de vista econômico, já que leva ao esgotamento dos estoques. O modelo produtivo deve ainda ser gerador de trabalho e renda e ser capaz de estender a cidadania democrática às populações que vivem da pesca e aqüicultura.

O terceiro desafio é superar a fragmentação de competências atualmente existente. Como diz o ditado popular, é preciso mudar o time que está perdendo. O modelo em vigor, que distribui entre a SEAP e IBAMA as atribuições relativas à pesca e aqüicultura, mostra-se inviável à uma efetiva gestão dos recursos pesqueiros e ao desenvolvimento da atividade. É preciso reunir em um único órgão as competências para fomento, desenvolvimento e ordenamento das espécies sub ou inexploradas e sobrexploradas, bem como desburocratizar os processos de licenciamento ambiental.

O quarto desafio diz respeito a dotar o órgão encarregado da aqüicultura e pesca de estrutura adequada, orçamento e quadro próprio de pessoal, capaz de dar conta das diversas atribuições. A proposta aprovada pela II Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca é de transformar a SEAP no Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA), reunindo as atribuições relativas ao fomento, desenvolvimento, fiscalização e ordenamento da atividade pesqueira.

O quinto desafio é consolidar, aperfeiçoar e ampliar os programas que vem sendo desenvolvidos pelo SEAP, além de implantar o plano de governo consubstanciado pelo Programa Setorial de Aqüicultura e Pesca da candidatura Lula. O Plano e os programas apontam para um modelo de produção, que responde às principais demandas do setor, até porque aqueles documentos foram construídos com a participação direta dos homens e mulheres que vivem da pesca.

O sexto desafio é desenvolver a cadeia produtiva em seu conjunto. Encurtar o seu tamanho, aproximar mais o pescador e produtor do consumidor, reduzir custo, melhorar a qualidade, é estratégico. Ampliar o associativismo e o cooperativismo pesqueiro e aqüícola; aprofundar as políticas de crédito, assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola, comercialização e infraestrutura; criar o Banco Nacional de Dados Pesqueiros, capaz de subsidiar a construção e implementação das políticas públicas. Ademais, é fundamental ampliar e desenvolver o mercado interno de pescado.

O sétimo desafio é garantir a aprovação da Lei da Pesca, em tramitação no Congresso Nacional, de sorte a promover a revisão e aprimoramento do marco regulatório da aqüicultura e pesca, bem como estimular a aprovação de legislação estadual que facilite o desenvolvimento da atividade.

No plano internacional, o oitavo desafio é ampliar as cotas internacionais de pescado no ICCAT, garantir os interesses brasileiros no mercado europeu e aprovar da proposta brasileira na

Organização Mundial do Comércio (OMC), permitindo a aplicação de subsídios para a pesca no Brasil e nos países do eixo Sul-Sul, e restringindo esses mesmos subsídios para os países ricos.

O nono e grande desafio é o fortalecimento das organizações do setor. Para que possamos aprofundar a democracia e garantir o controle social do Estado, é preciso interlocutores fortes junto aos pescadores e aqüicultores. Nesse contexto, é necessário garantir a realização das Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca a cada dois anos, com delegados eleitos nas conferências estaduais e territoriais, bem como fortalecer e aperfeiçoar o CONAPE. Tanto as conferências quanto o conselho exigem das entidades do setor um novo patamar de organicidade. Deverá estimular os governos estaduais a criarem espaços colegiados e instâncias coletivas, tais como: conselhos estaduais e municipais que definirão as políticas de desenvolvimento do setor.

O Brasil tem tudo para se tornar o país do pescado. Isso pressupõe o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura e construir políticas públicas fundadas na sustentabilidade, geração de trabalho e renda, inclusão social e aumento da produção. Vencer esses desafios deve ser um compromisso de todos os que querem transformar em imenso país em uma autêntica cidadania

A Criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura.

O desenvolvimento da pesca e aqüicultura pressupõe, ainda, a adoção de medidas de caráter estratégico, sem as quais muito dificilmente nos transformaremos em um dos maiores produtores mundiais de pescado.

A SEAP possui uma dupla natureza, na medida em que foi criada como órgão de assessoramento do Presidente da República – o que justifica o formato de Secretaria Especial – e como órgão de execução de políticas fim, como a concessão de carteiras de pescador e a execução direta de obras em terminais pesqueiros, por exemplo. Além disso, por ser ligada à Presidência da República, a SEAP é dependente da Casa Civil no plano jurídico e administrativo, e do MAPA no que tange à estrutura física e administrativa. Esses fatores eram apontados como responsáveis pelo alto grau de dependência jurídica e administrativa da SEAP à outros órgãos. Além da dificuldade de ampliar sua dotação orçamentária, na medida em que isso impactava ao orçamento da Casa Civil. Outro fator limitante era a impossibilidade de constituir um quadro funcional próprio e realizar concurso público. Essa natureza dupla da SEAP tem gerado problemas ao desenvolvimento da atividade

O envio do projeto de lei ao congresso nacional que transforma a SEAP/PR em Ministério da Pesca e Aquicultura, mostra que o presidente Lula reconheceu o nosso trabalho frente a Secretaria, mudando a estrutura considerando a importância política, econômica e social do setor.

A transformação da SEAP/PR em Ministério da Pesca e Aqüicultura significa uma nova política ao setor para o próximo período, garantindo maior estabilidade institucional e perenidade das políticas, pondo fim às discontinuidades que caracterizavam a intervenção dos governos nas últimas quatro décadas. Permitindo a unificação das competências, atualmente dispersas em vários órgãos do governo federal. Garantindo um corpo técnico permanente através de concurso, saindo da situação de dependência de cessão de servidores de outros órgãos, de cargos comissionados e terceirizados que era uma política que deixava a Secretaria numa situação muito frágil e com grande rotatividade de servidores gerando uma instabilidade funcional.

Em relação a dotação orçamentária os primeiros seis anos de SEAP demonstraram não ser possível impulsionar o desenvolvimento da atividade com o orçamento variando de 90 a 130 milhões. O próximo período exigirá investimentos significativos em infra-estrutura, demarcação de parques aqüícolas, estruturação das comunidades pesqueiras e políticas de crédito, construção da frota nacional, assistência técnica e capacitação. O orçamento do Ministério da Pesca e Aqüicultura para desenvolver as políticas públicas do setor terá que ser pelo menos de R\$ 500

milhões a R\$ 1 bilhão anuais para permitir a efetivação dos programas que irão impulsionar o desenvolvimento do setor.

Outro salto de qualidade na estruturação do setor foi a decisão do governo de criar a Embrapa Aqüicultura e Pesca, que será o centro de pesquisa e geração de novas tecnologias e conhecimento para o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do pescado no país.

Estas mudanças ampliarão as disputas pelo controle e pela orientação política da SEAP/PR. Enfrentaremos qualificando nossa linha, ampliando as relações com o partido, organizando a base social e ampliando os mecanismos de controle social, participação popular e gestão compartilhada.

A Organização Sindical e partidária dos trabalhadores no setor

Historicamente os pescadores e aquicultores estão estritamente organizados e dependentes das ações dos governos, desde o início da organização os pescadores foram tutelados e subordinados ao Estado.

Com o processo de redemocratização dos anos 80, quando a esquerda brasileira se organizava e retomava os movimentos sociais para o campo democrático e popular, fazendo um movimento de retomada dos sindicatos urbanos e rurais. As entidades de pescadores continuaram no mesmo processo de subordinação e tutela do Estado, esse setor ficou a margem da sociedade e não teve a devida atenção do movimento de esquerda, tendo como consequência a permanência nas frentes das entidades de “lideranças” clientelistas, assistencialistas e conservadoras. Muitos dessas lideranças estão a frente das colônias e federação há mais de 20 anos.

As entidades de pescadores estão organizados seguindo a legislação inadequada, as colônias são regidas pela Portaria 471 de 1973, e as federações e confederações pela Portaria nº 323 do Ministério da Agricultura de 1975. As colônias se mantiveram sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores. Estes estatutos ainda prevalecem até os dias de hoje em muitas colônias do país, contradizendo a constituição federal de 88 e código civil de 2002.

Com as dificuldades de garantir maior transparência e democracia nas colônias de pescadores, ocorreram divisões internas e iniciou-se um processo de formação de outras entidades de representação a categoria. Ocorrendo uma proliferação de Associações de Pescadores e em alguns estados a criação ou a transformação de colônias em Sindicatos de Pescadores em outros. Do ponto de vista econômico criaram as cooperativas de pesca que tem maior foco na produção, beneficiamento e comercialização do pescado. Atualmente temos cerca de 870 colônias, 759 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (Fonte: SEAP/PR/2008), representado um contingente de 600 mil pescadores em todo o país.

Com a regulamentação do parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal, em que equipara as colônias a sindicatos rurais, foi sancionada a lei 11.699 que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores no dia 13 de junho de 2008. Com essa lei avançou na garantia de autonomia das colônias de pescadores e vetando a confederação e federações a interferência e intervenção na sua organização, abrindo um enorme campo e base social para atuar.

Por outro lado, o PT e demais partidos de esquerda e a CUT nunca se preocuparam em organizar a base social vinculada à pesca e a aqüicultura.

O setor, por si mesmo, também não se organizou a partir de referenciais de esquerda. As poucas e frágeis colônias e federações de pesca, associações de pescadores e aquicultores e os movimentos sociais vinculados a essas atividades são majoritariamente despolitizados ou hegemônicos por forças conservadoras.

Em nossa avaliação os movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, a Central Única dos Trabalhadores e os militantes do PT têm uma grande responsabilidade de fazer a disputa dessa base social, que é de conquistar as entidades de pescadores e aquicultores para o campo da esquerda.

A CUT deve criar espaços coletivos, seja núcleo, secretaria ou setorial em sua estrutura nos níveis nacional e estadual, tendo os seguintes objetivos: 1) elaborar uma política de conquistas das entidades de pescadores e aquicultores; 2) Elaborar um programa de formação política para novas lideranças, apoiar a alfabetização de jovens e adultos, capacitação sob o foco da economia solidária. 3) disputar as colônias de pescadores pela base e fomentar a criação de sindicatos de pescadores onde não tem colônia e filiar-los a CUT.

O Partido dos Trabalhadores também pode contribuir, estimulando a participação da militância nas entidades e movimentos sociais ligadas à pesca e aquicultura. Aos poucos, essas organizações estão deixando de ser controladas pela direita, para se tornar espaços de construção de hegemonias progressistas e de esquerda. É fundamental que o partido crie espaços para a organização do setor, visando à constituição do Setorial de Aquicultura e Pesca.

Essas ações devem ser norteadas pelo princípio da luta pela autonomia e independência dos pescadores e aquicultores e pela transformação da sociedade atual, mais justa, igualitária e socialista.

A relação Articulação de Esquerda e SEAP/PR

É preciso lembrar que ao aceitar o convite do Presidente Lula para que militantes da articulação de esquerda dirigissem a SEAP/PR, tanto no primeiro como no segundo mandato, foi reconhecido nossa capacidade de dirigir um órgão no primeiro escalão do governo federal. No entanto, esse espaço não corresponde a força partidária de nossa tendência, por isso, tanto no primeiro como no segundo mandato do governo Lula, reivindicamos ampliação de nosso espaço no primeiro escalão do governo Federal.

A relação da Articulação de Esquerda com a SEAP/PR em primeiro lugar de orientação política, para que devemos criar espaços partidários e horizontais de debate, entre os quais: a) a realização de um seminário nacional anual, organizado pela DNAE; b) seminários estaduais, organizados pelas direções estaduais da tendência; c) aprovação, pelas conferências e pelas direções da AE, de resolução de balanço e de orientação política.

A relação da Articulação de Esquerda com a SEAP/PR é, também, de sustentação política, para o que devemos manter uma ligação permanente entre as direções da tendência e os militantes da tendência que estão dirigindo a Secretaria. Com o mesmo propósito de sustentação política, a Articulação de Esquerda deve estimular a ligação permanente entre o trabalho da SEAP/PR e a atuação dos parlamentares, prefeitos e governos estaduais do Partido.

A direção nacional e as direções estaduais devem convocar os militantes da AE que trabalham na Seap a: a) contribuir com a formulação e implementação da nossa política para o setor; b) participar organicamente da vida da tendência, no mínimo contribuindo financeiramente e participando dos processos de conferência municipais, estaduais e nacional.

O Página 13 publicará um caderno especial sobre pesca e aquicultura, editado de maneira a poder ser distribuído amplamente no PT e na nossa base social.

Cabe, a direção nacional da tendência, organizar a continuidade do debate sobre as seguintes questões:

- a) a “economia política” e a sociologia do setor (analogias com a questão agrária; a questão de gênero, dos índios e negros; o tema da cessão das águas; potencial e limites da pesca artesanal; os trabalhadores assalariados;
- b) a relação com as grandes empresas, inclusive internacionais, bem como o papel do Estado);
- c) as diferentes instituições e entidades em que o setor se organiza hoje, os setores prioritários que devemos estimular economicamente e organizar politicamente;
- d) interface com outras políticas públicas e setores do governo, em particular com a política ambiental;
- e) o potencial estratégico do setor (na Amazônia, no Brasil em geral, no mundo), vis a vis os diferentes papéis que jogam nisto a pesca e da aquicultura, da grande e da pequena empresa

Caberá ao Partido dos Trabalhadores fazer um balanço da evolução e limites do desenvolvimento da pesca e aquicultura nos primeiro e segundo mandado do governo Lula, bem como, elaborar um programa de governo setorial para o mandato de 2011-2014 que ampliar sua atuação, vença os principais desafios e contribua para que as ações de governo sejam superiores aos dois primeiros mandatos.

Indicamos ao conjunto do Partido que considere este setor no planejamento de nossa política no processo eleitoral de 2010, por considerar uma tema estratégico para o país e pela composição de sua base social.

Nosso desafio é de fomentar e regular a atividade, dando oportunidade aos trabalhadores a terem acesso às políticas publicas e disputar os novos rumos de nossa sociedade.